

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

**Paternalismo Patronal no Concelho de Vila Franca de Xira. Estruturas físicas e habitação operária. C 1920 – 1970**

Vanessa Sofia Pimenta Amaral

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2020





SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

**Paternalismo Patronal no Concelho de Vila Franca de Xira. Estruturas físicas e habitação operária. C 1920 – 1970**

Vanessa Sofia Pimenta Amaral

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2020



## **A cidade**

Dizes: vou partir  
Para outras terras, para outros mares  
Para uma cidade tão bela  
Como esta nunca foi nem pode ser  
Esta cidade onde a cada passo se aperta  
O nó corredio: coração sepultado na tumba de um corpo,  
Coração inútil, gasto, quanto tempo ainda  
Será preciso ficar confinado entre as paredes  
Das ruelas de um espírito banal?  
Para onde quer que olhe  
Só vejo as sombras ruínas da minha vida.  
Tantos anos vividos, desperdiçados  
Tantos anos perdidos.

Não existe outra terra, meu amigo, nem outro mar,  
Porque a cidade irá atrás de ti; as mesmas ruas  
Cruzam sem fim as mesmas ruas; os mesmos  
Subúrbios do espírito passam da juventude à velhice,  
E tu perderás os teus dentes e os teus cabelos  
Dentro da mesma casa. A cidade é uma armadilha.  
Só este porto te espera,  
E nenhum navio te levará onde não podes.  
Ah! então não vêes que te desgraçaste neste lugar miserável  
E que a tua vida já não vale nada,  
Nem que vás procurá-la nos confins da terra?

*Konstandinos Kavafis*

*Justine*, de Lawrence Durrell

tradução Daniel Gonçalves

Lisboa, Ulisseia, 2007

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, quero agradecer à Professora Doutora Maria João Vaz, pela confiança depositada em mim e no tema da minha dissertação, pela paciência e pelo apoio dado neste trabalho, mesmo nestes tempos difíceis de covid 19.

À Professora Doutora Magda Pinheiro o meu reconhecimento pelas indicações e apoio no início da minha dissertação.

Quero ainda deixar uma palavra de homenagem ao Professor Alfredo Tinoco, que me fez gostar de Património, que sempre foi um Professor que possuía um brilho nos olhos e que tinha muita paixão pelo Património, pela História e pela investigação e que por portas travessas me ajudou a escolher a temática desta tese. Agradeço também sua companheira, a Professora Preciosa Neves, pelo apoio que me deu na tradução de alguns textos para a tese.

Agradeço à minha família, à minha filha pela alegria com que salpica os meus dias, ao meu marido pelo seu carinho, pela sua presença serena, mas sempre constante. Um muito obrigada aos meus pais, sem eles teria sido impossível terminar esta tese e por serem quem são. Ainda um agradecimento à restante família direta (irmãos, cunhadas e sogros).

Agradeço também aos meus amigos Luís Neves, Sónia Arroz e Conceição Reis, pela amizade e pela força que sempre me deram para levar este projeto em frente.

À Arquiteta Lúcia Matos Ribeiro agradeço toda a disponibilidade demonstrada comigo e com este trabalho, que me auxiliou com a leitura de algumas das plantas e que foi tão proveitoso.

Agradeço aos meus colegas Carlos Filipe, Ricardo Hipólito e ainda a Armando Quintas colegas da CECHAP, com os quais partilhei um caminho na área da investigação, que muito me serviu para a construção deste trabalho.

Gostaria igualmente de louvar as várias entidades da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, me facultaram o acesso aos diferentes arquivos, nomeadamente à Dra. Maria João Martinho e ao Dr. David Silva, o grande apoio que me deram.

## **Resumo**

No início do século XX verificaram-se grandes mudanças sociais e económicas no concelho de Vila Franca de Xira, impulsionadas também pelo desenvolvimento industrial. No entanto, estas não se processaram de forma instantânea, nem tão-pouco homogénea, neste território. O concelho desenvolveu-se gradualmente, durante algumas décadas. Também algumas freguesias iriam desenvolver-se industrialmente, em momentos diferentes, não obstante as suas idiossincrasias.

Nesta dissertação pretende-se centrar a atenção sobre as formas como o paternalismo patronal se repercutiu no concelho de Vila Franca de Xira, principalmente em termos de habitação para operários, construída no quadro dos sistemas de gestão de tipo paternalista na área da indústria.

Com este intuito, traça-se o contexto relativo ao desenvolvimento industrial em Portugal e no concelho de Vila Franca de Xira, bem como o problema habitacional ocorrido no mesmo concelho, com a emigração de mão-de-obra e o aumento populacional. Pretende-se ainda mostrar que as empresas paternalistas disponibilizaram habitação – enquanto resposta particular ao problema do controlo da sua mão-de-obra operária –, as formas desta implementação e características das edificações.

Este estudo procura ainda apresentar as características específicas do paternalismo concretizado em Vila Franca de Xira, confrontando-o com o paternalismo existente antes do Estado Novo e depois, não só relativamente à construção de habitações, mas ainda em outras medidas adjacentes, bem como a reação do patronato, dos sindicatos e do operariado perante estas alterações e os momentos mais marcantes da história do desenvolvimento industrial e das repercussões que teve no ambiente social, laboral e familiar.

Do cruzamento destes diferentes elementos, procuramos contribuir para a compreensão destes núcleos habitacionais existente no concelho de Vila Franca de Xira, não ignorando a necessidade de continuar o esforço visando a sua preservação.

Palavras-chave: Habitação operária; Paternalismo Patronal; Indústria; Vila Franca de Xira.

## **Abstract**

At the beginning of the 20th century there were major economic and social changes in the Vila Franca de Xira county, driven also by industrial development. However, these did not take place instantly, or even homogeneously, in this territory. This county developed gradually during a few decades. Some parishes would also develop industrially at different times, despite their idiosyncrasies.

This dissertation intends to focus the attention on the ways in which paternalism may have had repercussions in the Vila Franca de Xira county, mainly in factory workers *housing* built within the framework of paternalistic management systems in industry.

With this aim, draws the context related to industrial development in Portugal and in the Vila Franca de Xira county, as well as the housing problems that occurred in the same municipality with the labor emigration and the population increase. It is also intended to show that the paternalistic companies will provide housing - as a particular answer to the problem of controlling their labor force – and the *nuances* of this implementation and the characteristics of the buildings.

This study also seeks to present the specific characteristics of paternalism implemented in Vila Franca de Xira, confronting it with the paternalism that existed before the Estado Novo and after, not only in relation to housing construction, as well as the reaction of employers, unions and workers in the face of these changes and the most important moments in the history of industrial development and the repercussions it had on the social, work and family environment.

From the intersection of these different topics, we will try to make some contribution to the understanding of these housing centers, not ignoring the need to continue the effort aimed at preserving them.

Keywords: Working class housing; Paternalism; Industry; Vila Franca de Xira.

## Índice

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
ÌNDICE	iv
1 – Introdução	1
1.1 – Apresentação	1
1.2 – Metodologia de Trabalho	3
1.3 – Contratempos na Investigação	6
2 - Desenvolvimento industrial em Portugal	8
2.1 – A industrialização no concelho de Vila Franca de Xira	11
2.2 – Desenvolvimento Industrial por freguesia	17
2.2.1 – Póvoa de Santa Iria	17
2.2.2 – Alhandra	18
2.2.3 – Vila Franca de Xira	21
2.2.4 – Alverca do Ribatejo	22
2.3 – Desenvolvimento industrial – reflexos demográficos	24
3 – Crise na habitação	27
3.1 – Habitação popular no concelho de Vila Franca de Xira: pátios, vilas, bairros operários	34
3.1.1 – Pátios	36
3.1.2 – Vilas / Bairros	39
3.1.3 - Bairros de maior complexidade	42
4 – O Estado, os patrões e os operários do Concelho de Vila Franca de Xira: Os <i>Lorraine no Creussot</i> do Concelho de Vila Franca de Xira	55
4.1 – A engrenagem de Alhandra, o trabalho na Companhia Tejo	67
4.2 – Alguns anos de trabalho da Pentealã	78
4.3 – Fiação Nacional de Lãs <i>em marcha</i>	82
5 – Conclusão	91
FONTES E BIBLIOGRAFIA	99
ANEXOS	107

## ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 – 1.º Bairro Operário da Pentealã	40
Imagem 2 - 1.º Bairro Operário da Pentealã, imagem atual	41
Imagem 3 – Bairro Cimpopor, casas de operários	43
Imagem 4 - Bairro Cimpopor, Casas dos Capatazes	43
Imagem 5 – Casa que foi construída pela Cimpopor para os seus quadros técnicos	44
Imagem 6 – Planta do bloco habitacional e das moradias que foram construídas para os quadros técnicos da Solvay	46
Imagem 7 - Planta do bloco habitacional da Soda Póvoa	47
Imagem 8 – Mapa de Vila Franca de Xira, 1934.	52
Imagem 9 – Estação de Comboios de Vila Franca de Xira, anterior a 1929	52
Imagem 10 - Novo Retiro Operário	53
Imagem 11 - Restaurante Quatorse	53
Imagem 12 - Creche da Penteação de Lãs	80
Imagem 13 - Planta do bairro da Fiação Nacional de Lãs	85

## **I – Introdução**

### **1.1 – Apresentação**

“Nem sempre é o historiador que escolhe o objeto da sua investigação, mas o inverso”

Vergílio Rui Teixeira Lopo, in prefácio (Oliveira, 1995, p. XXIII)

Pretende-se com esta dissertação estudar o tema da habitação operária, perceber a ação e abrangência do paternalismo patronal na construção de habitações para operários no concelho de Vila Franca de Xira, analisando a importância que tiveram a disponibilização de habitação, a criação de creches, de postos médicos, refeitórios, clubes recreativos ou desportivos, entre outras iniciativas patronais, destinadas a apoiar e/ou limitar a ação dos trabalhadores; e ainda verificar os encargos que essas medidas significaram para os seus promotores.

Foram as iniciativas de paternalismo neste concelho pontuais ou generalizadas? As empresas que enveredavam pelo paternalismo patronal faziam-no por motivos filantrópicos ou apenas pela muita pressão da opinião pública e dos governos, no sentido de dar uma resposta ao problema do controlo da mão-de-obra operária ou da falta de habitação condigna? Será que os patrões estavam apenas preocupados com o lucro da empresa ou preocupavam-se realmente com os operários e as suas condições de vida?

Inicialmente, a baliza temporal definida para este estudo correspondia ao período entre a construção da primeira estrutura habitacional erguida no concelho e a última, no âmbito do paternalismo patronal, mas rapidamente se constatou que o período balizado era excessivamente extenso e com mudanças económicas, sociais, culturais, políticas muito complexas. Mantendo as barreiras cronológicas, tentou então reduzir-se a investigação apenas às fábricas ligadas aos têxteis que possuíssem bairros operários, pois existiam em número suficiente para justificar o estudo. Contudo, o problema então colocado foram as dificuldades na investigação devido à falta de informação sobre estas estruturas, inclusivamente porque algumas já desapareceram.

Assim, devido a estas dificuldades e procurando aproveitar toda a informação recolhida, voltou-se ao plano inicial de trabalhar todas as estruturas industriais que criaram habitação para os seus trabalhadores dentro deste paradigma, tendo em conta a data de construção destas estruturas, selecionando exemplos de estruturas habitacionais (e outras estruturas conexas) de todo o período em causa, de forma a conseguir criar uma amostra de como decorreu a experiência paternalista no concelho de Vila Franca de Xira.

Este trabalho procura ainda mostrar as condições que levaram ao surgimento do paternalismo patronal, dentro do processo de industrialização no concelho de Vila Franca de Xira, tendo em conta as medidas de carácter paternalista adotadas em cada um dos exemplos trazidos. Que medidas tomaram estes patrões para atrair e fixar a mão-de-obra nas suas empresas e quais as formas físicas (bairros operários, creches, clubes recreativos e culturais, etc.) que decorreram desse mesmo processo? Estas tipologias de casas tiveram um papel importante, já que acabaram por ser uma experiência que significava, por um lado, uma melhoria em relação às casas anteriormente existentes (com rendas presumivelmente mais acessíveis) e uma tentativa de colmatar um problema de habitação que se afirmou com a industrialização e o aumento da população local, e, por outro, um passo intermédio para o que veio depois, como é o caso da habitação social, que entretanto foi surgindo. No caso do concelho de Vila Franca de Xira, os modelos habitacionais refletem o que já se fazia em Lisboa, numa escala mais pequena, mas também bastante diversificada.

No final, respondendo às questões acima elencadas, esperemos ser possível a obtenção de um conhecimento mais aprofundado sobre o processo de industrialização da região, perceber um pouco melhor o seu desenvolvimento, o carácter de transformação das empresas, sem esquecer as mudanças ocorridas na organização social e nas dinâmicas laborais e económicas do concelho de Vila Franca de Xira, como meio para entender o devir histórico local e regional, relacionando-o com o contexto nacional.

Neste trabalho serão ainda focados aspetos que ajudam, de alguma forma, a preservar a memória daqueles que trabalharam uma vida inteira na indústria, ou povoações inteiras cuja história está ligada a uma ou mais fábricas. Trata-se de uma população composta maioritariamente por migrantes e, por conseguinte, desenraizadas, não havendo, por vezes, transmissão geracional de histórias de vida ou identificação de um passado comum.

## 1.2 – Metodologia de trabalho

Para a realização deste trabalho e de forma a se poder ter uma visão global e integrante do património relativo à habitação operária em Vila Franca de Xira, conjugaram-se diferentes áreas de conhecimento, como a história social, os estudos sobre o património e os estudos museológicos, os estudos arquitetónicos e até os arquivísticos.

O território abrangido é vasto, já que não se restringe a um pequeno parque industrial, mas a um concelho inteiro. O período cronológico contemplado também é alargado, sendo difícil restringi-lo, considerando o significado do período. Além da extensão espacial e temporal, outra dificuldade que se coloca é a diversidade das unidades fabris a analisar, já que restringir apenas a uma tipologia de indústria, a têxtil por exemplo, não permitira reunir documentação suficiente que sustentasse um estudo com significado. Assim, a opção foi também aqui a de alargar o campo de pesquisa a um maior número de unidades fabris, para se conseguir um conhecimento mais extenso da realidade em estudo.

A investigação dividiu-se em duas grandes vertentes: a pesquisa documental e o trabalho de campo. No que concerne à primeira, foi feito um levantamento bibliográfico, na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira - Fábrica das Palavras, no Museu Municipal de Vila Franca de Xira (nestes dois últimos tivemos acesso a alguns periódicos como a *Vida Ribatejana*); na Hemeroteca, onde consultámos o *Diário de Notícias*; pesquisas *online* a alguns periódicos disponibilizados, como o *Diário de Lisboa* ou o *Mirante*, entre outros jornais da época; no Gabinete de Estudos Ulissiponenses, na Fundação Mário Soares e nas bibliotecas municipais de Lisboa.

Considerou-se ainda como fonte alguma literatura, principalmente os romances de Soeiro Pereira Gomes, pertencentes ao período do neorrealismo, já que estes são fonte riquíssima para a história social, muito importante para conhecermos melhor os contextos vividos. Os romances *Esteiros* e *Engrenagem*, de Soeiro Pereira Gomes, remetem-nos para as situações de vida, muitas vezes de sofrimento, que ocorriam nas zonas onde se instalavam as grandes fábricas, dando um testemunho desse processo. De facto, escritores como Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes foram testemunhas diretas das mudanças ocorridas no concelho de Vila Franca de Xira, a partir de meados do século XX, tendo dado conta dessas mudanças em obras de ficção que marcaram a literatura portuguesa.

Nos anos 30 e 40 do século XX ocorreu um movimento cultural forte, aglutinado por

Redol, e conhecido como o Grupo Neorrealista de Vila Franca Xira. Tanto Redol como Soeiro envolveram-se diretamente na vida cultural local, estimulando e liderando iniciativas teatrais e artísticas. Alves Redol, autor de *Gaibéus*, em Vila Franca de Xira; e Soeiro Pereira Gomes que, entre outros, escreveu os *Esteiros*.

O foco recaiu sobretudo no livro *Engrenagem* e não em *Esteiros*, mais conhecido, pois este último tem um pendor mais social sobre a pobreza e outras dificuldades de vida, as relações interpessoais, as características físicas ou psicológicas das personagens que, de alguma forma, estavam ligadas à indústria das telhas. Já no livro *Engrenagem* são retratadas pessoas e situações muito semelhantes à realidade vivida pelos operários da fábrica da Cimpor e pelos que viviam em Alhandra, nos arredores da fábrica. É possível visualizar uma realidade mais ampla, de como estava a indústria nestes territórios, além de nos mostrar um pouco como se deu a transformação de Alhandra, de uma pequena aldeia para um centro industrial.

Tendo em conta que o próprio Soeiro Pereira Gomes, depois de ter casado, foi viver para Alhandra, terra da família da sua mulher e onde ficou a trabalhar na fábrica Cimento Tejo como empregado administrativo, podemos considerar este um testemunho credível do que se vivenciou na época. Inclusive, Soeiro Pereira Gomes tenta reproduzir os vocábulos e as expressões característicos daquela zona. Além disso, como já foi referido, a corrente literária prosseguida por Soeiro Pereira Gomes, o Neorrealismo, corresponde a um movimento que surge nos anos 1930 em Portugal, quando se vivia num contexto de agitação política com a chegada do Estado Novo, onde a censura e repressão eram uma constante. Assim, os escritores deste movimento estavam empenhados em produzir uma literatura de caráter social, documental, combativa e reformadora. A *Engrenagem* é um relato sobre as pessoas, as fábricas, os acontecimentos, as situações – que, podendo ter nomes ou datas diferentes, de certa forma disfarçados, aconteceram efetivamente (os acidentes fabris, os despedimentos), ou que poderiam perfeitamente ter acontecido (os enamoramentos, as discussões familiares pelas dificuldades vividas, a falta de humanidade por parte de algumas chefias).

Foi ainda desenvolvida uma pesquisa arquivística de primordial importância nesta investigação. Esta pesquisa foi realizada maioritariamente no Arquivo Histórico Municipal de Vila Franca de Xira, onde foram recolhidos diferentes tipos de documentos, como algumas plantas de fábricas e respetivos acrescentos, que podiam ser numa área mais técnica, prática, mas muitas vezes também diziam respeito à área social, havendo plantas de refeitórios para o pessoal, creches, ou até os bairros sociais. Foi ainda neste arquivo que encontramos algumas

cartas trocadas entre sindicatos e a gerência de uma das fábricas, alguns periódicos como *Vida Ribatejana*, *Boletim da Indústria Portuguesa*, Inquéritos Industriais, entre muita outra informação pertinente. Foi ainda realizada pesquisa no Arquivo das Infraestruturas de Portugal e no Gabinete de Toponímia de Vila Franca de Xira.

No que concerne ao trabalho de campo, este foi realizado por meio de observação direta, quer de algumas das fábricas existentes, quer dos pátios, vilas ou bairros operários. Procedeu-se ainda ao levantamento iconográfico, análise e interpretação de factos e fenómenos que ocorrem dentro dos cenários e ambientes fabris; recolha fotográfica, entrevistas e pesquisa das atividades recreativas e sindicais, de forma a extrair dados e informações diretamente da realidade do objeto de estudo.

Incluem-se nesta dissertação algumas entrevistas aos habitantes destas vilas e bairros operários do concelho de Vila Franca de Xira, recorrendo-se à história oral. Houve a preocupação de preparar uma série de perguntas base a realizar às pessoas, entrevistas que acabavam por ter uma componente mais espontânea. De referir que sempre que as perguntas visavam diretamente os patrões, os entrevistados mudavam de assunto, evitando assim responder.

### 1.3 – Contratempos na investigação

Um dos principais obstáculos encontrados foi o facto de algumas das fábricas estarem fechadas – algumas mesmo já extintas –, tornando-as inacessíveis. Outras empresas não disponibilizam a documentação dos seus arquivos, seja porque não os têm, seja por temerem a divulgação de informações confidenciais. No início desta investigação, em 2010, no caso da Cimpor foi veiculado que não poderiam ceder muitas informações, uma vez que iriam criar um museu; todavia, 10 anos volvidos, este jamais foi criado, tendo, além do mais, sido interrompida a comunicação por parte daquela entidade.

Já no âmbito municipal, pelo contrário, houve muito apoio, particularmente por parte da Dr.<sup>a</sup> Maria João Martinho<sup>1</sup>, do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, que pertence ao Departamento de Educação e Cultura (DEC) daquela autarquia, na Divisão Municipal de Cultura, Turismo, Património e Museus (DCTPM) e por parte do Dr. David Silva da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, Serviço de Ação Social, Cultura e Comunicação, os quais foram muito prestáveis no contexto desta investigação.

No Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira foi possível aceder a uma quantidade muito grande de informação, e o facto de a pesquisa ter estado parada alguns anos permitiu encontrar agora documentos que anteriormente não estavam devidamente catalogados e arrumados, ou que não tinham sido recolhidos ainda.

Apesar de existir bibliografia contemporânea do período analisado, escrita por alguns investigadores *antigos* de Vila Franca de Xira, muitas vezes estes não possuíam formação em História, mas baseavam as suas pesquisas em investigações exaustivas nos arquivos locais. A esta investigação documental sobre a história do concelho aliavam ainda o levantamento e descrição do património arqueológico existente (Camacho, 1992). Estes historiadores locais, como João Ferreira da Silva Amaral e Lino Macedo, entre outros, escreveram livros, incontornáveis para a construção da História local, mas que demonstravam algumas fragilidades. Por exemplo, alguns destes textos foram publicados anos mais tarde de terem sido escritos, podendo levar a certas discrepâncias. Os autores davam a sua opinião e não identificavam bem as fontes consultadas. Muitas vezes permaneciam análises isoladas e não eram capazes (talvez por falta de interesse) de relacionar o estudo da sua cidade com o de

---

<sup>1</sup> Historiadora da Arte do Departamento de Cultura / Divisão de Cultura, Museus e Património Histórico / Setor de Património Histórico da CMVFX. Licenciada em História, variante de História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

outras, com o desenvolvimento geral do país ou com grandes movimentos da História. Contudo, não deixam de ser muito válidos (Teixeira, 1993: 371).

Outra dificuldade encontrada foi a análise dos livros e jornais da época em estudo, mormente na busca de um equilíbrio entre as informações encontradas, percecionando-as de forma crítica. A título de exemplo: enquanto os jornais locais – e mesmo os nacionais – falam das festas de Natal nas grandes empresas, de como os seus proprietários são pessoas muito respeitadas, apreciadas e bondosas, e os trabalhadores estão muito agradecidos pelos ordenados ou pelas oferendas recebidas, por outro lado, no jornal *Avante*, e mesmo em jornais locais mais recentes, ou na literatura do neorealismo, aparecem muitas referências à insatisfação sentida por parte dos operários.

Relativamente às entrevistas, e tendo em conta a distância temporal, a situação atual é muito diversa da vivida no período aqui em estudo. Hodiernamente, a maioria destas habitações pertence já ao locatário, tendo outras sido vendidas a terceiros sem qualquer relação com os proprietários originais. Alguns destes já faleceram, ou estão numa idade avançada (pelo que estão falhos de memória), dificultando uma recolha fidedigna da situação. A expectativa era a de que alguns familiares mais novos que ainda lá vivem permitissem recuperar essas memórias. Por fim, acresce o problema inerente às situações em que as pessoas procuram dizer aquilo que pensam que serão as respostas corretas às perguntas realizadas, podendo enviesar um pouco o resultado da pesquisa.

Também a pandemia de Covid 19 foi um contratempo no desenrolar da monografia. Principalmente, no período em que Portugal esteve de quarentena, em que todos os serviços pararam, o que dificultava o contacto com os arquivos e bibliotecas, ou as idas aos próprios locais, dado que não se podia transitar de um concelho para outro. Quase um mês depois e aos poucos, começamos a ter os chamados serviços mínimos e aí, foi dando para contactar as instituições via email e conseguir algumas das informações necessárias para o desenvolvimento da dissertação. Presentemente, vamos fazendo as coisas com muito cuidado e parcimónia, reduzindo os contactos com outras pessoas ao máximo, mas o país tenta adaptar-se a este novo normal.

## 2 – Desenvolvimento industrial em Portugal

A difusão do processo da industrialização à escala planetária foi bastante diferenciada. Em muitos países, estas transformações ocorreram algum tempo após a sua eclosão no país de origem da Revolução Industrial, como foi o caso de Portugal, onde a industrialização se divulgou meio século após o seu arranque na Grã-Bretanha ou em França.<sup>2</sup> Com efeito, Portugal sofreu uma industrialização diferenciada, tardia e lenta, com algumas semelhanças com os países mais próximos e periféricos do sudoeste europeu (Tiago, 1997).

Apesar da lentidão, esta industrialização não deixou de provocar transmutações, algumas delas marcantes que consistiram na disseminação de invenções técnicas, substituindo a habilidade manual pela máquina, a energia humana ou animal é substituída pela força do vapor, desenvolvendo a organização do trabalho em grande escala (Miranda, *et al.*, 2001).

A partir de 1840, a industrialização portuguesa emerge de forma um pouco mais sólida, mas comparativamente com países da Europa central não aparenta um desenvolvimento tão significativo. Só na década seguinte, e mais especificamente a partir de 1870, é que se verifica um crescimento mais evidente (Nunes, 2015). Para Jaime Reis (1987), não se pode afirmar que a atividade económica tenha sido dominada pela indústria mesmo depois de 1870, isto porque, apesar de a agricultura estar a perder importância no setor económico, a indústria ainda não tinha conseguido tornar-se o setor dominante.

Na segunda metade do século XIX, paralelamente ao crescimento moderado da utilização do vapor, os industriais foram recorrendo à energia hidráulica, graças à abundância de recursos hídricos, ao aperfeiçoamento da roda e da turbina hidráulicas. Também neste período as indústrias fixaram-se de forma definitiva, principalmente na região de Lisboa, nos ramos das atividades têxtil, alimentar, produtos químicos, cerâmica e cimento. Num contexto em que Portugal tentava afirmar a sua posição imperial no mundo, iniciaram-se medidas específicas para a defesa de novas opções económicas que englobavam a utilização de novas tecnologias nos transportes, comunicações, agricultura e atividades artesanais (Nunes, 2015). As primeiras unidades

---

<sup>2</sup> Usarei o termo *industrialização* para facilitar a leitura deste trabalho, sem contudo pretender com isto afirmar que a industrialização em Portugal foi igual à de Inglaterra ou à de França.

fabris instalaram-se maioritariamente nas principais cidades ou em redor das mesmas, modificando-lhes a paisagem e a vida das populações.

Segundo Maria Conceição Caetano Tiago (1997:13), a oferta do emprego fabril em finais do século XIX “acentuou-se nas áreas ribeirinhas onde as facilidades de transporte por via-férrea ou fluvial constituíam fatores estimulantes para a implantação de numerosas indústrias.”

Entre os anos de 1850 e 1890 surgiram no estuário do Tejo, na zona industrial a norte de Lisboa, algumas indústrias. Fundadas maioritariamente por empresários que não queriam depender exclusivamente de atividades de carácter agrícola, tendo como tal investido nestas novas formas de produção. Procuravam meios que ajudassem a sustentar a atividade agrícola mais inconstante. Existia ainda uma ligação direta entre os novos proprietários agrícolas, de origem burguesa, e os novos empresários industriais que operavam essencialmente nas áreas das indústrias têxtil, química e moagem de cereais. Exerciam a sua atividade nas duas áreas, agricultura e indústria. Tinham cargos na gestão das empresas e na direção técnico-científica, desenvolvendo conhecimentos científicos e tecnológicos. Aplicavam na indústria nacional as inovações tecnológicas e conhecimentos científicos que assimilavam no estrangeiro, aperfeiçoando-os. Rodeavam-se de homens da ciência e técnicos especializados, muitos de origem estrangeira (francesa, italiana, inglesa e alemã, donde também provinham, muitas vezes, essas inovações tecnológicas), com quem trabalhavam, recolhiam e partilhavam conhecimentos científicos (Nunes, 2015).

Por um lado, persistia um mundo pré-industrial, por outro, desenvolveu-se um processo de industrialização em novos moldes (Costa, 1990) mais exigente em termos de recursos humanos e materiais, tecnologias e escala das empresas.

O jornal *Informations Economiques* comenta largamente a situação económica portuguesa e fornece aos seus leitores, além da resenha dos últimos progressos da indústria portuguesa, o quadro do intercâmbio comercial luso-suíço nos últimos dois anos, sublinhando: “Portugal prossegue na sua política de industrialização, a fim de se libertar, pelo menos em parte, da importação de produtos acabados. Depois de confirmar que a gama e o número de artigos de uso corrente fabricados no país está em progressão constante, [...]. O progresso das fábricas de produtos químicos e metalúrgicos, bem como de material elétrico, prosseguiu em cadência bem ritmada. [...]. A agricultura, a pesca e as indústrias derivadas, a

produção de energia elétrica, os transportes e as comunicações, bem como o ensino e as pesquisas técnicas, serão os principais beneficiários dos investimentos previstos no segundo Plano de Fomento, iniciado em 1959.”<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> “O progresso da Indústria em Portugal apreciado numa publicação *Suíça*” in *Diário Popular* de 20-01-1960, 1960, p.16.

## 2.1 – A industrialização no concelho de Vila Franca de Xira

O comércio de produtos transformados, panos e os vestidos de pele eram importantes para a economia (foral de 1212 e foral manuelino de 1510). Também já aqui se transformavam produtos agrícolas locais, através da moagem e dos fornos<sup>4</sup>. A região de Vila Franca de Xira era muito rica na produção de sal, chegando a exportar este produto.

A conhecida hipertrofia do terciário, características do Antigo Regime, continuou a fazer-se sentir ao longo de Oitocentos. Feiras, mercados e lojas (tendas, cafés e tabernas) absorviam uma mão-de-obra relativamente expressiva. À atividade comercial ligava-se frequentemente a dos transportes. Estes ocupavam, direta ou indiretamente, almocreves, carregadores, correiros e ferradores, cocheiros, barqueiro, ferroviários e pessoal diverso, ligados aos transportes. Entre outras atividades significativas, em muitos centros urbanos, dispúnhamos da olaria, a serralharia, a carpintaria, a marcenaria, as artes gráficas, a caldeiraria/latoaria, a sapataria e a confecção (Mendes, 1993, pp. 493-494).

Ainda no século XVIII, o grande terramoto de 1755 foi um dos fatores que mais destruição provocou no concelho: “Em 1758, o prior das Cachoeiras dizia que, antes do terramoto, tinha havido aqui uma torre de dois sobrados, que na época em que ele escrevia, estava reduzida a um sobrado só. Dizia mais, que havia uma ermida da N. S.<sup>a</sup> do Pilar, em estado de decadência para se poder ali dizer missa.” (Henriques, 1997: 62).

Até aos finais do século XIX, o concelho de Vila Franca de Xira está ligado a uma forte ruralidade. A indústria tem pouco significado no concelho, quase não existindo fábricas. Algumas das razões que poderão ser apontadas para esta situação são as contrariedades que ocorreram em Vila Franca de Xira, principalmente no século XIX, segundo Macedo (1992).

Segundo António Dias Lourenço (1995), Vila Franca de Xira juntamente com Benavente foram zonas fortemente afetadas pelo terramoto de 1755: “Num repente, pelas 9h após um estrondo ensurdecedor Vila Franca de Xira e outras freguesias do termo do Concelho ficaram reduzidas a um montão de escombros. [...]. Na margem direita – Castanheira,

---

<sup>4</sup> Faziam-se produção de linho - matéria-prima para o fabrico de vestuário - vinho, água-pé, vinagre, azeite e azeitona salgada, além de que já se fabricavam telhas, tijolos, loiça de barro. A madeira era utilizada em vários tipos de construções, incluindo a naval ou usada como combustível.

Povos, Vila Franca, Alhandra – muitas casas abriram fendas e ruíram.” (Lourenço, 1995:104-105). Já no século XX, em 1909, houve outro terramoto de grandes dimensões. Os dois terramotos provocaram destruições enormes, grandes perdas de vidas humanas e bens materiais (Lourenço, 1995:104 e Costa, 2001).

Outro fator bastante prejudicial para o crescimento económico do concelho de Vila Franca de Xira foram as invasões Francesas (século XIX). Com efeito, em 1810 dá-se a terceira invasão francesa, liderada pelo Marechal Masséna, que foi detida nas linhas de Torres. Para a sua derrota, segundo Fernando Costa Dores (2010), contribuiu não só a qualidade do exército luso-britânico, sob comando de Wellington, mas também a estratégia utilizada por este general e desenvolvida com base nas Linhas de Torres Vedras. Este sistema defensivo consistia numa linha de redutos de alvenaria que reforçavam os obstáculos naturais do terreno, formando uma espécie de ilha protetora. A primeira linha ligava Alhandra à foz do Sizandro; a segunda ligava o Forte da Casa a Ribamar; a terceira ligava Paço de Arcos à Torre da Junqueira: uma quarta linha foi ainda levantada na península de Setúbal. O exército de Masséna manter-se-á na zona entre novembro de 1810 e março de 1811, à espera de reforços. O facto de o exército francês estar estacionado sem poder agir, viria a provocar um mal-estar generalizado. Conseguiriam manter-se, pilhando os mantimentos de que precisam, destruindo tudo à sua passagem.

Wellington implementou uma estratégia para dificultar o abastecimento de alimentos aos franceses, dependentes dos recursos naturais que iam encontrando no país, fazendo deslocar a população rural da sua linha de marcha para trás das Linhas de Torres e destruindo os seus campos agrícolas: “Na retirada em derrota, os soldados franceses desceram em grandes magotes pelas encostas das cachoeiras onde saquearam tudo.” (Lourenço, 1995: 27). As mesmas coisas fizeram em Povos, Castanheira e Vila Franca de Xira “donde aliás, a maioria dos habitantes havia fugido para Lisboa. [...]. Os invasores enfurecidos pela derrota, não pouparam nada. Destruíram a própria Igreja Matriz de Vila Franca de Xira, levaram os quadros mais valiosos, arrombaram adegas, etc. [...]. As populações de Vila Franca de Xira e Alhandra ficaram na miséria e os campos devastados e incultos por largos tempos.” (Lourenço, 1995: 27).

As cheias no rio Tejo constituem um outro tema incontornável da vida e da história do concelho de Vila Franca de Xira e das suas gentes. São as cheias que fertilizam os campos, mas também são as cheias que isolam povoações, cortam estradas,

deixando por vezes marcas difíceis de apagar. De acordo com Lourenço houve em “1876 a maior do século XIX. [...]. A cheia de 1936/37 foi igualmente de volume excepcional, mas em todo o caso, das três de maior volume, a mais benigna. [...]. Mesmo assim provocou destruições materiais de monta. [...] [a cheia de] 16 de Fevereiro de 1941 assumiu, como a de 1876, dimensões de tragédia em toda a região do Vale do Tejo.” (Lourenço, 1995: 109-110). Não admira, pois, que o desenvolvimento industrial tenha demorado a chegar ao concelho de Vila Franca de Xira.

Em 1729 começou a funcionar a primeira manufatura de couros em Portugal. O objetivo era substituir as importações inglesa e marroquina. A Real Fábrica de Atanados de Povos, na zona da Quinta da Fábrica<sup>5</sup>, aproveitou a localização estratégica, a um quilómetro do cais de Povos. Daqui os couros embarcavam para Lisboa e desta seguiam para outros pontos do país e do mundo. No entanto, a produção e a qualidade do produto foram sempre insuficientes (Camacho,1994): “A Vila de Povos possuía sobre o Tejo um cais e escada de cantaria como ainda hoje se vê<sup>6</sup>, e muito frequentada como escala tanto dos barcos que desciam pelo rio a Lisboa como dos que saindo desta subiam acima pelo mesmo rio.” (Macedo, 1992: 185).

Fatores como o abastecimento de água, a existência de matérias-primas (calcário, argilas), de produtos agrícolas (azeitona, a vinha e os cereais) e a rapidez em fazer chegar os produtos ao seu destino, terão levado à escolha de Povos para instalar a fábrica de atanados. Os mesmos fatores permitiram, ao longo dos tempos, um “desenvolvimento de um conjunto de complexos ligados ao pré-industrial e proto-industrial, distribuídos por todo o Concelho, com maior incidência junto à via de comunicação natural que era o rio Tejo.” (Fernandes *et al.*, 1996: 89).

Só no século XIX é que o concelho de Vila Franca de Xira tomou a forma administrativa semelhante à que tem hoje. As unidades municipais herdadas do período medieval ou do Antigo Regime vão-se extinguindo, e outras irão surgir ou ganhar importância.

Povos foi perdendo importância. A desativação do cais de Povos foi um dos motivos para o definhamento desta unidade industrial e da progressiva perda de

---

<sup>5</sup> Imóvel de Interesse Público, <http://patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71917>, (03-05-2020).

<sup>6</sup> “O dr. Amaral escreveu esta *Memória* em 1851. Na atualidade já não existe tal cais, que foi coberto com os lodos do Tejo.”

importância desta vila (Camacho, 1994). Vila Franca de Xira, todavia, assimilou-a, acabando por juntar os extintos concelhos de Povos, Castanheira, Alhandra e Alverca. Em 1886, o concelho dos Olivais extingue-se e assim a freguesia de Vialonga passa também para a área administrativa do concelho de Vila Franca de Xira.<sup>7</sup>

O concelho de Vila Franca de Xira funcionou, desde há muito, como encruzilhada de caminhos, como centro onde as trocas comerciais desempenhavam um papel importante, facilitadas pelas comunicações fluviais. A agricultura, a pesca, o artesanato e o comércio eram as atividades com maior peso na economia local. O Inquérito Industrial de 1881 diz-nos que, no concelho de Vila Franca de Xira, só Santa Iria, freguesia mais próxima de Lisboa, possuía uma fábrica de produtos químicos (fundada em 1867) e uma fábrica de moagem de trigo, desde 1877<sup>8</sup>. No Inquérito Industrial de 1890 refere-se que nas restantes freguesias só existia a chamada pequena indústria, que empregava cerca de 10 pessoas<sup>9</sup>. Apenas na fábrica de cerâmica e olaria, em Alhandra, é que existia uma máquina de vapor.

A construção de transportes e vias de comunicação, como os caminhos de ferro, bem como a onda de industrialização do final do século XIX, marcaram o início de um novo período no desenvolvimento do concelho de Vila Franca de Xira. Em 1879 chega a iluminação pública a petróleo, mas só em 1931 entra a eletricidade. Já o abastecimento público de água só deixou de ser feito pelos aguadeiros em 1950, quando se concluíram os depósitos de água para abastecimento da vila (Lucas, 2003).

A fixação de indústrias mais modernas só se dá no concelho de Vila Franca de Xira, com a chegada do comboio. Tal como acontece com as fábricas de confeção de cintas e que, segundo Lino de Macedo (1992), “ocupavam muitos braços”.

Ao Tejo, que enquanto via de comunicação servia de entrada para a matéria-prima e escoamento do produto final, vieram juntar-se a Estrada Real, que ligava Lisboa ao Porto<sup>10</sup>, e o troço do caminho-de-ferro, facilitando a circulação de produtos. Já os 25

---

<sup>7</sup> *O Concelho em que vivemos*, Município de Vila Franca de Xira, 1998, p.15.

<sup>8</sup> *Inquérito Industrial de 1881*, Inquérito direto segunda parte, Visita às fábricas, Livro primeiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

<sup>9</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca, Cap. Indústria pp. 275-276, Documentos de Apoio das Firms, Anúncios – 1933-1993, Série Património Arqueológico Industrial de Vila Franca de Xira, ao abrigo da associação portuguesa de arqueologia industrial, caixa 18.

<sup>10</sup> Que depois viria a ser substituída pela estrada nacional n.º 1 e posteriormente pela Estrada Nacional n.º 10.

quilómetros da autoestrada não parecem ter tido tanta importância no desenvolvimento industrial verificado, pois só havia saída em Alverca e em Vila Franca de Xira<sup>11</sup>.

Com uma artéria de circulação tão completa, foram-se instalando entre o rio e a linha férrea, bem como ao longo da Estrada Nacional n.º 10, as grandes unidades industriais. As primeiras freguesias onde se instalaram fábricas, nos finais do século XIX, foram Póvoa de Santa Iria e Alhandra. Foi um processo lento, mas progressivo, onde a ideia principal era não estarem exclusivamente dependentes da agricultura e da sua instabilidade. Seguiram-se-lhes a freguesia de Vila Franca de Xira, com um desenvolvimento grande nos anos 50, e, por fim, Alverca.

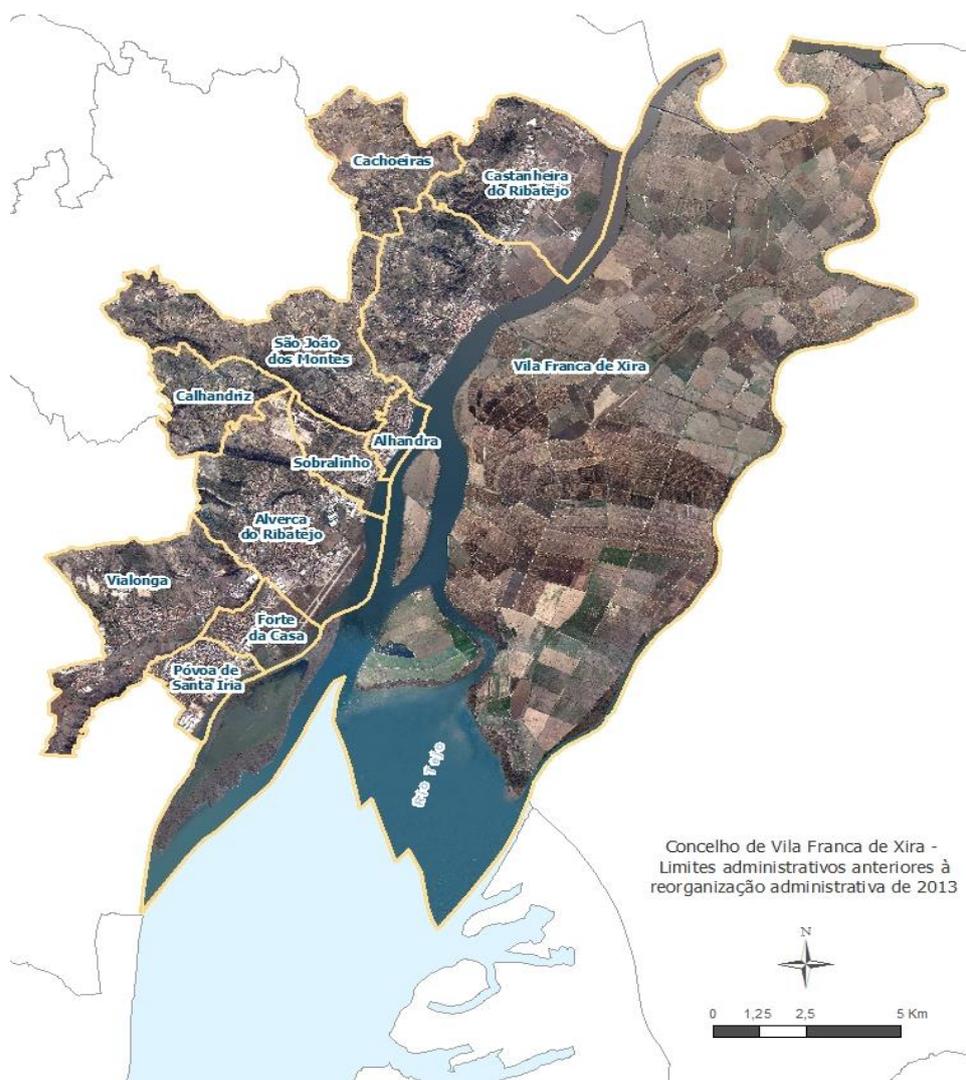
Inicialmente, a região começou a ser procurada devido à existência de trabalhos sazonais ligados à agricultura. Depois, esses mesmos trabalhadores ocuparam-se não só do trabalho agrícola, mas também do industrial. Foi o caso de alguns dos operários da fábrica de moagens Moinhos de St.<sup>a</sup> Iria, que vieram do Alentejo para trabalhar nas herdades do Mouchão da Póvoa. Depois de finalizados os trabalhos agrícolas, foram atraídos por um horário e salário fixos nesta fábrica (Fernandes *et al.*, 1996). A indústria veio criar diferentes ritmos, relacionados, por um lado, com o tipo de produção e, por outro, com mudanças bruscas no *modus vivendi*. Apesar da precariedade que caracterizou a atividade industrial, desde os seus primórdios, esta viria a trazer alguma segurança (mesmo que temporária) a quem dela dependia.

No período da I República registaram-se apenas duas ou três fábricas. Não obstante, em 1917 contavam-se já 16 fábricas, realidade visível nas *Estatísticas Industriais de 1917*, que nos apresentam ainda o número de trabalhadores de cada fábrica. Em 1930, o *Registo do Trabalho Nacional* refere já 83 estabelecimentos fabris (Manique, 1986). Mas o maior desenvolvimento no concelho dá-se nas décadas de 1950 e 1960: “O grande crescimento industrial que marcou as décadas de 50 e 60 – o sector secundário passou de 33% em 1950 para 54% em 1970 – foi feito fundamentalmente à custa da redução do emprego na agricultura. Que passa de 32% no ano de 1950 para 3% no ano de 1981.”<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Em 1961 foi construído o troço de Lisboa – Vila Franca de Xira, mas a ligação Vila Franca de Xira – Carregado só em 1977 é que fica terminada. O que já sai do âmbito cronológico deste estudo.

<sup>12</sup> *O Concelho em que vivemos*, Município de Vila Franca de Xira, 1998, p.18.



Mapa do Concelho de Vila Franca de Xira<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Mapa, gentilmente cedido pelo Gabinete de Toponímia da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Inclui as 11 freguesias do concelho, mapa anterior a 2013, de forma a mostrar a disposição das freguesias do concelho de Vila Franca de Xira, antes da união.

## 2.2 – Desenvolvimento Industrial por freguesia

### 2.2.1. Póvoa de Santa Iria

À Póvoa de Santa Iria chegou, em 1859, a indústria de produtos químicos “que foi de Henry Bachofen & C.”<sup>14</sup>, conhecida por *Fábrica da Póvoa*. Irá sofrer constrangimentos vários, tendo mudado algumas vezes de proprietário, ulteriormente dando origem à Companhia Industrial Portuguesa – CIP: “se tornou uma esplêndida unidade industrial no seu género, até ser hoje uma importante e moderna fábrica de adubos e produtos químicos, onde trabalham algumas centenas de pessoas.”<sup>15</sup> Funcionou até meados dos anos 1960 (Fernandes *et al.*, 1996).

Durante o Estado Novo, poucos eram os jornais que falavam das dificuldades pelas quais as empresas passavam. Apenas referiam os aspetos positivos das mesmas, sendo um pouco complexo perceber, através da imprensa, quando é que as empresas estariam efetivamente em dificuldade. Como refere Fernandes, “Esta freguesia (a Póvoa de St.<sup>a</sup> Iria), que era, ainda não há muitos anos, um meio industrial muito próspero e florescente, foi rudemente atingida pela crise do pós-guerra [I Guerra Mundial], tendo muitas fábricas encerrado as suas portas e paralisado a sua laboração.” (Fernandes *et al.*, 1996: 77).

Esta situação manter-se-ia durante longos anos, tendo a Póvoa de Santa Iria visto declinar a sua importância como centro fabril. Restaram apenas as fábricas da Companhia Industrial Portuguesa. Na época, a CIP possuía uma fábrica de carbonato de soda (potassa), cuja atividade se retomou, mas a concorrência estrangeira dificultou esse reinício. Não obstante as ampliações e aperfeiçoamentos dos programas de desenvolvimento, aguentou-se até cerca de 1933. Entretanto a Solvay, uma empresa belga, instala-se em Portugal e compra a fábrica de cloreto de soda pertencente à CIP, terminando assim com a concorrência. Após esta compra, a Solvay funda a Soda-Póvoa. Essa nova empresa será de grande importância, já que permitirá abastecer algumas das indústrias, tais como as de vidraria, saboaria, têxteis e papel. Em 1987, a Soda Póvoa muda de nome para Solvay - Portugal, Produtos Químicos, tendo vindo a contratar um elevado número de trabalhadores. (Fernandes *et al.*, 1996).

---

<sup>14</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. *A Póvoa de Santa Iria, Breves apontamentos da sua importância Industrial* in Vida Ribatejana, Edição Especial, março / abril, 1952.

<sup>15</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. “A Póvoa de Santa Iria, Breves apontamentos da sua importância Industrial” in Vida Ribatejana, Edição Especial, março / abril, 1952.

Teremos ainda outras unidades fabris: “(...) a fábrica de descasque de arroz pertencente à firma A. Briz Garcia & C.<sup>a</sup> modernamente equipada (...) A indústria de pimentão e a exportação de frutas verdes e secas de que também se ocupa, colocam esta fábrica em esplêndida posição entre as indústrias congêneres. [...]. Também a indústria de conservas se estabeleceu há anos na Póvoa de Santa Iria. A fábrica de Conservas *Iris, Lda.* produz excelentes conservas de frutos e produtos hortícolas, em larga escala exportados, nomeadamente para o Brasil.”<sup>16</sup> Algumas já só perduram na memória e na documentação histórica, tais como a *Evinel*, a *Icesa* e a *Eurofina*. A *Nitratos de Portugal*, fábrica de adubos, teve um papel muito relevante na história da indústria desta freguesia e no concelho, vindo a dar origem à *Quimigal*. (Fernandes *et al.*, 1996).

### 2.2.2. Alhandra

Alhandra, beneficiando da sua relação com o rio Tejo, foi um grande interposto comercial até à sua ocupação pela indústria. Além da pesca e comércio do sável, os negócios mais expressivos correspondiam à comercialização de palhas de trigo, cevada ou aveia, cereais e vinho – produtos oriundos na sua maioria da zona do Oeste, escoados através do porto daquela localidade (Fernandes *et al.*, 1996: 82). Também aqui, em 1892, iniciaram o seu funcionamento duas fábricas têxteis, uma de tecidos de linho e juta, e outra de fazendas de lã, esta última localizada na Quinta da Figueira. (Macedo, 1992); em 1894, começa a funcionar a fábrica de cimentos fundada por António Teófilo de Araújo Rato, o primeiro cimento começou a ser comercializado sob a marca registada Tejo (Oliveira, 1995). Após alguns anos e muitas transformações, deu lugar à atual *Cimpor*.

As fábricas Cimpor e a Sociedade Têxtil do Sul Limitada serão as responsáveis pelo início das transformações económicas e sociais desta freguesia: “A principal indústria na terra nesses tempos era a cerâmica. Funcionava com características pouco diferentes das actuais [...]. Todos os processos de fabrico eram rotineiros e manualmente executados e só há cerca de trinta anos sofreram algumas modificações. [...]. No Inverno não trabalhavam. E todo o fabrico se limitava à telha portuguesa (chamada telha de Alhandra) e ao tijolo de alvenaria. [...]. Os tempos são outros. Mudaram para melhor. [...]. A indústria da cerâmica contínua em Alhandra e os seus industriais vivem desafogadamente e amealham. [...]. Outra indústria teve Alhandra que, também pobre representava um quadro interessante nessa

---

<sup>16</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. *A Póvoa de Santa Iria, Breves apontamentos da sua importância Industrial* in Vida Ribatejana, Edição Especial, março / abril, 1952.

vila – a pesca do sável. [...]. Até ali, era Alhandra que fornecia todas as terras daquela região, de palha, cereais e arroz.”<sup>17</sup>

O conjunto fabril que veio a instalar-se na freguesia de Alhandra (década de 1940) era bastante impressionante, não tanto pela quantidade das fábricas, mas pelas dimensões das mesmas e pelo número de trabalhadores que empregavam. De destacar a fábrica Sociedade Têxtil do Sul, Limitada (também apelidada de Fábrica de Juta), que tem o seu arranque nos finais do século XIX, sofrendo algumas vicissitudes nos anos 1930 e também em 1944, mas mantendo-se em funcionamento até à década de 60 (Fernandes *et al.*, 1996). “A fábrica está (...) situada à beira do Tejo, pelo qual tem serventia fácil por intermédio de um cais próximo da estação do caminho-de-ferro. (...) [De grandes dimensões] 86 metros de comprimento por 18 de largo a oficina principal que comunica pelo centro com a casa do motor que é da força de 150 cavalos e construído pela casa Marshal & Sons, de Gainsbourgh (...) tudo se faz mecanicamente depois do tecido ter passado pela calandra, que é a máquina mais importante que tem a fábrica e sem dúvida no seu género, a única no país. [...]. O pessoal operário é quase todo de Alhandra, excepto o mestre sr. José Cândido, que veio de uma das principais fábricas desta especialidade e reúne todas as qualidades necessárias para o lugar que exerce e que montou todas as máquinas da fábrica, excepto o motor de transmissões que foi montado pelo maquinista Trindade, da Companhia Fabril Lisbonense.” (Macedo, 1992: 358-359).

Outra das fábricas a destacar é a já referida Cimpor. Esta começou a produzir cimento, matéria-prima muito utilizada e que até então havia sido quase liminarmente importada de Inglaterra, vindo assim suprir esta necessidade no país. Não admira, portanto, o interesse de António Teófilo Moreira Rato na implementação deste projeto fabril, já que seu pai, António Moreira Rato, era comerciante de materiais de construção civil, entre os quais o cimento. A 6 de outubro de 1892, pede o “alvará para a introdução da nova indústria” (Oliveira, 1995: 24), ou seja, do cimento Portland artificial, obtendo a concessão da patente, por alvará régio de 24 de abril de 1894.

Distando cerca de 26 km de Lisboa, beneficia atualmente de bons acessos rodoviários (através da EN10 e A1), estando a fábrica ligada à linha de caminho-de-ferro do Norte através de ramal ferroviário próprio e dispondo de um porto fluvial. O calcário, necessário à sua atividade, era extraído da pedreira de calcário do Bom Jesus,

---

<sup>17</sup> *O que foi a vida industrial e comercial de Alhandra nos fins do século passado*, in Vida Ribatejana, 1943, ano 27º, III Vol. n.º 1132, pp 63-64, Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira.

situada a cerca de 2 km da fábrica, sendo a argila igualmente extraída nas redondezas (Fernandes *et al.*, 1996). A fábrica foi-se modernizando, tentando acompanhar as evoluções tecnológicas nas diferentes etapas da sua vida.

Em 1931 entrou em laboração o primeiro forno rotativo; três anos mais tarde veio o segundo, ambos a funcionar pelo processo de via húmida. Em 1959 foi instalado nesta fábrica o maior forno cimenteiro do mundo (167,5 metros de comprimento), com capacidade de produção anual de 500 mil toneladas de clínquer<sup>18</sup>. Em maio de 1974, a fábrica foi nacionalizada, à semelhança de tantas outras. Ela teve papel de grande importância ao longo da sua existência, já que tentou sempre modernizar-se e acompanhar a evolução tecnológica; além do mais, fomentou toda uma panóplia de regalias de âmbito social, tais como apoios na reforma, bairros sociais, casa de recreio, apoio médico e social – tópicos que iremos desenvolver.

Nos anos 30 do século XX surgem duas fábricas de descasque de arroz, que sobrevivem durante décadas, mas que fecham ambas em 1981. Na década de 60 são inauguradas outras duas fábricas, desta feita ligadas à moagem de cereais. Alhandra possuiu duas das maiores fábricas do concelho de Vila Franca de Xira que mais operários empregaram. Foi também a freguesia onde se estabeleceu uma maior variedade de tipos de indústria.

A Empresa Nacional de Penteação de Lãs, inaugurada no ano de 1892 por Francisco Domingues de Assis e situada na Quinta da Figueira, atualmente considera-se que se encontra na freguesia do Sobralinho (freguesia criada nos anos 1980) destinar-se-ia a fiar e tecer lãs: “A Empresa Nacional de Penteação de Lãs (...) veio dotar o país de uma nova indústria e com o objectivo de criar os penteados feitos com lãs portuguesas que, até à existência desta empresa não existiam para venda [...]. A montagem da Empresa Nacional de Penteação de Lãs veio demonstrar que era possível com lãs nacionais criar tipos da mesma finura do que os obtidos com as lãs estrangeiras [...]. Abastece o mercado na proporção de mais de 70% das suas necessidades em lãs penteadas.”<sup>19</sup>

Segundo Lino de Macedo, a fábrica chegou a funcionar com muitas máquinas “três fiações, cada uma com 420 fusos. (...) sortidos de cardas, cada um composto de 3

---

<sup>18</sup> O cimento é composto principalmente de clínquer e de adições, sendo o clínquer o principal componente presente em todos os tipos de cimento, a partir do qual se fabrica por exemplo o cimento Portland.

<sup>19</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. *Indústria do Concelho de Vila Franca de Xira* in Vida Ribatejana – Número especial, 1942, ano 26.º II Vol. n.º 1065 a 1074, pp. 35-36.

máquinas, uma caneleira, uma encardadeira mecânica e urdideiras manuais”. Possuía também uma máquina de fiar algodão “completa novidade em Portugal. (...) e [teares mecânicos] todos dos mais recentes modelos. (...) O pessoal desta fábrica, cuja construção começou em 1890, é de 150 pessoas. O capital é de 100 contos.” (Macedo, 1992: 359-361).

A Empresa Nacional de Fiação de Lãs passaria por diversas mãos ao longo dos anos. Na década de 1980 foi vendida a um grupo francês, sendo encerrada compulsivamente, a fim de não fazer concorrência com suas fábricas têxteis do mesmo dono em Barcelona.

### **2.2.3. Vila Franca de Xira**

No início do século XX, em Vila Franca de Xira, instalar-se-iam a moagem industrial e ainda uma fábrica de cintas. Em 1930, o *Anuário Comercial* permite-nos ver que nesta freguesia existia uma profusão de pequenas oficinas, mas apenas cinco fábricas: descasque de arroz, moagem, cimento e cal hidráulica. Em 1945 subiu para oito com o aparecimento da fábrica de fiação de lãs, uma de laminagem e uma outra de torrefação<sup>20</sup>.

Também Vila Franca de Xira seria uma das freguesias que menor número de empresas viria a fixar. A sua situação geográfica acabaria por influenciar: de um lado, o rio; do outro, serras de difícil acesso, um pouco fora das vias de comunicação. Daí que a freguesia tenha conservado a sua vertente mais agrícola. A existência das lezírias do Tejo e Sado, na outra margem, fez com que a implantação industrial se limitasse aos espaços livres e no interior da então vila. Tal como Alverca, só nos anos 1950 é que Vila Franca de Xira viria a ter algum desenvolvimento industrial.

---

<sup>20</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Cap. Indústria pag. 266, Documentos de Apoio das Firms, Anúncios – 1933-1993, Série Património Arqueológico Industrial de Vila Franca de Xira, ao abrigo da associação portuguesa de arqueologia industrial, caixa 18.

#### 2.2.4. Alverca do Ribatejo

Em 1918 chegou a Alverca o Parque de Material Aeronáutico, que deu origem às atuais Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA). Pela dimensão da sua implantação, haveria de condicionar o ordenamento futuro da então vila, onde só nos anos 1950 se desenvolveriam as principais indústrias que, durante muitos anos, tornaram a cidade com maior concentração industrial do concelho. Este tardio desenvolvimento da freguesia de Alverca deve-se maioritariamente ao não aproveitamento da zona ribeirinha, já que esta se encontrava vedada à população, devido à existência das instalações das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico.

A Sociedade Moniz da Maia e Vaz Guedes, fundada em 1952, mais tarde conhecida por Mangue, irá evidenciar-se no ramo metalomecânico, indo ao encontro da política industrial nacional de construção de barragens, portos, estaleiros, pontes e viadutos. Durante a década de 1960, esta empresa irá mesmo participar em construções noutros países como Bélgica, Turquia e Singapura. Na mesma altura é fundada a Escola Profissional de Soldadura, que será o embrião da futura Escola de Formação Profissional. Na década de 1970, a Mangue apostaria no desenvolvimento de uma política social para os seus trabalhadores: posto médico, refeitório, condições especiais para trabalhadores-estudantes. Em 1979 aumenta o número de operários, e na década seguinte a política da empresa direcionar-se-á para o desenvolvimento de ações de formação e reciclagem do seu pessoal.

Nos anos 1990 assiste-se a uma transformação da empresa: a Mangue unir-se-á com outras empresas, transformando-se numa *holding* em 1991; três anos mais tarde, encerrará definitivamente as suas portas no concelho. (Fernandes *et al.*, 1996).

Concluindo, face aos dados de 1975<sup>21</sup>, algumas freguesias, como a de Cachoeiras e Calhandriz, não dispõem, de qualquer empresa fabril ou dispõem de muito poucas. Já nas freguesias de Alhandra, Alverca, Póvoa de Santa Iria e Vialonga, pelo contrário, encontramos uma grande concentração industrial, daí resultando que a população se tivesse distribuído pelas freguesias consoante a oferta de trabalho

---

<sup>21</sup> Ordenamento do Território do Concelho de Vila Franca de Xira, tomo 2, Hidrotécnica Portuguesa, 1975.

No entanto, a distribuição desta implantação industrial é irregular. Primeiro, a margem esquerda é fundamentalmente constituída por lezírias, enquanto na margem direita é onde encontramos as principais indústrias do concelho. Existiam três grandes zonas de concentração industrial:

- A primeira estava ligada aos primórdios da industrialização junto ao rio Tejo e aos caminhos-de-ferro. Ocupava grandes superfícies de implantação, sendo constituída por indústrias consideradas de grande porte.
- Uma segunda área distribuía-se por todo o concelho. Fábricas que foram absorvidas pela malha urbana, como foi o caso da Fiação Nacional de Lãs, já desaparecida.
- Por último, as fábricas que nasceram à beira da estrada nacional n.º 10, maioritariamente implantadas nas décadas de 1950-60. Casos da Sonadel, Somapre, Aquapor entre outras. A Pentealã, apesar de ser de outro período temporal, acaba por pertencer a esta zona de concentração industrial.

Assim, estas unidades fabris vão funcionar como fator de atração para um número crescente da população, facto de que resultará um incremento demográfico. O concelho cresce com a população, ganhando então um novo fôlego, não só económico, mas também cultural.

### 2.3 – Desenvolvimento industrial – reflexos demográficos

Como afirmámos, um dos efeitos da industrialização no concelho de Vila Franca de Xira traduziu-se num progressivo crescimento demográfico. Em 1864, a população total do concelho de Vila Franca de Xira era de 13.622 pessoas, valor que no ano de 1900 passou para 15.766 habitantes, chegando aos 21.349 habitantes em 1920. Nestes primeiros 20 anos do século XX a população teve um aumento de 35%.<sup>22</sup>

Em 1960, o concelho tinha 40.594 habitantes, aumentando para 104.610 residentes, de acordo com os censos de 1991. Neste período, a população cresceu, assim, mais de 60%.<sup>23</sup> (Anexo A). A este período de aumento da população correspondeu uma forte implantação industrial no concelho. (Anexo B).

O concelho de Vila Franca de Xira foi povoado ao longo dos tempos por populações de diferentes origens. Os primeiros migrantes do século XIX, e talvez mesmo do século XVIII, eram pescadores da costa atlântica norte, oriundos de Ovar, Murtosa e Estarreja, os quais vieram em busca de melhor faina, tendo ficado conhecidos como *varinos*. Da pesca, tendo passado para áreas mais comerciais, misturaram-se os *varinos* com a população vila-franquense. Já os *avieiros*, oriundos da praia de Vieira de Leiria, chegaram ao Tejo desde o século XIX, mas principalmente a partir de meados do século XX.

No entanto, na era industrial, os migrantes vieram um pouco de todo o país, principalmente de zonas como o Alto Ribatejo, Alentejo, Beiras e, com menos expressividade, de Trás-os-Montes. Esta migração deve-se a diferentes razões, entre as quais o facto de haver uma onda de migração do interior para o litoral, com grande incidência para a capital e para os concelhos periféricos como é o caso de Vila Franca de Xira. No próprio concelho, pelo facto de haver trabalho na indústria, sobretudo a partir da década de 1950. Não admira, pois, que a estes novos operários viriam ainda juntar-se, em anos mais recentes, trabalhadores de serviços e jovens oriundos da capital: “Em Lisboa, quase não se pode viver; e tanto que uma parte da população operária foge para os arredores, onde no entanto a carestia se começa também a acentuar.”<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> Censo Vila Franca de Xira 1864-2011, <https://populacaodistritodelisboa.jimdofree.com/vila-franca-de-xira/> (2018-5-31).

<sup>23</sup> *Idem*.

<sup>24</sup> *A Voz do Operário* de 24 de Maio de 1904, «O problema da Habitação», in TIAGO, Maria da Conceição, (1997). *O Bairro Social da Ajuda/Boa Hora. Um projeto da República Nova e uma*

Não muito distante do centro que representava a cidade capital do país, Lisboa, o concelho de Vila Franca de Xira foi crescendo em termos populacionais, em grande medida devido a uma população oriunda de outras regiões que ali se foi estabelecendo.

### **3 – Crise na habitação**

Com o desenvolvimento industrial e o conseqüente aumento populacional e urbano, assiste-se a uma crescente preocupação em torno das questões relativas à salubridade e higiene dentro das cidades. O período de 1880 a 1940 correspondeu a uma fase de consciencialização – na maior parte dos países europeus e também em Portugal – da crise habitacional, e ainda à elaboração de estratégias para resolver o problema da habitação das famílias com baixos recursos. Passou-se de uma fase em que o mercado não era regulado (sendo essencialmente privado), para as primeiras intervenções estatais, apesar de tímidas e de carácter eminentemente legislativo. Posteriormente, desenvolveram-se programas de habitação estatal de maior escala. Apesar de o processo de industrialização em Portugal não ter acompanhado o ritmo e intensidade dos países mais desenvolvidos, houve ainda assim a necessidade de resolver problemas sociais que se fizeram sentir com muita intensidade, tais como o da habitação condigna.

Nos finais do século XIX, com a expansão da indústria, a oferta de emprego nas fábricas desloca-se para áreas ribeirinhas, onde as facilidades de transporte, por via fluvial ou férrea, são fatores de estímulo para a sua implantação (Tiago, 1997). Lisboa e Porto eram, neste período, as cidades mais industrializadas do país, mas também onde os problemas de habitação eram mais graves. Estas duas cidades acabaram por ter um papel essencial na discussão e no desenvolvimento de estratégias de habitação. Foi aqui que se construíram, por intermédio de industriais e de filantropos, as primeiras casas de renda económica. Quanto ao papel do Estado, só no início do século XX é que este começa a tomar iniciativas no âmbito da habitação (Teixeira, 1992): “Com perto de 200 000 habitantes em 1801, a capital aumenta moderadamente até à segunda metade de Oitocentos, para atingir mais de 350 000 residentes em 1900, após a inclusão de novas freguesias nos limites urbanos (Belém e Olivais). O seu crescimento foi sempre mais intenso que o nacional, embora siga suas tendências globais.” (Rodrigues, 1995: 48).

Com o aumento da população em Lisboa modifica-se também a respetiva composição social, por um lado a burguesia diversifica-se em estratos diferenciados, por outro começa a surgir uma classe operária. Em Lisboa observa-se uma ampliação urbana e a tentativa de valorização da imagem da cidade: exemplos de zonas como Estefânia, Bairro Camões e mais tarde a Almirante Reis, a abertura da Avenida da Liberdade, a planificação e construção das Avenidas Novas. Todas estas iniciativas vão criar um novo eixo de expansão para norte e transformar a fisionomia da cidade. Para a

concretização deste plano de melhoramentos é necessário cada vez mais mão-de-obra. Assiste-se, por outro lado, ao recrudescimento de uma certa segregação social: a burguesia ocupa estes novos espaços, estas novas avenidas, enquanto as classes de baixos recursos vão ocupar pátios e outros lugares abandonados da cidade; cria-se indubitavelmente uma carência grave de alojamento para a classe operária (Tiago, 1997).

O Inquérito Industrial de 1881 chamou a atenção para a grave situação de alojamento das classes laboriosas, revelando a miséria das condições de habitação do operariado nos principais polos industriais do país, com relevo para Lisboa, Porto, Covilhã e Setúbal. Apesar dos inúmeros projetos-lei apresentados depois do Inquérito Industrial, a intervenção do Estado e dos municípios continuou a ser adiada (Pereira, 1994 e Alcântara, 2020): “Entre 1880 e 1940 podemos distinguir três períodos diferentes da história portuguesa: as últimas décadas da monarquia constitucional, até 1910; o regime republicano, de 1910 até 1926, e o Estado Novo, nascido após a revolução de 1926. Estes regimes políticos diferentes, e as respetivas condições económicas e sociais, tiveram naturalmente implicações nas estratégias de habitação formuladas em cada um dos períodos.” (Teixeira, 1992: 65).

A carência habitacional torna-se um problema recorrente, devido principalmente à subida de preços dos solos urbanos: “Os valores exigidos pelos proprietários raramente se mostravam compatíveis com os reduzidos orçamentos das famílias trabalhadoras, que perversamente atraídas à cidade tendo no horizonte a melhoria das suas condições de vida, se viam assim excluídas do acesso a uma das necessidades básicas, a habitação.” (Tiago, 1997: 13).

Já no Porto, o crescimento da cidade nas últimas duas décadas do século XIX, quer em número de fábricas, quer em mão-de-obra, não levou a uma transformação qualitativa na estrutura industrial da cidade. Além do menor número de grandes fábricas, em comparação com Lisboa, foi quase inteiramente dominado pela pequena indústria e organizado em pequenas oficinas. Um aspeto particular que marca a estrutura industrial da cidade do Porto foi a existência então generalizada do sistema da indústria baseada em casa (Cordeiro, 1994). Desta forma, face à dificuldade de encontrar alojamento com rendas compatíveis com os salários escassos advindos da indústria, as famílias, não tendo acesso a habitação, procuram alternativas. Começam

assim a aparecer no Porto as chamadas ilhas, que consistiam em filas de pequenas casas de um único piso, muitas vezes insalubres, construídas nos quintais de antigas habitações burguesas, onde viviam famílias inteiras. A maior parte das denominadas ilhas não tinha abastecimento de água, sendo os sanitários comuns a todos os seus habitantes (Cordeiro, 1994).

Em Lisboa intensifica-se a ocupação dos pátios. Estes eram espaços mais ou menos regulares, situados no interior dos quarteirões, possuindo uma área central comum em que as casas se situam no perímetro. Embora não tivessem a mesma consistência formal, os pátios mais pequenos não se diferenciavam muito do que era na altura uma ilha (Teixeira, 1992). Estes, porém, nunca atingiram um número tão elevado em Lisboa como as ilhas no Porto. Até ao início do século XX, a ilha continuou a ser, para os operários, a forma de habitação mais dominante no Porto. Já os pátios, em Lisboa, acabarão por ser substituídos por outras formas de habitação.

Os pátios representavam o tipo de habitação preferido, por exemplo, pelos pequenos comerciantes que, investindo nesta forma de habitação, não necessitavam de se endividar recorrendo ao crédito. Ainda segundo Manuel C. Teixeira (1992), resultado do crescimento económico e, por conseguinte, da majoração dos salários, as classes trabalhadoras de Lisboa tinham acesso a habitação de melhor qualidade do que as mesmas classes no Porto, o que deu origem a uma oferta mais diversificada na primeira cidade. Depois dos pátios aparecem as denominadas vilas que, por sua vez, deram origem a formas mais evoluídas de habitação destinada às classes mais desfavorecidas.

Na expectativa de maiores lucros, alguns dos promotores imobiliários (os de maiores recursos) investiam já em habitação operária, construindo casas maiores e de melhor qualidade. Aqui já se recorria a empréstimos bancários e a hipotecas para financiar a construção.

O espaço interno das vilas foi-se articulando cada vez mais estreitamente com a estrutura urbana, e estas formas de habitação, inicialmente segregadas, foram evoluindo para pequenos bairros plenamente integrados na cidade. Em Lisboa, a ocupação de pátios e a construção de vilas e bairros operários acompanham a implantação das zonas fortemente industrializadas, em particular ao longo do vale de Alcântara, Ajuda, Xabregas, Madre Deus. Posteriormente, tendo em conta o baixo valor fundiário das

mesmas, estendem-se para zonas como a Graça e Campolide (Tiago, 1997; Tomás, 2012).

Até ao final do século XIX, nem o poder central e nem os municípios consideravam que a construção de habitação de baixo custo fosse da sua responsabilidade. Preocupavam-se em dar incentivos aos promotores privados que construíssem habitação para pessoas com poucos recursos. E, de alguma forma, tentavam controlar a atividade desses construtores, principalmente no que se refere à qualidade dessas habitações. Nunca se chega a discutir a quem cabe a função de construir essas habitações e nem se o Estado deve ou não participar (Teixeira, 1992).

As organizações operárias começaram a desenvolver-se em Portugal a partir de meados do século XIX. De início, eram fundamentalmente associações de socorros mútuos ou cooperativas, mas a partir de 1870 o movimento sindical começou a ganhar força, sendo que, em 1875, este era já uma força política importante no país. Se em 1876 existiam apenas 24 sindicatos, em 1903 eram já 135 (Teixeira, 1992). Como recurso para ajudar, as classes populares podiam ainda recorrer a “casas de penhores; [...] os montepios; as associações de instrução popular; os bancos populares; os bancos operários ou caixas de crédito contra a agiotagem.” (Miranda, 2001: 10).

A partir de 1890, greves por melhoria de salários, redução do horário de trabalho e algumas reformas políticas, tornaram-se mais comuns e também mais violentas, mormente entre 1900 e 1912. A atividade sindical era uma componente importante da luta política que levou à queda da monarquia; mais tarde, também o regime republicano, confrontado com a crescente vaga de movimentos sociais e de greves, se viu obrigado a contemporizar com as classes operárias. Dentro deste contexto, a habitação tomou-se uma questão política e social premente. A Lei do Inquilinato, uma das primeiras iniciativas dos republicanos, irá congelar as rendas e tornar os despejos mais difíceis. Apenas permitia aumentos de renda de 10% a cada dez anos, negando essa possibilidade quando se assinavam novos contratos de arrendamento (Teixeira, 1992).

O facto de ter havido uma maior atividade por parte dos construtores privados, a par de uma diversificação da oferta de habitação popular, tais como pátios, vilas e pequenos prédios, criou a ilusão de existir um mercado habitacional saudável – ainda que a maioria das habitações estivesse fora do alcance das famílias carenciadas – e fez

com que, por exemplo, a Câmara Municipal de Lisboa neste período não tivesse construído qualquer tipo de habitação para esta população, alheando-se do problema.

O regime republicano continuou os esforços legislativos anteriores. São exemplo desse esforço os decretos-lei n.º 4137, de 24 de abril de 1918; n.º 4163, de 29 de abril de 1918; e n.º 5443, de 26 de abril de 1919; estes tinham como objetivo promover a construção de casas económicas para os setores mais pobres da população, de forma a conseguir erradicar os bairros insalubres de Lisboa e do Porto. De acordo com esta legislação, estas casas poderiam ser construídas quer por iniciativa privada, quer por sociedades ou cooperativas, a quem eram concedidos empréstimos com uma reduzida taxa de juro de 4%. Foi ainda alargada para vinte anos a isenção da contribuição predial, e concedidas facilidades no acesso aos terrenos.

Além dos benefícios fiscais concedidos aos proprietários que construíssem habitações, estas medidas iam ao encontro das necessidades das famílias carenciadas e dos trabalhadores fabris. Poderiam ainda ser construídas pelo Estado ou pelas autarquias, mas a urbanização dos terrenos, o financiamento e a construção das necessárias infraestruturas e serviços eram sempre da responsabilidade do poder local, incluindo a construção das ruas, o estabelecimento de sistemas de saneamento básico, a instalação das redes de água e de eletricidade, e ainda a construção de escolas e a disponibilização de meios de transporte acessíveis.

Ainda segundo Manuel C. Teixeira (1992), em Lisboa a população aumentou 52.900 habitantes entre 1911 e 1920, 107.300 habitantes entre 1920 e 1930 e 102.500 habitantes entre 1930 e 1940. Mais do que duplicou neste período. O número de fogos construídos em Lisboa de 1920 a 1940 atingiu os 54.700. Politicamente, este período coincide com a instauração do Estado Novo, desde 1933, que se definia como um Estado nacionalista, social e corporativo. Não é assim de estranhar que nas políticas habitacionais os inquilinos tenham perdido novamente os seus direitos, a favor dos senhorios.

Em 1928, a fim de promover a iniciativa privada na construção de habitação a baixo custo, publicam-se os Decretos n.º 16.055 e n.º 16.085 de 1928, os quais tornavam mais ágil a expropriação de terrenos e concediam isenções fiscais, por períodos de dez a quinze anos, a promotores privados que construíssem habitação de renda controlada. No entanto, e não obstante serem apodadas de rendas controladas,

todas as casas construídas sob a alçada destes decretos, apresentavam rendas três ou quatro vezes mais elevadas do que as das famílias que viviam em ilhas ou em pequenos quartos.

O Estado Novo procurava dirigir-se às classes de trabalhadores no seu discurso oficial, mas a sua política habitacional era fundamentalmente conduzida à classe média, sendo esta a sua principal base de apoio. Os bairros construídos diretamente pelo Estado estavam destinados a funcionários públicos ou a trabalhadores filiados nos sindicatos nacionais patrocinados pelo regime. As casas eram pagas em prestações mensais ao longo de 25 anos, findos os quais se tornavam propriedade dos respetivos inquilinos. Com efeito, era política oficial do Estado Novo tentar tornar cada família portuguesa proprietária da casa onde residia. A família e a posse da propriedade tornaram-se temas básicos do discurso ideológico do regime.

Ao mesmo tempo, o objetivo era evitar as concentrações de trabalhadores em blocos de habitação coletiva. Não é de estranhar que “as soluções de habitação colectiva experimentadas pelo regime republicano nos seus bairros eram, portanto, liminarmente rejeitadas” (Teixeira, 1992: 80), diz-nos ainda que as casas económicas construídas pelo Estado Novo pretendiam assentar nos alegados princípios e modos de vida tradicionais da população portuguesa. Estes valores foram coerentemente estruturados no programa das casas económicas.

Era o Estado que controlava todo o processo, desde a aquisição de terrenos, o financiamento, a construção e a distribuição destas casas; e ainda a gestão dos bairros. O programa era financiado pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, do Ministério das Corporações. A coordenação competia à Secção de Casas Económicas, um departamento do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Importa ainda salientar que a habitação para classes desfavorecidas forma uma circunferência de maior extensão do que a habitação operária: habitação para classes pobres engloba todos os que vivenciaram esta realidade; já no caso da habitação operária, esta remete-nos apenas para a população fabril que tenha sofrido carências de habitação. Devemos ainda distinguir os conceitos de casa barata e casa económica. Da primeira subentende-se uma construção que recorre a materiais de pouca qualidade; a segunda, por sua vez, pressupõe já um maior cuidado na escolha dos materiais e construção, a construção em linha, a utilização de materiais considerados então muito

duráveis, entre outros aspetos. A expressão casa económica foi consensualmente mais utilizada, ganhando algum relevo com o Estado Novo (Ribeiro, 2017).

A maior parte dos bairros localizava-se em zonas urbanas periféricas. Alguns bairros de maior dimensão incluíam, além das habitações, um certo número de infraestruturas, tais como lojas, jardins infantis, postos médicos e escolas. Subsiste ainda uma quantidade muito grande de ilhas na cidade do Porto, bem como de pátios e vilas um pouco por todo o país: em Coimbra, no Alentejo, em Lisboa.

Em Lisboa existe ainda uma quantidade apreciável de antigos bairros e vilas operárias, tais como: no bairro da Graça, a Vila Berta (onde o seu promotor construiu uma casa na qual residia); o bairro Estrela d'Ouro, mandado construir pelo filantropo Agapito Serra Fernandes; a Vila Sousa; a Vila Cândida (nesta última terá chegado a funcionar uma escola e um posto da polícia). Em Alcântara, a Vila Cabrinha é o exemplar mais conhecido nesta zona. Em Benfica, o Bairro do Grandella, em cujo topo foram construídos dois edifícios de grandes proporções onde na época funcionava uma escola primária e uma creche para os filhos dos seus operários. Na freguesia de Marvila ainda persiste a memória física da labuta diária que existiu por aqui: fábricas; armazéns de grandes dimensões como o *Abel Pereira da Fonseca* ou o *Domingos Barreiro* (este último com habitação no andar cimeiro); pequenas vilas escondidas, como a Vila Flamiano, para os trabalhadores da Companhia de Fabrico de Algodão de Xabregas ou a Vila Emília.

Em conclusão, o surgimento de uma sociedade mais industrializada, a evolução tecnológica e o aparecimento de novos materiais como o ferro e o vidro, permitiram uma mudança na construção de habitação (Ramos, 2010). No final do século XVIII e início do século XIX, o aumento populacional repentino nas cidades industrializadas, as alterações sociais daí decorrentes, as preocupações dos higienistas, e os métodos utilizados pelos interessados em promover casas de baixo custo, levaram a que a ideia de habitação fosse completamente repensada, passando a ser compartimentada, com cómodos bem definidos, contrastando com a casa medieval (Soares, 2014).

### **3.1 – Habitação popular no concelho de Vila Franca de Xira: pátios, vilas, bairros operários**

O desenvolvimento da indústria no concelho de Vila Franca de Xira muito deve à população que se deslocou à procura de trabalho na agricultura, e que só posteriormente transitou para o setor da indústria, para as moagens dos cereais ou para os telhais. Este fenómeno levaria, pouco a pouco, ao adensamento da indústria nos anos 20 e 30 do século XX. Neste período é também visível um certo desenvolvimento urbano. No livro de atas da comissão executiva da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (1919 e 1920), surgem diversas notícias sobre a construção de arruamentos novos, bem como compras de terrenos por parte do município para a construção dos mesmos: “Foi presente José Augusto da Cunha”<sup>25</sup> à Câmara Municipal por ser proprietário de um quintal em Vila Franca de Xira, o qual a Câmara pretendia expropriar para a construção de novos arruamentos. O proprietário concorda com a venda do terreno pelo preço de 400\$00, mas a Câmara teria ainda de custear a construção do novo muro de vedação, “bem como o da parte restante ao quintal que deita para a Rua 26 de Março.”<sup>26</sup>

De referir ainda a instalação de infraestruturas elétricas e telefónicas, serviços de incêndios, entre outras novidades, provando o desenvolvimento da cidade neste período. O administrador geral dos correios e telégrafos da época solicita, por exemplo, que sejam montados os telefones em Vila Franca de Xira, cujos aparelhos “há bastante tempo se sabem depositados na Estação Telegrapho-Postal.”<sup>27</sup>

Apesar do desenvolvimento industrial e urbano se ter dado mais tarde do que em Lisboa ou no Porto, houve, ainda assim, no concelho de Vila Franca de Xira uma concentração de mão-de-obra operária, quer neste período, quer posteriormente.

São pelo menos três as origens desta população:

- População que veio trabalhar na agricultura, a título sazonal, e que posteriormente procura algo mais estável na indústria, em vez de voltarem para as respetivas terras.
- População que, não encontrando emprego em Lisboa, procura nas suas periferias ou a partir de determinado momento (décadas de 1920/30) e que, com o

---

<sup>25</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Livros de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1919-20, p. 43.

<sup>26</sup> *Idem.*

<sup>27</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Livros de Atas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1919-20, p. 32.

desenvolvimento industrial, vem mesmo à procura de trabalho na indústria no concelho de Vila Franca de Xira.

- Operários na indústria de Lisboa que vêm viver para o concelho de Vila Franca de Xira, já que a partir daqui têm facilidade de se deslocar de comboio até à capital.

À semelhança de Lisboa e do Porto, os efeitos da implantação da indústria tiveram no concelho de Vila Franca de Xira uma progressiva repercussão demográfica. Oriundos de diversos pontos do país, tentando virar costas à vida difícil que tinham, vinham em busca de melhores condições de vida e de trabalho que, todavia, também não existiam aqui. Espraivavam-se pelo concelho, alojados em condições de grande precariedade. As famílias operárias veem-se então obrigadas a procurar alojamento em espaços desocupados, casarões abandonados ou em velhos pardieiros arruinados, palheiros e telheiros, sem condições, onde improvisam, elas próprias, habitações precárias (Mendes, 1943); faziam-nos em pequenos núcleos, afastados dos centros urbanos, mas próximos dos locais de implantação de fábricas, ou em terrenos vagos na zona ribeirinha (Fernandes, 1996).

Nascem e multiplicam-se as construções improvisadas: ocupação de antigos pátios, criados a partir de casas abandonadas; aproveitamento de pátios mais antigos que foram ocupados pelas classes laboriosas. Surgem como uma forma quase espontânea de alojamento, utilizando estruturas precárias, ou numa visão de rentabilidade por parte de alguns particulares, já que essas casas eram arrendadas a várias famílias: “Foi sempre, nesses tempos, uma indústria [cerâmica] pobre e cheia de dificuldades. Por amostra da sua pobreza, existem ainda na antiga Rua Direita [de Alhandra], à entrada da vila, do lado Norte e no final da Rua Passos Manuel, parte das casas que os telheiros construíram para suas habitações, que são os bairros mais pobres e de pior aspecto da terra.” (Mendes, 1943: 63-64). Alguns trabalhadores viviam em “choupanas, telheiros e palheiros, impróprios na sua maioria; completa ausência de higiene; promíscua ofensiva da moral cristã; falta de assistência médica que muito contribuiu para o depauperamento de homens e mulheres.”<sup>28</sup>

No concelho de Vila Franca de Xira “o problema da habitação é muito precário. [Não apenas por falta de habitação] mas muito pelo preço das rendas, famílias numerosas se

---

<sup>28</sup> “A minha terra – aspetos económicos e sociais de Vila Franca de Xira”, in *Jornal Vida Ribatejana – Edição Especial*, n.º 1493/1504, Novembro/Dezembro 1950 pp. 41-42 in *O homem, o Trabalho e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira, Celeiro da Patriarcal*, 28 de Junho a 21 de Julho de 1996, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Museu Municipal, p.99.

agrupam em casas impróprias, naquela promiscuidade desmoralizadora e em contágio com as mais variadas espécies de doenças.”<sup>29</sup>

### 3.1.1 - Pátios

Um pouco por todo o concelho existiam vários exemplos de pátios, vilas e bairros operários. Estes foram surgindo mais ou menos pela mesma sequência que apareceram em Lisboa, embora na capital, por ter mais população operária, as soluções encontradas foram mais diversificadas. Mesmo junto à estação de comboios de Vila Franca de Xira, numa zona conhecida como Curraleta<sup>30</sup>, podemos divisar um pátio, uma área regular, com entrada a partir de uma rua pouco movimentada, com pequenas casas construídas à volta de um espaço livre comum. São visíveis tanques de lavar a roupa e cadeiras (atualmente de plástico), que nos remetem para a ideia de convívio que sempre existiu nos pátios. Este pátio tem ainda um portão em ferro (material muito usado na indústria nesta época por ser considerado duradouro), com a data de 1934 exarada no portão; distinguimos ainda a letra M, possivelmente a inicial do nome de quem mandou construir o pátio, algo muito frequente nos pátios de origem fabril.

Ao lado, um outro pátio, mais estreito, com casas em duas bandas, quase se aproximando arquitetonicamente das nossas vilas operárias. Não foram descobertas referências que permitissem confirmar esta ligação ao universo operário. Na correnteza há uma casa térrea; esta possui cornija, pequenas pilastras e molduras de vãos – de algum cuidado decorativo, como uma habitação tradicional. Ao meio da habitação, um frontão em pedra; por baixo deste, um portão em ferro encimado por um arco em tijoleira, materiais (ferro e tijolo) muito utilizados nas habitações operárias. Este portão poderia ter sido a entrada para outro pátio ou para uma pequena oficina. Tem gravada a inscrição S.E.R., podendo tratar-se das iniciais do nome do proprietário (mais uma característica da habitação operária).

Estes portões tanto serviam para não deixar entrar quem não pertencesse ao pátio – criando amiúde laços e um certo sentido de identidade entre as pessoas que lá viviam –, como, por outro lado, se destinavam a confinar de certa forma quem lá vivia, na

---

<sup>29</sup> *Idem.*

<sup>30</sup> Rua do Curado e Rua Joaquim Pedro Monteiro.

medida em que, muitas vezes, se considerava esta uma população potencialmente perigosa, atreita a descatos e foco de doenças.

Segundo David Silva<sup>31</sup>, existiu ainda, nesta mesma zona, um pátio ligado à fábrica do telhal que, todavia, desapareceu com os cortes dos arruamentos. Apesar de não se terem encontrado referências a este pátio, existem menções da existência de um telhal em Vila Franca de Xira. Em 1938, a Companhia das Lezírias fazia um pedido à Câmara Municipal para a autorização de obras no celeiro do Telhal<sup>32</sup>; além do mais, a toponímia da zona remete para esta indústria (Rua do Telhal, Travessa do Telhal<sup>33</sup>), o que não só corrobora a existência da fábrica de telhas, mas também torna bastante plausível a existência nas imediações de um conjunto de habitações para os seus trabalhadores.

As empresas ofereciam assim fracas condições de habitabilidade às classes trabalhadoras, cujos rendimentos não lhes permitia alternativas de melhor qualidade. No entanto, alguns pequenos empresários foram bastante empreendedores, ao ponto de adquirirem terrenos, nas traseiras dos seus prédios, onde construíam casas abarracadas, que arrendavam aos operários. Em Vila Franca de Xira existe um pátio, nas traseiras de um prédio, de nome Pátio da Carlota ou Pátio Filipe Gato<sup>34</sup> característica dos pátios e vilas operários (estarem afastados das estradas principais, de alguma forma disfarçados). Este pátio está situado na Rua Luís de Camões, atrás de um prédio onde atualmente existe uma loja de tintas no andar inferior. No interior do pátio encontra-se um poço e uma nora, lavadouros, havia um brasão que está agora no museu do Mártir Santo, um relógio de sol e dois troços de coluna romana<sup>35</sup>. Segundo David Silva, é bem mais antigo do que o período industrial em Vila Franca, até pelos artefactos encontrados, mas nele viveram, sem dúvida, pessoas que trabalharam na indústria. Através da pesquisa de

---

<sup>31</sup> Dr. David Fernandes da Silva, (n.1978), Técnico Superior de Cultura na Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, Historiador Local, Licenciado em Estudos Portugueses, Pós-Graduado (curso de Mestrado) em História de Arte (FCSH-UNL).

<sup>32</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. *Pedido de deferimento, à C. M. V. F. Xira para execução de obras no celeiro do Telhal por parte da Companhia de Lezírias do Tejo e Sado*, memória descritiva anexada, 1938.

<sup>33</sup> Rua do Telhal é um topónimo antigo, enquanto a Travessa do Telhal é mais recente em homenagem à indústria ali existente.

<sup>34</sup> Arquivo da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus de Vila Franca de Xira, Inventário das Fontes do Concelho de Vila Franca de Xira, por Vanessa Amaral e Maria João Martinho, 2004.

<sup>35</sup> Carta Arqueológica Vila Franca de Xira, listagem dos sítios, entrada 295 e fig. n.º 172.

campo e após uma breve conversa com a última moradora do bairro<sup>36</sup>, foi ainda possível perceber que, durante algum tempo, se cobrava dinheiro para se poder fazer uso do lavadouro, já que não era um lavadouro público. Este pátio encontra-se bastante degradado<sup>37</sup>.

Desprovidos quase sempre de qualquer tipo de instalações sanitárias e de abastecimento de águas, os pátios não dispunham de grandes condições de higiene, além de que se encontravam expostos às humidades devido à localização térrea e ausência de sol, por se encontrarem maioritariamente encobertos, muitas vezes em caves atrás de prédios. Outra característica dos pátios é terem uma tipologia muito diversificada, já que a sua construção se deve, na maioria dos casos, ao aproveitamento de espaços pré-existentes. Já nos casos de construção de raiz, essa tipologia não se distingue muitas vezes das vilas operárias que surgiram mais tarde.

Outra tipologia de pátio que também aparece neste concelho é o de pátio dentro de quinta, pátios que serviam de apoio às casas agrícolas, como é o caso do Pátio das Areias, construído dentro da Quinta das Areias: “José Pereira Palha Blanco (...) construiu a Quinta das Areias pelos finais do século XIX. (...) o projecto da quinta teve objectivos agrícolas, com residência privada dominante sobre um conjunto de dependências de apoio à produção agrária, onde se incluem diversos espaços de armazenamento e de laboração, bem como os aposentos dos trabalhadores, formando, desta forma, um pátio central, denominado por Pátio das Areias. (...) trabalhavam diariamente na propriedade cerca de 100 pessoas e, de forma não fixa, para cima de 150, contando-se muitos trabalhadores sazonais oriundos da Beira Baixa.”<sup>38</sup> Um outro pátio desta tipologia é o Pátio do Casquinha, onde atualmente se encontra o Museu do Neorrealismo.

As freguesias onde mais exemplares de pátios subsistem são as de Vila Franca de Xira e do Sobralinho (Fernandes, 1996). Além dos que já foram referidos de forma mais pormenorizada, existem ainda referências a vários outros pátios, tais como o Pátio da Câmara (antigo pátio dos Burros), nas imediações da Sociedade Industrial de Vila

---

<sup>36</sup> Em 2004, aquando do trabalho de investigação para o Inventário das Fontes do Concelho de Vila Franca de Xira, da autoria de Vanessa Amaral e Maria João Martinho.

<sup>37</sup> Quer pelo que se consegue observar do portão do pátio, quer por conversa telefónica com o Sr. Vitor Campino, um dos proprietários.

<sup>38</sup> Relatório n.º 2, Empatia, (2007), Inventário do Património Urbano e Arquitectónico do Concelho de Vila Franca de Xira, pp. 27, Arquivo da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus de Vila Franca de Xira.

Franca de Xira (Camacho *et al.*, 1998); o pátio do Cavaleiro<sup>39</sup>; o pátio da Rua Passos Manuel, em Alhandra<sup>40</sup> (como já foi referido, uma das ruas onde a habitação era mais carenciada) (Mendes, 1943: 63-64).

### 3.1.2. – Vilas / Bairros

Resultado de uma procura cada vez mais intensa são as construções maiores ou mais complexas que vão começar a institucionalizar-se, tanto vilas, como bairros operários. Estes vão aparecendo um pouco por toda a extensão do concelho, disseminando-se pelas zonas mais industriais; continuam a ser construídas em arruamentos fora das vias principais, maioritariamente perto das fábricas ou de meios de transporte como o comboio ou as estradas. Estruturas modulares de forma a permitir uma construção mais económica, são casas térreas, com divisões pequenas, mas que já dotadas de casa de banho no seu interior. São os casos do Bairro da CIP, do Bairro da Fábrica da Pentealã e do Bairro de Fiação de Lãs, cada uma com as suas especificidades. Estes últimos, documentados em toda a bibliografia consultada como bairros, assemelham-se muito mais às vilas de Lisboa, pela dimensão mais pequena e pela menor complexidade. Nestes casos, todas as casas são térreas e os bairros foram construídos em duas bandas de casas. Manuel Jacinto Fernandes no seu texto *Alguns aspetos da arquitectura industrial* (1996), chama o Bairro da Cimpôr, por exemplo, de Vilas/Bairro, talvez pela dificuldade em definir se estas primeiras construções são vilas ou pequenos bairros.

O Bairro da CIP, situado na Póvoa de Santa Iria, foi um dos primeiros bairros operários do concelho. Caracteriza-se por ser um bairro com bandas de casas de um só piso, assentes numa estrutura muito simples e modular, desprovido de ornamentos e com divisões pequenas – poupando-se, desta forma, recursos e dinheiro.

O Bairro da Pentealã, datado de 1920, é outro bairro bastante antigo. Foi construído junto aos muros da fábrica que atualmente já não existe. Apresenta as mesmas características modulares que o Bairro da CIP. As casas, de apenas um piso, estão dispostas em duas bandas, seguindo um eixo longitudinal. No entanto,

---

<sup>39</sup> Atas de Câmara, Câmara Municipal de Vila Franca Xira, 1919-20, Arquivo Municipal Vila Franca de Xira.

<sup>40</sup> *Relatório n.º 2 – Empatia*, (2007), p. 51, Relatórios da empresa Empatia no âmbito do “Inventário do Património Urbano e Arquitectónico do Concelho de Vila Franca de Xira”, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Arquivo da Divisão Municipal de Cultura, Turismo, Património e Museus.

comparativamente ao bairro da CIP, apresenta um maior cuidado nos pormenores da decoração, além de as divisões serem um pouco maiores. Possui estruturas para se colocar algumas plantas e assentos. A promoção do convívio, como já referido, é uma das características da habitação operária.

Alguns dos moradores da zona desconheciam o facto de viverem no 1.º Bairro da Pentealã ou nas suas imediações<sup>41</sup>. Nas fotografias que seguem, as quais apresentam ângulos e perspetivas diferentes, vislumbra-se uma fábrica de farinhas ao fundo, demonstrando ser este o 1.º Bairro da Pentealã.



**Imagem 1 - 1.º Bairro Operário da Pentealã**

Imagem retirada do livro *O homem, o Trabalho e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira, p. 891. (Fernandes et al., 1996).*



**Imagem 2 – 1.º Bairro Operário da Pentealã, imagem atual**  
Fotografia de Vanessa Amaral, 3-10-2018

---

<sup>41</sup> Recolha das informações através de conversas informais com habitantes quer do bairro quer nas imediações, aquando do levantamento fotográfico, 3-10-2018.

O proprietário da Pentealã possuía uma casa na zona, mas esta não estava inserida no Bairro (como acontecia, por exemplo, nalgumas vilas de Lisboa), mas antes no interior do conjunto de estruturas que compunham a fábrica, a que alguns autores apelidaram de «quinta portuguesa», por causa da sua construção harmoniosa, mantendo a unidade do conjunto (Fernandes, 1996).

Segundo Maria Miguel Lucas (2003), Xira, ou Cira, situar-se-ia num ponto alto, relativamente extenso e fértil, enquanto Vila Franca de Xira estaria situada num ponto onde posteriormente se estruturou o casco antigo da vila atual. No tempo de D. Manuel (1469- 1521) (Costa, 2005), este mandou construir os novos paços, deslocando o eixo da cidade para a planície ribeirinha, estabelecendo-se a diferença entre a cidade alta mais antiga, esconsa, escura (Xira), e a cidade baixa de espacialidade ampla e iluminada (Vila Franca de Xira). A Regeneração, a partir de meados do século XIX, introduziu a indústria em Vila Franca de Xira. O século XX vem confirmar este fenómeno, com a implementação da indústria sobre o rio e ao longo do caminho-de-ferro. Os armazéns (muitas vezes pertencentes à pequena nobreza) e as primeiras indústrias surgiram na vila baixa, na zona ribeirinha, verificando-se ainda o crescimento de zonas residenciais e comerciais nesta parte da vila de Vila Franca de Xira. Já a implantação dos bairros operários se fez não apenas na senda do rio, como aconteceu na maioria das outras freguesias, mas também na malha urbana, numa zona alta da cidade mais escura e degradada.

Face ao exposto, não admira que o Bairro da Fiação Nacional de Lãs, de 1948, se encontre atualmente inserido na malha urbana da cidade de Vila Franca Xira, e não tão perto do comboio ou da Estrada Nacional, como as restantes vilas e bairros operários do rio. Outro dado que pode ter contribuído para a sua localização é o facto de estar, à imagem da sua fábrica, bem inserido na malha urbana. A fábrica possuía cunhais, cornijas e molduras de vãos, como se de uma habitação tradicional se tratasse, um pouco ao gosto da época.

### 3.1.3 – Bairros de maior complexidade

O bairro e a fábrica da Cimpor, em Alhandra, com as suas estruturas, seriam impossíveis de encaixar no interior da malha urbana. Esta fábrica é uma construção que, até por via da natureza da sua produção, obrigava a funcionar com enormes oficinas a céu aberto. O próprio equipamento produtivo relacionava-se entre si, acabando por formar um conjunto arquitetónico. O bairro faz parte deste conjunto, tendo sido implantado nas proximidades da fábrica em 1936/37. Sobre este chega a passar um tapete rolante, que serve para transportar as pedras desde as pedreiras até à Cimpor.<sup>42</sup>

O bairro da Cimpor compõe-se de habitações térreas como as vilas/bairros anteriores, também estas articuladas mediante um modelo repetitivo, mas com uma estrutura bem mais complexa que se organiza em pequenas ruas e praças. Segundo alguns moradores, no início e durante alguns anos existiu um muro que dividia o bairro da Cimpor ao meio<sup>43</sup>: de um lado viviam os operários, do outro, os contramestres; as casas eram arquitetonicamente semelhantes, a chamada arquitetura popular (Fernandes, 1996). No entanto, as casas dos encarregados possuíam uns pequenos terrenos na frente da casa onde poderiam cultivar, característica das construções económicas e fabris, a fim de terem mais uma fonte de sustento ou um espaço de mero divertimento; poderia, neste caso, ser apenas uma forma de privilegiar os encarregados em relação aos operários, uma vez que, como se pode ver nas imagens que se seguem, as casas dos operários não possuem o referido terreno: “Para que os operários que habitam essas casas pudessem sentir esse bem-estar, tudo foi previsto. E assim, nos jardins do bairro, não se esqueceu o Director Delegado, com amor e carinho com que trata sempre do seu pessoal, de reservar uns espaços onde as filhas dos operários encontrem alguns dos seus divertimentos favoritos.”<sup>44</sup> (Vaz, 1996: 121).

---

<sup>42</sup> “Recordações de uma Alhandra de outros tempos”, O Mirante, 30-07-2009, <https://omirante.pt/semanario/2009-07-30/sociedade/2009-07-29-recordacoes-de-uma-alhandra-de-outros-tempos>, (25-02-2020).

<sup>43</sup> Recolha das informações através de conversas informais com habitantes aquando do levantamento fotográfico, 3-10-2018.

<sup>44</sup> Discurso do Eng.º Teixeira Lopes, Diretor da Fábrica, proferido aquando da inauguração da Casa de Recreio do Pessoal da Fábrica, *Cimento Tejo*, 1937.



**Imagem 3 – Bairro Cimpôr, casas de operários**

**Fotografia de Vanessa Amaral, 3-10-2018**

Outro aspeto a salientar é que as casas dos encarregados são mais espaçadas entre si, estando juntas apenas aos pares e não em sequência como as dos operários. Existia um posto médico no interior do bairro e alguns fontanários no meio das praticas (atualmente desativados). Ou seja, o bairro, é constituído por núcleos que se dilatam em torno de um pátio no centro do qual se encontra o chafariz, recriando o ideal de uma pequena aldeia portuguesa, bem à medida dos valores defendidos pelo Estado Novo.<sup>45</sup>



**Imagem 4 – Bairro Cimpôr, Casas dos Capatazes**

**Fotografia de Vanessa Amaral, 3-10-2018**

Estes modelos de bairros operários foram construídos um pouco à imagem das vilas e bairros já construídos em Lisboa, e irão ser muito utilizados no concelho de Vila Franca Xira, mais marcadamente na década de 1950 (Fernandes, 1996). Construção rápida, barata, modular (ou seja, módulo que se repete), elevada densidade de ocupação, e fácil extensão.

---

<sup>45</sup> 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira – Análise e Diagnóstico – História e Património, Plural, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, in [https://www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/414/Caderno\\_IV\\_\\_\\_Hist\\_ria\\_e\\_Patrim\\_nio.pdf](https://www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/414/Caderno_IV___Hist_ria_e_Patrim_nio.pdf), p. 42, (14-03-2020).

No espaço exterior, ao redor da estrada, existem algumas moradias bem grandes, isoladas com um espaço envolvente, atualmente em abandono. Estas moradias pertenceram aos quadros técnicos da Cimpor.



**Imagem 5 – Casa que foi construída pela Cimpor para os seus quadros técnicos**  
**Fotografia de Vanessa Amaral, 3-10-2018**

Algumas empresas também construíram habitação para os seus quadros técnicos, fixadas nas proximidades da empresa e do bairro operário. Estas habitações são claramente demarcadas dos bairros operários, principalmente pela qualidade da construção, acabamentos e tipologia arquitetónica. São, por norma, moradias isoladas e inseridas em espaços ajardinados, como nos bairros da Cimpor, da OGMA e da Solvay.

No caso da Soda Póvoa / Solvay, as casas do diretor e dos quadros técnicos foram construídas pela própria empresa, enquanto as casas para “trabalhadores e operários” foram financiadas pelos fundos da Caixa de Previdência do Pessoal da Soda Póvoa. Assim, em 1953, através de dinheiro proveniente da Caixa de Previdência do Pessoal da Soda Póvoa, criou-se um bloco de habitação de renda económica para os seus beneficiários. Segundo memória descritiva do Processo de Obras, o bloco estava situado a uma distância conveniente do local de trabalho, estando abrigado dos fumos das fábricas durante a maior parte do ano. O conjunto era composto de dois edifícios de habitação económica. O projeto, do arquiteto Nuno Teotónio Pereira estabelecia a feitura de dez habitações. Projetadas inicialmente com cinco pisos, os dois blocos viriam a ser construídos com quatro pisos e três fogos por piso, sendo dois do tipo 3 (essencialmente para operários) e um de tipo 6 (dois quartos, *quarto de criada* e quarto

ou escritório), sendo estes destinados aos seus empregados; eram dotados de um acesso comum, formado por escada e galerias abertas.<sup>46</sup>

Nos anos 60 do século XX, a Soda Póvoa manda construir num seu terreno uma moradia destinada a habitação do seu diretor. Segundo a memória descritiva, a casa possuía zona de serviços e instalações das criadas, copa, cozinha, sala de jantar, sala de fumo, terraço, zona de lavagens e engomados com estendal coberto, quarto de casal com instalações sanitárias e espaço de vestir, dois quartos de família com instalações sanitárias comuns, dois quartos de hóspedes com instalações sanitárias e ainda uma sala de costura. Era, portanto, uma casa com um muito maior número de divisões do que as casas dos funcionários subalternos, com espaços distintos, pensados para as diferentes atividades realizadas dentro de uma casa.<sup>47</sup>

A Soda Póvoa mandou ainda construir, junto à Estrada Nacional 10, na Póvoa de Santa Iria, um conjunto de moradias geminadas destinada a habitação do pessoal de categoria hierárquica superior. Foram construídas sob o referido sistema de moradias geminadas para a construção resultar mais económica; todavia, de acordo com a memória descritiva, as casas teriam uma série de espaços diferenciados, muito semelhantes aos da casa do diretor, tais como: espaço de engomadoria, escritório, sala de estar, sala de jantar, quatro quartos, casa de costura, quarto de banho, entre outros; ou seja, economizavam na construção, mas não nos acabamentos e no número de áreas.<sup>48</sup> Segundo o Jornal *O Mirante*<sup>49</sup> essas moradias foram projetadas pelo arquiteto Raul Lima.

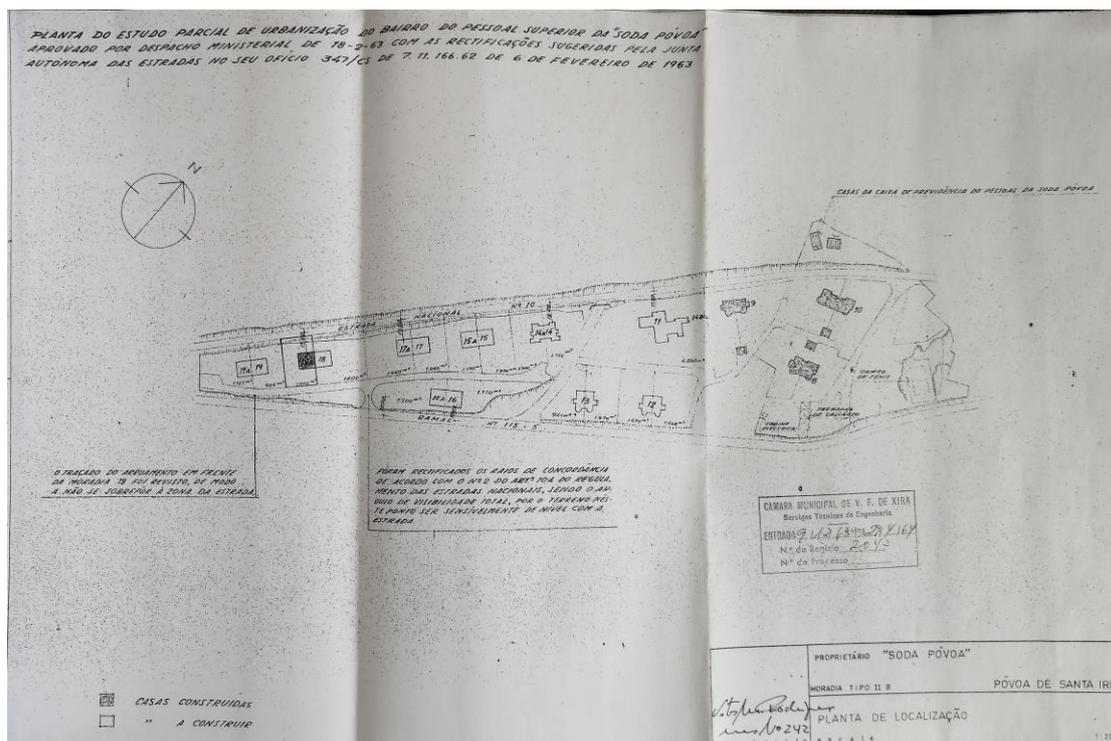
---

<sup>46</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de Obras n.º 1059/53, construção *de um bloco de casas de renda limitada*, requerimento à C. M. V. F. Xira de aprovação de projeto, memória descritiva e justificativa, 1953.

<sup>47</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de Obras n.º 4002/63, Requerimento para construção de um edifício destinado a habitação do Diretor das suas Fábricas, com memória descritiva e justificativa e planta dos alçados,

<sup>48</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de obras n.º 4038/63, Requerimento para a construção de uma moradia geminada, destinada a habitação de dois membros do seu pessoal superior, com estudo parcial de urbanização do bairro do Pessoal superior da Soda Póvoa.

<sup>49</sup> “Ministério Público investiga demolição de vivendas antigas da Solvay”, in *O Mirante*, dia 04 de Julho de 2019, Disponível: <https://omirante.pt/semanario/2019-07-04/sociedade/2019-07-03-Ministerio-Publico-investiga-demolicao-de-vivendas-antigas-da-Solvay>, (17-08-2020).



**Imagem 6 - Planta do bloco habitacional e das moradias que foram construídas para os quadros técnicos da Solvay, AMVFX**

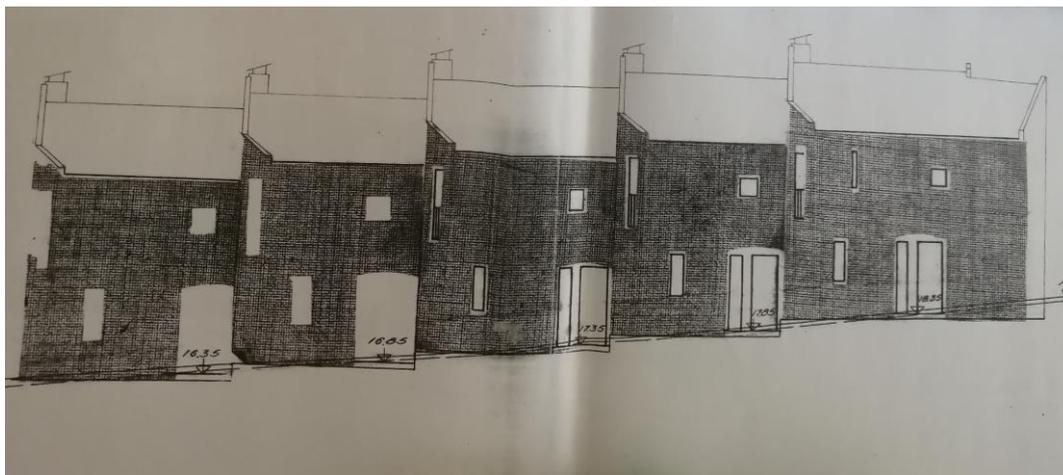
Fotografia de Vanessa Amaral, 25-04-2020

O bairro comumente conhecido por bairro da Soda Póvoa situa-se no Forte da Casa, na Rua da Soda Póvoa. É um conjunto de cinco habitações tipo duplex; as casas encontram-se unidas em banda, apresentando uma característica pouco vulgar: a de estarem ligeiramente recuadas umas em relação às outras e com uma ligeira inclinação. Segundo a memória descritiva, nas zonas em que o declive assim o exigiu, estudaram-se medidas que permitissem o aproveitamento do piso inferior para aí construir arrecadações, pequenas oficinas de recreio ou de apoio à economia familiar. A fachada exterior é feita em tijolo *burro*, existem uns pequenos logradouros e, ainda segundo a memória descritiva, os pavimentos térreos tem acabamentos em tijoleira tipo *Nazaré* e a cobertura de tijolo armado, do tipo *Tijomel*. A escolha dos materiais utilizados obedeceu a um “critério de economia sem que se fosse ao ponto de comprometer a qualidade da construção”<sup>50</sup>. Do conjunto projetado, 21 fogos do tipo 4, 91 do tipo 3 e 115 do tipo 2,

<sup>50</sup> Processo de Obras n.º 4019/63, *Pormenores – Conjunto habitacional Soda Póvoa, habitações económicas*, com memória descritiva, Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira.

apenas foram construídos um grupo piloto constituído por cinco moradias (Duplex) “duas do tipo 2, duas do tipo 3 e uma do tipo 4.”<sup>51</sup>

Apesar de não se ter encontrado referência, no processo de obras, a quem financiou a construção destas habitações, os documentos possuem o carimbo da caixa de previdência das habitações económicas..



**Imagem 7 – Planta do bloco habitacional da Soda Póvoa, Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira**  
**Fotografia: Vanessa Amaral**

O conjunto de doze habitações, em pleno centro de Alverca, constitui o Bairro das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, construído em 1949, destinado a albergar dirigentes e funcionários da empresa que não possuíssem residência na área. Segundo a *Vida Ribatejana*, de janeiro de 2003, a empresa “OGMA quer vender [seis] vivendas do centro da cidade”, a fim de “reunir meios para equilibrar a difícil situação financeira da empresa [...] rumores que circulam na cidade [...] segundo os quais a OGMA teria vendido aquele património a uma empresa, pela quantia de um milhão de contos.” (Gabriel, 2003, p.6). O que levou, conforme o mesmo jornal, à indignação da população em geral, dos reformados moradores nas habitações em causa e das associações que tinham as suas sedes nas mesmas e até dos autarcas da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que se manifestaram contra a venda deste património. Em junho do mesmo ano sai um parecer da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, do departamento responsável pelo património, onde se pode ler que “o Sector do Património considera que o conjunto de vivendas em apreço constitui um marco no

---

<sup>51</sup> *Ibidem*.

crescimento urbanístico da vila de Alverca, devendo ser mantido.” Este e outros conjuntos habitacionais do mesmo género permitem traçar “a evolução urbanística da cidade de Alverca”.<sup>52</sup>

Este ano, 2020, o Município de Vila Franca de Xira compra duas vivendas em Alverca por 270 mil euros. Ficando salvaguardado o direito de preferência para aquisição das restantes dez habitações que pertenceram às antigas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico e que se encontram em mau estado de conservação.

Uma outra tipologia de bairro que surgiu no concelho assimilou a estética caracterizada pelos promotores particulares, pelos empreiteiros em exercício no concelho nessa altura. São exemplo disso o bairro da Antral Cipam, e o segundo bairro da Fábrica Nacional de Penteação de Lãs (mais conhecido por Pentealã), situado na Quinta da Figueira, um pouco mais afastado do núcleo fabril (Fernandes, 1996).

Neste último, as casas distribuem-se por quatro blocos iguais, constituídas por dois pisos, rés-do-chão e primeiro andar. Segundo o jornal *Diário de Lisboa*, do dia 7 de fevereiro de 1960, data da inauguração oficial das casas, no rés-do-chão situam-se a cozinha, com despensa, e uma sala de jantar. No andar de cima, quatro assoalhadas e uma casa de banho. Algumas das divisões, segundo o jornal, eram de áreas reduzidas e mal iluminadas; todavia, as rendas eram mais acessíveis, comparativamente aos preços praticados na região.<sup>53</sup> Possuem ainda um pátio pequeno nas traseiras, para que pudessem fazer alguma agricultura de subsistência; e tanques para lavar a roupa, no exterior, para que fosse possível o convívio entre os moradores, de acordo com princípios da habitação económica.

Segundo *O Mirante*, de 18 de Janeiro de 2010<sup>54</sup>, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira proporcionou aos habitantes do Bairro Novo da Figueira (Sobralinho) e do Bairro da Soda Póvoa a possibilidade de adquirirem o imóvel onde vivem.

Já o Bairro da Antral Cipam, na Vala do Carregado, foi construído em 1969. Tem 150 fogos de tipologia T1 e T2. Os lotes são de três pisos, em esquema de esquerdo e

---

<sup>52</sup> Parecer de 17-06-2003, Sector do Património da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Arquivo da Divisão de Cultura, Museus e Património Histórico / Setor de Património Histórico da CMVFX.

<sup>53</sup> “Moradias para operários foram inauguradas em Alverca pelo Ministro das Corporações”, *Diário de Lisboa*, nº 13349, Ano 39, 7 de Fevereiro de 1960.

<sup>54</sup> “Bairro Novo da Figueira e Soda Póvoa nas mãos dos moradores”, *O Mirante*, 18 de Janeiro de 2010, disponível: <https://omirante.pt/sociedade/2010-01-18-bairro-novo-da-figueira-e-soda-povoa-nas-maos-dos-moradores>

direito. Segundo o catálogo da Antral-Cipan: “Posteriormente, foi este bairro dotado de Igreja, Jardim de Infância [...]. [Em 1987 planeavam] a implantação de um Centro de dia da terceira idade.”<sup>55</sup> Foi construído com o apoio financeiro da Direção Geral de Previdência e Habitações Económicas.

O processo de obras referente à aprovação deste bairro foi moroso, uma vez que a Câmara Municipal não concordava com a localização do bairro, por ser tão próxima da fábrica: “(...) discorda este Gabinete com a centralidade num único ponto da população ligada a uma empresa, no entanto como se trata de um movimento inicial, admite-se e alvitra-se que as futuras fases do empreendimento sejam orientadas no sentido da dispersão em grupos menores pelo futuro aglomerado ou entretanto em linha de conta com os aglomerados vizinhos”.<sup>56</sup> Entretanto, e após várias diligências, o processo finalmente avançou, já que a empresa alegou “dificuldades invencíveis que experimentou durante 2 anos para obter outro terreno.”<sup>57</sup>

O Bairro Operário / Dormitório ICESA, construído em 1967, é uma outra tipologia de bairro operário, que se destinava a albergar 40 funcionários, apenas do sexo masculino. A fazer lembrar as *casas de malta*, que Ana Alcântara (2020: 46) descreve como “alojamentos coletivos usados, essencialmente, pela população masculina que trabalhava por temporada [em Lisboa].”

A preocupação em arranjar habitação condigna para a população crescente, foi uma situação constante durante todo o século XX no concelho, visível através da construção dos vários bairros já descritos e ainda pela grande quantidade de outros bairros que vão aparecendo na documentação analisada ou em conversa com os habitantes desses bairros ou pessoas conhecedoras da história do concelho.

A título de exemplo, na imprensa local subsistem referências de vários bairros operários, como por exemplo o bairro do Torrão, no Sobralinho. Além do bairro foi também criado um clube recreativo. Dois dos habitantes, na altura ainda muito jovens, tomaram a iniciativa da criação do Clube Recreativo do Torrão. Esse clube tinha uma componente social muito forte: “Um dos objectivos na altura (...) era tentar saber (...) quais as famílias mais carenciadas. [E] conseguir roupas e cabazes para minimizar as

---

<sup>55</sup> 40 anos de trabalho, 1987, Antral-Cipan, p.54.

<sup>56</sup> *Idem*.

<sup>57</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de Obras n.º 4620/66, *Possibilidade de construção de um bairro para os seus operários na Vala do Carregado – Castanheira do Ribatejo*, Grupo Farmacêutico Antral-Cipan, 1966.

dificuldades dessas (...) famílias (...) num bairro que é muito pobre e que entretanto foi definhando [...]. A componente cultural era muito forte. Tínhamos uma biblioteca e dávamos aulas de Esperanto.”<sup>58</sup> Também o bairro da Nova Colónia ou o Bairro Operário do Borrecho em Vila Franca de Xira, (Dr. David), Bairro da Fábrica Almeida & Ermete Lda. em Alverca, Bairro da Companhia das Fábricas da Cerâmica Lusitana na Vala do Carregado, são bairros ligados ao setor industrial.<sup>59</sup>

No arquivo do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico no Forte de Sacavém, existe uma planta de um bairro de habitação económica de promoção privada, para os trabalhadores da Companhia de Cimentos Tejo (Cimpor) (Anexo C). Trata-se de um conjunto de moderada dimensão, composto por casas em banda de dois pisos. A planta fora assinada pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Costa Martins, com anteprojecto e memória descritiva, não tendo, porém, chegado a ser construído.<sup>60</sup> Na memória descritiva podemos ler que o bairro estava pensado para ser construído a vinte minutos do centro de Alhandra, era objetivo do arquiteto que este espaço constituísse uma unidade residencial autónoma, que “teria de viver com meios próprios”, e dotada assim dos elementos necessários (escola, lojas, café, etc.).<sup>61</sup>

Encontram-se também, no Arquivo das Infraestruturas de Portugal, plantas de um bairro operário ligado à CP. O *Bairro Operário da Pedra Furada*<sup>62</sup> situar-se-ia bem perto da estação dos comboios de Vila Franca de Xira, no seguimento da Rua Curado, na atual Rua Joaquim Pedro Monteiro. As plantas das diferentes tipologias de casas estão datadas de 1919, mas existe uma planta com o projeto de ampliação e construção dum Bairro na Estação de Vila Franca de Xira, de 1927. Nesta planta, o bairro está construído numa correnteza, mas as habitações não estão justapostas, cada uma das

---

<sup>58</sup> “Adoro a política e encaro-a com espírito de missão”, *O Mirante*, 28-01-2010, <https://omirante.pt/entrevista/2010-02-04-adoro-a-politica-e-encaro-a-com-espírito-de-missão>, (30-07-2020). (visto em 29-04-2020).

<sup>59</sup> Lista de Bairros e Pátios do concelho de Vila Franca de Xira, Arquivo, Arquivo da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus de Vila Franca de Xira. Gentilmente cedido pela Dra. Maria João Martinho.

<sup>60</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Anexo B: Bairro de habitação económica, Companhia Cimento Tejo, [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27924](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27924), (18-02-2020).

<sup>61</sup> Processo de Obras n.º 630/50, anteprojecto do bairro a construir em Alhandra para o pessoal da Companhia Cimento Tejo, memória e plantas: geral e tipologia, 1950.

<sup>62</sup> Existem em Vila Franca de Xira umas grutas conhecidas como Grutas da Pedra Furada, daí advém o topónimo. No mapa (Anexo D1) referente ao *Bairro da Pedra Furada*, temos a indicação de que este bairro seria perto da Rua do Curado e embora a zona da *Pedra Furada*, no início do século XX, possa ter sido mais extensa do que veio a ser depois de rasgadas várias ruas (entre 1920 e 1950) com ligação à EN10 e à Ponte Marechal Carmona (1951), podendo ter chegado à zona do Telhal, das Cortes e, portanto, da Curraleta (Dr. David), e tendo em conta também a informação deste mapa, não se encontrou outra fonte documental que confirme esta informação.

casas correspondendo a uma tipologia, identificada pelo número dado ao documento (Anexo D2). Possuíam também projeto de habitações para o pessoal graduado e uma outra casa de habitação para três famílias. As moradias possuem medidas razoáveis: 92,92 m<sup>2</sup> nas casas térreas, e entre 60m<sup>2</sup> a 70m<sup>2</sup> por piso, nas casas de dois pisos, dependendo a que tipologia corresponde.<sup>63</sup>

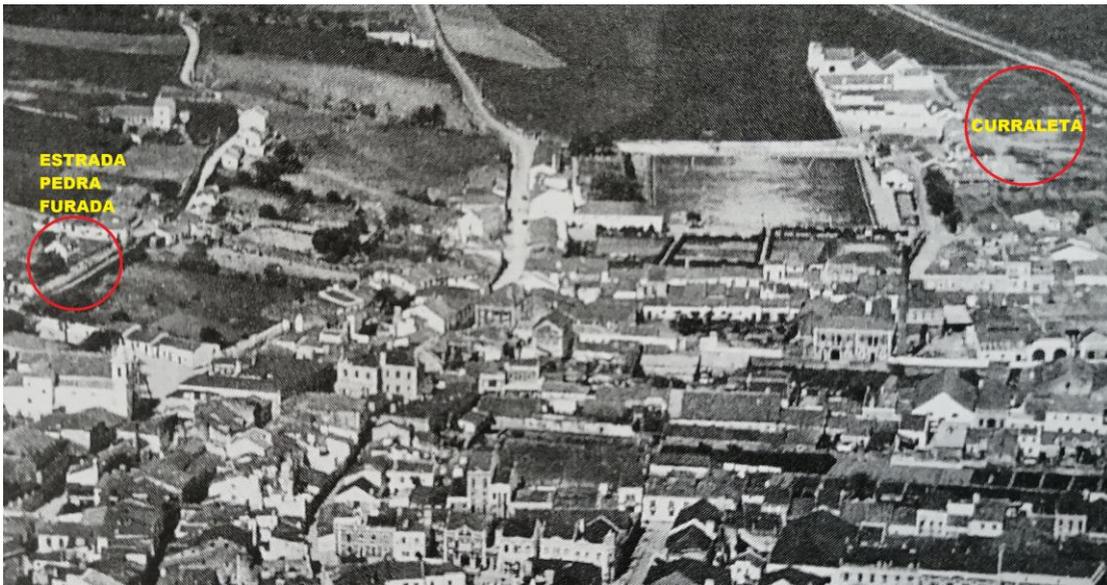
São casas que procuram respeitar as necessidades das pessoas, com espaços diferenciados para cada atividade: cozinha, sala de jantar, quartos e até casas de banho. No desenho nota-se ainda que houve algum cuidado na escolha, por exemplo, das cantarias; no desenho do telhado, entre outros pormenores.<sup>64</sup> No entanto, tendo em conta uma fotografia de 1934 e a disposição atual da Rua Joaquim Pedro Monteiro, este bairro nunca terá sido construído, talvez pelo acréscimo que isso teria nas verbas a despendar com a sua construção. Outro fator interessante a salientar é a semelhança destas habitações (ver anexo D2) com a primeira estação de comboios de Vila Franca de Xira (apoio do Dr. David Silva).

---

<sup>63</sup> Arquivo das Infraestruturas de Portugal. Anexo D1 – Projeto de ampliação e construção de um Bairro na Estação de Vila Franca, ficheiro 7998, onde se pode ver o bairro e as diferentes tipologias a ser construídas.

Arquivo das Infraestruturas de Portugal. Anexo D2 – Casa do Bairro Operário na Pedra Furada, classe 1, Typo 4, ficheiro n.º 5864.

<sup>64</sup> Apoio na leitura das plantas e tipologias das casas pela Arquiteta Lúcia Matos Ribeiro.



**Imagem 8 – Mapa de Vila Franca de Xira, 1934.**

Retirada do livro Vila Franca de Xira Olhares da Memória, p. 8.



**Imagem 9 – Estação de Comboios de Vila Franca de Xira, anterior a 1929.**

Retirada do livro Vila Franca de Xira Olhares da Memória, p. 77.

Além da preocupação de alojar as populações operárias, existia também a de acolher outro tipo de população como, por exemplo, os sinistrados das inundações, ou ainda famílias modestas, ou famílias pobres. Para esta população foram igualmente construídas habitações económicas, muitas vezes seguindo os mesmos princípios das habitações operárias: construção em linha, ou em U formando uma espécie de pátio;

utilização de materiais resistentes como o tijolo ou o ferro, etc. No Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira existem algumas plantas dessas habitações.

Entretanto, tal como aconteceu em Alhandra, começou a surgir outro tipo de infraestruturas que não estando diretamente ligado às fábricas ou aos bairros operários, aparecem porque estes existem nas imediações. Neste caso sabe-se da existência do Novo Retiro Operário, uma casa que segundo o livro a *Engrenagem* possuía “comidas e dormidas. Vinhos e mercearias” (Gomes, 1979: 216). Mais moderna do que as estruturas existentes até então (tabernas) e onde, segundo Soeiro Pereira Gomes, aparece pela primeira vez um aparelho de rádio, que a maioria das pessoas desconhecia por completo e que foi um grande chamariz de pessoas a esta superfície, para tal foi necessário instalar luz elétrica no novo espaço. Este Novo Retiro Operário existiu mesmo. Na parede do restaurante Quatorse, encontra-se uma fotografia do Novo Retiro Operário, o que nos permite dizer que não é uma ficção do autor. É possível que seja a mesma estrutura onde é agora o restaurante. O Restaurante fica situado na estrada nacional n.º 10, nas imediações da fábrica e do bairro da Cimpôr, mesmo em frente ao 1.º Bairro da Pentealã, e da fábrica, o que faz todo o sentido, já que era necessário abastecer estas populações da zona.



**Imagem 10 – Novo Retiro Operário.**

**Fotografia: Vanessa Amaral<sup>65</sup>**



**Imagem 11 – Restaurante Quatorse**

**Fotografia: Vanessa Amaral, 3-10-2018**

---

<sup>65</sup> Gentilmente cedida pela Dona do Restaurante Quatorse.

Em jeito de conclusão: os pátios e as primeiras vilas do concelho de Vila Franca de Xira, construídas quer ainda na Monarquia, quer já na 1.<sup>a</sup> República, são sistemas mais simples, por norma compostas por duas fileiras de casas térreas; erigidas maioritariamente com dinheiro da empresa e algum apoio camarário na urbanização da zona. Por sua vez, as vilas e bairros construídos a partir dos anos 30 (início do Estado Novo) são, sobretudo, estruturas mais complexas, de maiores dimensões, com um maior número de habitações, ou compostas por habitações de dois andares. Podiam estar dotadas de posto médico, creche ou outro tipo de infraestrutura nos arredores ou até fazerem parte de um complexo industrial de grandes dimensões. Assiste-se a uma preocupação de ter casas arejadas, divisões um pouco maiores e espaços diferenciados para cada função realizada no seu interior. Eram construídas maioritariamente com fundos de várias proveniências: Caixas de previdência, apoios camarários, etc. A empresa poderia dar algum tipo de apoio, como ceder o terreno – principalmente quando as habitações eram para os cargos de chefia – mas por norma pouco mais participava na construção das casas para os seus trabalhadores.

## **6. O Estado, os patrões e os operários do Concelho de Vila Franca de Xira**

No 10.º Congresso Internacional de História Económica: liberalismo e paternalismo no século XIX, que teve lugar em 1990, um conjunto de especialistas de todo o mundo reuniu-se e debateu esta temática. Começaram por tentar perceber se o paternalismo patronal não foi mais do que uma forma de evitar ou atrasar a intervenção do Estado e das organizações operárias, em simultâneo. Algumas empresas do século XIX perceberam que os investimentos sociais eram menos dispendiosos e mais eficazes do que atribuir salários mais elevados (Beaud, 1990).

Segundo Jean Marie Moine (1990), as primeiras medidas sociais tomadas destinavam-se a colmatar o vazio social do Estado, numa tentativa de impedir a intervenção deste nas empresas. No entanto, visaram ainda uma adaptação progressiva do tecido social à lei da empresa. A adesão da sociedade rural ao trabalho da fábrica levaria a sacrifícios que tiveram de ser compensados por um enquadramento social que, paulatinamente, conciliava os interesses dos trabalhadores e os das empresas, fazendo com que os trabalhadores ganhassem em bem-estar aquilo que perdiam em independência.

Já François Jequier (1990) define o paternalismo como uma doutrina ou sistema que orienta as relações entre patrões e empregados, segundo regras baseadas na vida familiar. Por esse motivo, como já foi referido, em regra é o setor privado o primeiro a construir habitação para os seus operários. A intervenção do Estado só acontece com maior incidência quando as iniciativas dos patrões «sociais» não são suficientes para retardar ou conter a adesão às ideias socialistas (Beaud, 1990). Schulz (1990) distingue na Alemanha dois tipos de Paternalismos correspondentes a duas gerações de empresas: o paternalismo dos grandes patrões déspotas como A. Krupp e o protetorado mais moderado e moderno encaminhando os operários para a responsabilização, característica das indústrias modernas, químicas e elétricas no fim do século XIX. Ou seja, passamos do período mais artesanal e familiar como foi o de Antoine Le Coultre ao paternalismo ativo de David já em pleno século XX (Schulz, 1990).

Também em Portugal aparecem patrões do período inicial em que os operários trabalhavam com condições muito precárias. Onde os patrões conhecedores do ofício,

deambulavam pela fábrica e exigiam que os operários cumprissem os limites por eles preconizados, muitas vezes desproporcionados. Contudo, acabavam assim por vivenciar mais diretamente com os operários, preocupavam-se mais com o desenvolvimento industrial, talvez por ser ainda incipiente. Quando as situações pioravam, em tempos de crise, por exemplo, apareciam algumas das benfeitorias, tais como a construção de bairros para habitação dos trabalhadores.

Chefes como Alfredo da Silva, fundador da Companhia União Fabril, que segundo Vanessa Almeida (2009), era um grande patrão, autoritário, de tipo autocrático, por vezes enfrentavam contestações e greves brutais. Indisposto a cedências, não permitia que continuassem com emprego os que se destacassem em qualquer ação de classe. Simultaneamente, desenvolveu um estilo patronal de tipo paternalista e assistencialista para com os seus empregados e operários, que gerou e expandiu um mito (que ainda hoje perdura) de “patrão amigo e protector”. Esta dualidade, gerava reações contraditórias, donde terá sido o patrão o mais odiado pelos sindicalistas e o mais amado pelos “operários agradecidos”. Os baixos salários e as condições de intensa exploração do trabalho eram compensados por uma rede de benfeitorias sociais. Avaro a aumentar ordenados, mas pródigo a incrementar a “obra social que casava” os trabalhadores com a CUF, ali trabalhando, vivendo, abastecendo-se, indo ao médico, ali lhes nascendo os filhos, ali frequentavam o grupo desportivo da empresa, ali desenvolvendo o espírito de grupo de pertencerem à “família CUF”, mal pagos e super-explorados mas membros simbólicos de uma aristocracia operária (Almeida, 2009).

Outros, praticaram um paternalismo patronal de iniciativa católica ou de raiz filantrópica, como Francisco de Almeida Grandella, ou Rui Nabeiro, patrões tidos como mais liberais do que o primeiro. Francisco de Almeida Grandella também criou várias benesses sociais para os seus trabalhadores. Na primeira década do século XX, construiu um bairro conhecido por bairro Grandella, dotado de creche e escola primária<sup>66</sup>. Já Nabeiro, talvez um patrão mais intermédio, tentava estar perto dos seus trabalhadores e manter com eles uma ligação estreita. "Se entro na empresa e não

---

<sup>66</sup> Bairro Grandella, Direção Geral do Património Cultural disponível: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74406>

cumprimento os meus trabalhadores eles perguntam logo o que se passa comigo. No dia seguinte cumprimento-os duas vezes".<sup>67</sup>

Segundo Martins, patrões que baseiam a sua ação na dissimulação do seu discurso, na disponibilização de um conjunto de serviços sociais e habitação aos trabalhadores, acabam por fazer o operário associar a imagem do patrão à de uma espécie de ‘pai’ ou familiar próximo, providente e protetor (Martins, s.d.).

No entanto, o operário perdeu o domínio do processo de produção porque deixou de poder acompanhar esse processo na sua totalidade, apenas intervindo numa tarefa. Também o salário passou a ser fixado por uma unidade de tempo, passaram a trabalhar à hora, ao dia ou à semana, ou ainda à peça (Miranda, 2001), ou seja, a mobilidade e a irregularidade do trabalho era uma das principais facetas da condição operária. O mercado de trabalho industrial era ainda “susceptível de bruscas retracções e oscilações, que tanto podiam incidir sobre o horário de trabalho como sobre o número de efectivos” (Martins, 1997: 490), de que resultavam despedimentos temporários e reduções nos horários de trabalho. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a indústria de conservas de peixe que, por falta de matéria-prima, despedia temporariamente parte dos seus trabalhadores e/ou reduzia o seu horário de trabalho; ou na indústria têxtil, quando havia escassez de matérias-primas, como nos anos 1860, ou de falta de mercado, como em 1908, na sequência do crack norte-americano, em que as fábricas da Covilhã reduziram os dias de trabalho para 3 a 4 por semana (Martins, 1997).

Em Alverca, segundo uma notícia do jornal *Avante*, de junho de 1937, tinham sido despedidos 53 trabalhadores das Oficinas do Estado, devido à falta de mercado, já que, neste período, o governo português decidiu que não se fizesse mais “certos apetrechos para uso da aviação portuguesa preferindo comprá-los por preços exorbitantes à Alemanha de Hitler”<sup>68</sup>. No final da notícia diz ainda que naquele momento foram despedidos mais 70 operários, “ficando desta maneira, centenas de pessoas condenadas à fome.”<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> SANTOS, Juliana Nogueira, “O império de Nabeiro que nasceu do contrabando”, 25.06.2019 disponível: <https://www.sabado.pt/dinheiro/detalhe/o-imperio-de-nabeiro-que-nasceu-do-contrabando>

<sup>68</sup> *Avante*, série II, n.º 38, segunda semana, Jun. 1937, disponível: <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT2038.pdf> (17-04-2010).

<sup>69</sup> *Avante*, série II, n.º 38, segunda semana, Jun. 1937, disponível: <http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT2038.pdf> (17-04-2010).

O código penal português, embora quase omissivo para com as condições de trabalho, o descanso semanal, os horários, a higiene e acidentes de trabalho e a admissão de menores nas fábricas, não o era em relação ao uso da greve e ao associativismo (Lázaro, 2013).

Há muito que se conheciam as organizações de apoio às classes trabalhadoras (confrarias, irmandades religiosas de carácter profissional, associações de leigos com fins religiosos e assistenciais, etc.), as quais auxiliavam em caso de desemprego, doença, velhice. Estas organizações evoluíram para associações civis de socorros mútuos; no entanto, mesmo acompanhando os associados nos casos de doença, velhice e falta de trabalho, não cuidavam em caso de melhoramentos económicos e sociais dos operários (Alcântara, 2019).

As alterações económicas, sociais e políticas, articuladas com a falta de apoios sociais por parte do Estado e/ou dos empregadores (Alcântara, 2019) levaram à “emergência de um movimento operário em Portugal encabeçado por ilustres intelectuais que [...] divulgaram um discurso socialista, republicano e, sobretudo, associativista, tendo como objetivo agrupar e informar os operários” (Lázaro, 2013: 97). “a esta acção doutrinadora e formadora aderiram intelectuais com formação universitária, produzindo eles próprios obras de doutrina e análise crítica.” (Oliveira, 1973: 685).

Este movimento foi, inicialmente (meados do século XIX) baseado num associativismo mutualista e dirigido por pessoas que não eram operários. No entanto, com a expansão do movimento operário na esfera pública, verificou-se o aparecimento de um associativismo operário de cariz laboral, cultural e de instrução. Foi com as mudanças dos ritmos de vida e das formas quer de trabalho fabril, quer de trabalho oficinal, instigadas pelo desenvolvimento industrial e urbano, que o operariado começou a sentir e articular a identificação dos seus interesses como resultado das suas experiências comuns.

O operariado estrutura-se, fortalece-se e organiza-se em associações de classe, instituições mutualistas, cooperativas, educativas e sociedades recreativas, culturais e/ou desportivas (Alcântara, 2019). Assim, não admira que o associativismo livre em Portugal tenha conhecido uma vitalidade importante não só durante a segunda metade do século XIX como ulteriormente, nas primeiras décadas do século XX (Lousada,

2004). Exemplo disso foram os trabalhadores dos tabacos, que por meio das associações a que pertenceram, cristalizaram a sua identidade e identificaram a sua autonomia cultural. Quer em formato de associação de socorros mútuos (como a Associação União Fraternal dos Operários da Fabricação de Tabacos, fundada em 1863), quer sob a alçada de diferentes associações de classe, em particular a Associação de Classe dos Manipuladores de Tabacos de Lisboa (ACMT), os tabaqueiros difundiram – tal como acontecera noutros ofícios – a ideia de solidariedade como alicerce para ultrapassarem dificuldades quotidianas como o desemprego, a doença, a incapacidade ou a morte (Brás, 2020).

Também no concelho de Vila Franca de Xira, com o operariado crescente, aparece um movimento cultural e associativo no início da segunda metade do século XIX (Manique, 1986), de que resulta uma maior consciência de classe, sindical e política. Daí que tenham aparecido mais associações privadas de âmbito social (associações recreativas nas quais os operários podiam reunir-se e informar-se); além disso, estes – incluindo os camponeses – já participavam em greves.

Em 1862 foi fundada a Sociedade Euterpe Alhandrense, a mais antiga associação cultural<sup>70</sup>; em 1865 foi inaugurado o Teatro Thália Alhandrense. Em 1870 era criada a Filarmónica 1.º de Dezembro, em Vila Franca de Xira, e quatro anos depois surgia em Alverca a Sociedade Filarmónica de Recreio Alverquense. Do Grupo Ocarinista de Vila Franca Xira (1886), evoluindo em 1891 para Fanfara 1.º de Maio, haveria de surgir mais tarde a Associação Ateneu Artístico Vilafranquense (Manique, 1986). Em 1905 era inaugurado em Alhandra o Teatro Salvador Marques.

Já em termos políticos, em 1881 é fundado em Alhandra o Centro republicano, liderado por Lino de Macedo. Passado um ano este centro fecha, mas os republicanos não desistem e o quartel-general dos republicanos passa a ser na Loja Nova, uma localidade dentro de Vila Franca de Xira (Manique, 1986). Em 1898 dá-se na Companhia Fabril Lisbonense uma greve numa das suas fábricas em Alhandra. Conhecida como a 1ª greve de Alhandra e do Concelho de Vila Franca de Xira.<sup>71</sup>

Em 1901, na freguesia da Póvoa de Santa Iria, é fundada a Associação de Socorros Mútuos Dora; no ano seguinte já existia o Teatro do Grémio Recreativo

---

<sup>70</sup> Desenvolve presentemente atividades de âmbito cultural, desportivo e recreativo.

<sup>71</sup> <https://www.familiatavares.com.pt/alhandra/historia.htm>

Alhandrense. Em 1903 cria-se a Fundação do Montepio Operário Ribatejano. A Tuna Comercial de Alhandra teve o início da sua atividade em 1905<sup>72</sup>. A 8 de Novembro de 1905, o Rei D. Carlos aprovou por alvará os estatutos da então Associação de Classe Commercial e Industrial de Villa Franca de Xira, que já na época tinha por fim, entre outros, a defesa dos interesses económicos dos seus associados, a sua representação perante os poderes constituídos, a “instrução e amigável convívio dos associados, seus filhos e empregados”<sup>73</sup>. Ainda em 1905, em Vila Franca de Xira, surge a Associação Commercial e Industrial de Vila Franca de Xira. Em 1906, é fundado o Grémio Popular Vilafranquense, e em dezembro inaugura-se a nova sede do Grémio Popular Vilafranquense (Costa, 2001).

Após a queda da Monarquia houve grande agitação social no país e o concelho de Vila Franca de Xira não foge à regra. Em 1911 dá-se na Póvoa a greve do pessoal que trabalha nas marinhas do sal e em Vila Franca de Xira a dos valadores, que durará sete dias. Segundo José Costa (2001), esta última terá sido conduzida pela Associação das Classes dos Trabalhadores de Vila Franca de Xira com o apoio de Manuel dos Santos, sindicalista de Lisboa. Ainda em 1911 funda-se a Sociedade dos Amigos dos Pobres e assiste-se à tentativa de formar a Associação União Operária do Conselho de Vila Franca de Xira, esta, todavia, sem êxito.

Em Alhandra, no ano de 1912, ocorre a greve dos operários têxteis e no ano seguinte dá-se a fundação da Associação de Socorros Mútuos União Popular.

Em 1914 ocorre uma greve dos ferroviários da CP, provocada pela publicação do novo Regulamento de Caixa de Reformas e Pensões, redigido sem tomar em consideração o projeto elaborado por uma comissão mista de delegados do pessoal e do sindicato. O bloqueio saldou-se em nove dias de paralisação, com atentados e descarrilamentos<sup>74</sup>. Muitos trabalhadores – não apenas operários – juntar-se-iam às greves, em solidariedade com os ferroviários<sup>75</sup>; os operários utilizadores do comboio teriam sido, contudo, os principais prejudicados.

---

<sup>72</sup> Viu diversas vezes o seu nome alterado: Grupo Musical Esperança (1906); Tuna Comercial e Industrial de Alhandra (1906); Clube Commercial e Industrial de Alhandra (1927); Clube Recreativo de Alhandra (desde 1934).

<sup>73</sup> ACIS: <http://acis.org.pt/quem-somos/#historia> (22-03-2020).

<sup>74</sup> Greve dos ferroviários da CP: <https://www.cp.pt/institucional/pt/cultura-ferroviaria/historia-cp/cronologia>

<sup>75</sup> Greve dos Ferroviários: <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=039102>

Em 1915 é fundada a Cooperativa Operária Vilafranquense, pelas Associações de Classe Construção Civil, dos Marítimos e Trabalhadores Rurais (Costa, 2001). Em 1919 a existência de uma associação de Classe dos Operários da Construção Civil, uma cooperativa União Operária Vilafranquense e uma associação de classes trabalhadoras (onde poderiam estar trabalhadores agrícolas, já que muitos dos objetivos eram os mesmos), além de uma Associação Fraternal dos Artistas de Vila Franca de Xira, com um carácter mais mutualista, mostram-nos o dinamismo e a importância do sector industrial. A existência, em Alhandra e em Vila Franca de Xira, de uma Associação de Classe Marítima e duas Associações de Classes de Descarregadores, revela também a crescente importância e consciencialização do proletariado do concelho (Manique, 1986).

António Dias Lourenço (1995) descreve a geração dos anos 30-40 do século XX como sendo informada e ativa. Foi impulsionada por alguns pioneiros da cultura popular, através da escrita, do teatro ou da música, com o aparecimento da Sociedade Euterpe Alhandrense, do Grémio Artístico Vilafranquense, da Sociedade Filarmónica e Recreio Alverquense, dos palcos e centros de convívio de Vila Franca de Xira, Alhandra, Alverca, Póvoa, S. João dos Montes, Sobralinho, Arcena, entre outros, criando condições para o aparecimento neste período de um movimento cultural de massas esclarecido.

Para a dinamização deste movimento politico-cultural muito contribuiu a participação de destacadas figuras da *intelligentsia* antifascista portuguesa, que participavam nas excursões, convívios, visitas guiadas, debates sobre problemas contemporâneos, bem como contactavam com trabalhadores locais, fazendo assim uma ligação entre a realidade social do concelho e da região, e o diversificado mundo do trabalho, constituindo um importante fator formativo, ideológico e político (Lourenço, 1995).

Também o historiador Fernando Rosas (1994a: 66) nos diz que “pelo corredor de Vila Franca de Xira [...] já em meados dos anos 30, importantes zonas de concentração industrial diversificada, agrupa[va] um operariado numeroso, maioritariamente desligado da terra e com assinalável grau de consciência sindical e política.” Em 1923, a greve na Cimento Tejo (Cimpor) que paralisa a fábrica no mês de junho e condiciona a produção dos meses seguintes (Oliveira, 1995).

Já o Paternalismo mais ativo ocorre em Portugal no período do Estado Novo, o que lhe confere características distintas de outros.

A 23 de Setembro de 1933, as leis sobre as associações profissionais de 9 de Maio de 1891 (que conferiam às federações e associações de classe capacidade de firmar acordos e contratos coletivos) são substituídas pelo Estatuto do Trabalho Nacional (ETN) e por três decretos-leis: o n.º 23 049, que se destinava aos patrões do comércio, da indústria e da agricultura; o n.º 23 050, que contemplava os empregados, operários e profissões liberais; e o n.º 23 051, que se dirigia ao mundo rural. Ao criar os sindicatos nacionais, o Decreto-Lei n.º 23 050 define orientações ideológicas precisas, estabelece normas de funcionamento interno minuciosas e, mais importante, atribuí ao Estado extensos poderes que, entre 1933 e 1944, outros decretos se encarregarão de alargar (Patriarca, 1991).

Dada a natureza autoritária do regime firmado na Constituição de 1933, a fim de erguer uma política social corporativista, “havia de destruir, zelosamente, a herança socializante republicana.” (Garrido, 2018: 202). O novo regime certificava-se de substituir, ou pelo menos de adaptar, as organizações mutualistas por “organizações igualmente harmoniosas e fiéis a um ideal de cooperação cristã” (Garrido, 2018: 203).

Os estatutos dos sindicatos deveriam conter, expressa e obrigatoriamente, não só a afirmação de lealdade para com o nacionalismo e a colaboração social, como também a declaração de abdicação a toda e qualquer atividade que fosse contrária “aos interesses da Nação Portuguesa”, bem como o “repúdio da luta de classes” (Patriarca, 1991: 24).

Tem assim início o corporativismo, uma forma de organização político-económica das sociedades, que implica a existência de corporações. Segundo esta ideologia, a luta de classes não faz sentido, na medida em que os setores de atividade se organizariam em comunidades de trabalho, sem qualquer oposição entre as classes sociais. Essa organização institucional provocaria uma forte solidariedade entre os interesses corporativos<sup>76</sup>. Todavia “esta construção teórica nunca teve nada a ver com a realidade do Corporativismo em Portugal” (Rosas, 1994b: 255).

Em Portugal, o regime político de então baseou-se fortemente no corporativismo, embora na prática, e tal como aconteceu noutras

---

<sup>76</sup> «Corporativismo» in Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. [consult. 2020-09-11 15:50:46]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/\\$corporativismo](https://www.infopedia.pt/$corporativismo)

experiências de implementação desse sistema, o Estado tenha exercido um forte controlo sobre as corporações, facto que se traduziu na implementação de um sistema de dirigismo estatal mais do que corporativista (Rosas, 1994b).

As corporações são corpos profissionais que, alegadamente, assumem o controlo dos principais aspetos da economia, ficando o Estado sem intervenção relevante a esse nível. De acordo com este sistema, as corporações correspondem a instituições que podem ter vários tipos de carácter: económico, moral e cultural. A organização corporativa assentava em dois tipos de elementos primários:

- Os sindicatos nacionais (associações profissionais setoriais, cujo principal objetivo é a defesa dos interesses económicos e profissionais dos elementos que os compõem). No entanto, durante o período do Estado Novo as lutas sociais foram quase sempre à margem deles – quando não eram contra os sindicatos. Após o encerramento e dissolução dos sindicatos livres (constituídos ainda durante a monarquia e a I República), o regime sujeita os trabalhadores a agruparem-se em sindicatos corporativos, profissionais, para mais facilmente os dominar, dividir e explorar.<sup>77</sup>
- Os grémios, as associações de comércio, as associações da indústria, as associações da agricultura, *id est*, os elementos primários da organização corporativa do lado patronal. O grémio era uma figura institucional muito importante, pois através dele o Governo controlava toda a atividade comercial, sendo fortemente tutelado pelo Estado. Os primeiros e principais grémios são de inscrição obrigatória, ou seja, não só são criados pelo governo, como a sua área de atuação e funções são determinadas pelo Estado (Rosas, 1994b). Pretendia o governo de então exercer total controlo sobre a atividade dos comerciantes e, desta forma, combater o mercado negro.<sup>78</sup>

Quer por meio dos organismos de intervenção económica, quer pelos grémios obrigatórios, o Estado tudo controlava: dimensão mínima das empresas, contratação coletiva, fixação de preços e de quotas de produção, aquisição de matérias-primas e produtos acabados, promoção e fiscalização da qualidade dos produtos. “Pouco ficava para a *autodirecção* pelos interessados. Nem eles – os empresários contemplados com a organização corporativa – o desejavam. [...] a maioria dos industriais e os grandes

---

<sup>77</sup> <https://www.siesi.pt/index.php/siesi/historia-do-sindicato>

<sup>78</sup> <http://acis.org.pt/quem-somos/#historia> (22-03-2020)

agrários reclamavam não por *autonomia*, mas pela autoridade do Estado.” (Rosas, 1994b: 255).

Ainda assim, o país passa a ter os chamados “grupos económicos”, tendo adquirido um sistema empresarial diferente daquele que existia antes (Reis, 2012). O Estado Novo continua, de forma relativa, a modernização económica empreendida pelas políticas protecionistas de condicionamento industrial e de cartelização, que permitiram uma ascensão da burguesia industrial e financeira. O capitalismo burocraticamente enquadrado e corporativamente organizado, industrialmente frágil e familiar, começa paulatinamente, por iniciativa do próprio Estado, a dar lugar a um outro capitalismo onde um conjunto de grandes grupos financeiro-industriais ira começar a ter um papel de relevo com ligações crescentes aos mercados e investidores internacionais (Aguiar, 2013). Aparecem assim, grupos económicos como: Grupo CUF (Alfredo da Silva falece em 1942), o Grupo Champallimaud, o Grupo Espírito Santo, o Banco Português do Atlântico, o Banco Borges & Irmão, o Banco FONSECAS & BURNAY e o Banco Nacional Ultramarino, todas estas empresas representando cerca de 75% do PIB (Reis, 2012).

O trilátero corporativo em que se estabelecia a ordem socioeconômica do Estado Novo formou tremendas distorções entre o Estado, os patrões e os sindicatos.

As empresas nem sempre tinham escolha e algumas das benesses que concediam aos seus operários podiam ser muitas vezes contrárias ao que pretendiam, aos seus objetivos económicos e de desenvolvimento. Por exemplo, as entidades patronais e sindicais eram incumbidas de criar e gerir as respetivas instituições de previdência. Eram estas caixas de seguro social das instituições corporativas que serviam para a proteção dos trabalhadores na doença, invalidez e velhice. Os contratos coletivos de trabalho deveriam incluir, logo de raiz, normas que obrigassem à participação financeira dos patrões e dos assalariados (Garrido, 2018). De qualquer forma, era junto destes grandes industriais, que o sistema cooperativo do governo do Estado Novo, obtinha o seu maior apoio. Eram as empresas que serviam de intermediárias entre a teoria preconizada e a prática levada a cabo (Vaz, 1996).

Apesar do descanso semanal ter sido mais consensual do que a limitação do horário de trabalho diário ou semanal porque existia a tradição religiosa, que consagrava o domingo como dia do Senhor, em que se devia descansar. No entanto, como não havia obrigatoriedade de observar o descanso, muitos patrões não concediam folga, nem ao

domingo, o que fez com que estivesse no “centro de todas as lutas travadas pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, ao longo do século XIX e início do século XX”<sup>79</sup>.

Também a recusa de muitos patrões em cumprir as oito horas diárias e a sua negligência e má vontade relativamente ao que deviam descontar para a previdência dos trabalhadores suscitam atritos em diversos setores de atividade (Garrido, 2018). Por isso não admira que a taxa da população ativa que estava abrangida pela previdência fosse de 35,6% em 1960, em 1970 a taxa de beneficiados ativos subiu para os 60% (Garrido, 2018).

Já as confederações e associações de classe não têm por onde escolher: ou aceitam as condições que lhes são impostas ou deixam de ter existência legalmente (Patriarca, 1991).

Não obstante este controlo por parte do Estado – ou precisamente por causa dele –, quando consultado o jornal *Avante*, pode observar-se que, por exemplo, o período entre 1937 e 1945 pautou-se por anos de muita agitação social: externamente, com a Segunda Guerra Mundial; em Portugal, com a luta pelo aumento dos salários, contra o aumento das horas de trabalho, contra o desconto do abono de família. No concelho de Vila Franca de Xira, assistem-se a greves, violência e despedimentos: “A paralisação começa na Fábrica de Cimento Tejo, às 13 horas. A maioria dos grevistas marcha sobre a fábrica de Penteação de Lãs, cujo pessoal é mandado embora pelo Director em pânico [...] Na Sódia-Povoa, o Director, que se opõe ao movimento, é agredido com um objecto na cabeça. [...] No fim, muitos dos que se manifestaram foram presos pela polícia política e despedidos dos seus empregos”<sup>80</sup> mas também se assiste a conquistas como aumentos entre 10% a 25%, ou readmissões de grevistas nalgumas das principais empresas do concelho, tais como na Cimento Tejo, nas OGMA, na Penteação de Lãs, ou na Covina, entre outras – num tabuleiro de jogo cauteloso entre os operários, os empresários e o Estado.

---

<sup>79</sup> Cristina Rodrigues- Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, disponível: <https://www.jornalissimo.com/historia/1017-o-descanso-semanal-obrigatorio-tem-110-anos> (última consulta a 06-10-2020)

<sup>80</sup> *As greves de 1944 em Alhandra* in Saber mais sobre...História de Vila Franca de Xira, 2012, Vol. 9, Município de Vila Franca de Xira, pp. 80-81.

## 6.1 – A Engrenagem de Alhandra, o trabalho na Companhia Cimento Tejo

“Para os trabalhadores sem trabalho – rodas paradas de uma engrenagem caduca.”

(Gomes, 1979: 169)

Em 1890, António Teóphilo de Araújo Rato – relativamente a todo o processo da instalação da fábrica de cimentos – faz prospeção, pondera, estuda desde o mercado nacional ao internacional: onde ir buscar a matéria-prima; como fazer a cozedura e moagem do cimento. Assim, ainda nesse ano, adquire algumas propriedades em Alhandra, nomeadamente a propriedade do Telhal e as confinantes Combros da Fonte Nova, Jogo da Bola e Terra da Quinta das Figueiras, todas pertencentes ao mesmo dono para construir a sua fábrica (Oliveira, 1995). Nos dois anos anteriores à abertura da mesma, observavam-se intensos trabalhos de construção civil, desde o crescimento das chaminés, o transporte de máquinas de grande porte, trabalhos que mobilizavam inúmeros operários da vila de Alhandra (Oliveira, 1995): “– Até que enfim, chegaram as máquinas! [...] Parece que há umas tão grandes, que são precisos dois comboios pràs trazer – [...] E o comboio, como entra cá? [...] Pelo ramal que vão romper desde a vila” (Gomes, 1979: 199).

“A chegada do comboio ao Concelho de Vila Franca de Xira, foi muito importante para atrair e fixar vários tipos de indústria, juntamente com a concentração de matéria-prima e o potencial humano. Com o comboio era possível de uma forma barata, proceder-se ao transporte de grandes quantidades de produtos. Ainda hoje é possível observar, vários ramais do caminho-de-ferro que levam os comboios de mercadorias, ao interior das fábricas, onde recolhem os produtos.” (Silva, 2013: 136).

Em 1894, inicia a sua atividade, sendo a primeira fábrica a produzir cimento Portland artificial do nosso país. Surge assim a “fábrica grande”<sup>81</sup> (Oliveira, 1995). Aproveitando o *Ultimatum*<sup>82</sup> de 1890, e as limitações impostas por este, principalmente

---

<sup>81</sup> “«...todos tinham pedidos para a Fábrica Grande», lê-se na obra *Esteiros*, atrás citada. Assim era conhecida a fábrica de cimentos pelos homens e rapazes contratados à jorna nos *telhais*, apenas durante uns quatro meses de casa ano, para quem um salário certo com horário fixo durante todo o ano representava um sonho que só se realizava para alguns.” (p. 26).

<sup>82</sup> “Portugal empenhou-se em dar efetividade ao Mapa Cor-de-Rosa, marcando a sua presença nas áreas compreendidas entre Angola e Moçambique, da costa atlântica à contracosta do Índico. A este plano se opôs terminantemente a Inglaterra, empenhada em alargar a sua influência no interior do território africano a partir da África do Sul. [...] ao qual por inferioridade militar, Portugal teve de ceder. A

as comerciais, António Teófilo de Araújo e Rato lança as bases da indústria cimenteira, evitando a concorrência que teria noutro momento da história, contribuindo, na altura, para o desenvolvimento nacional.<sup>83</sup>

Tal como outros empresários da época, este procurou o que de melhor se fazia lá fora. Os sucessos alcançados com os cimentos Boulonnais em França em 1890, influenciou grandemente aquele empreendedor, tendo esta indústria, segundo Gil Braz de Oliveira (1995), fornecido os seus conhecimentos para a construção da fábrica de Alhandra. Estes empresários aplicavam na indústria nacional as inovações tecnológicas e conhecimentos científicos que assimilavam no estrangeiro, aperfeiçoando-os. Rodeavam-se de homens da ciência e técnicos especializados, muitos de origem estrangeira (francesa, italiana, inglesa e alemã, donde também provinham, muitas vezes, essas inovações tecnológicas), com quem trabalhavam, recolhiam e partilhavam conhecimentos científicos (Nunes, 2015).

Nos primeiros anos da fábrica de Alhandra, a empresa apostou numa política de formação de jovens e fixação de mão-de-obra – tal como sucedera no *Creussot*, com os irmãos Schneider nas suas empresas (Beaud, 1990) –, de forma a familiarizar o pessoal com as máquinas e os processos que tinham de realizar, anos de formação de encarregados, forneiros, moleiros, já que algumas tarefas (como a preparação da pasta para a formação de tijolos) exigiam uma mão-de-obra bastante numerosa, que em parte deveria ter uma razoável qualificação, experiência, principalmente na cozedura (Oliveira, 1995).

Embora a fábrica de Alhandra utilizasse maquinaria moderna, nem tudo correu pelo melhor: o facto de a empresa ter feito um grande esforço financeiro para iniciar atividade, além dos anos de formação do pessoal com as máquinas e as operações, e ainda o hiato temporal entre a descoberta de inovações tecnológicas e o momento até serem colocadas em prática, mantiveram as condições de trabalho penosas e de elevado risco para os trabalhadores (Oliveira, 1995). Baseando-se na realidade que vivenciou, Soeiro Pereira Gomes (1979: 247) diz-nos: “Lá em baixo, porém, os operários [...] reprimiam tosses e blasfémias. Silhuetas negras avançavam e fugiam, ora de braços ao alto, ora encurvadas, numa dança macabra do fogo e do trabalho, ao som das máquinas.”. Segundo Gil Braz de Oliveira (1995: 30), o mesmo acontecia às fábricas

---

humilhação transformou-se em luto nacional, levantando uma onda de indignação”. In *Enciclopédia Moderna Larousse*, Círculo de Leitores, p. 7171.

<sup>83</sup> «A nossa homenagem a António Teófilo de Araújo e Rato», *Vida Ribatejana*, 14-03-1943.

congêneres estrangeiras: “homens seminus que apanham a cal dos fornos numa atmosfera obscurecida por poeira e fumaça... Os acidentes fatais são numerosos, causados em particular por correias de transmissão.” (Oliveira, 1995: 30).<sup>84</sup>

O mesmo Teóphilo Araújo Rato visitou algumas fábricas de cimento de Denver, mas perdeu a oportunidade de entrar em contacto com bons técnicos cimenteiros, apenas porque o aspeto das fábricas não era o melhor. Outro problema que o mesmo teve foi a falta de uma boa organização da fábrica no seu conjunto, de forma a assegurar o funcionamento de todas as secções. Apesar das dificuldades, afirma Gil Braz de Oliveira (1995) esta era uma empresa à altura das melhores, participando nas exposições de produtos industriais, onde chegou a receber distinções importantes.

No início, os Cimentos Tejo foram bem aceites pelo mercado, mas a partir de 1904 os resultados começaram a ser negativos, devido sobretudo ao elevado investimento inicial e subsequente, e não menos por uma direção pouco consistente e mão-de-obra excessiva. Todavia, a principal razão consistia na produção reduzida e desajustada relativamente ao investimento feito. Outro problema foi a constante falta de recursos financeiros, causa e efeito de uma crise generalizada, às quais se juntavam “crises sociais e políticas que culminaram com o regicídio (1908) e a implantação da república (1910).” (Oliveira, 1995).

Após várias tentativas, Théophilo Araújo e Rato conseguiu em 1912 criar a Companhia Cimento Tejo, numa altura em que o grau de endividamento financeiro era já bastante, chegando mesmo a parar a laboração. Com a criação desta companhia, começa uma nova fase para a fábrica de Alhandra. Como deixaria de entrar em Portugal grande parte do cimento importado, o cimento Tejo iria aumentar enormemente as suas vendas, refletindo-se num saldo positivo, chegando a haver distribuição de dividendos em 1913 (*ibidem*).

Araújo Rato é descrito na história do Cimento, bem como no jornal a *Vida Ribatejana*, como um trabalhador infatigável, ativo, empreendedor. Estudava com perseverança todos os problemas que lhe surgiam, e “não o intimidavam contrariedades, atritos ou desilusões”<sup>85</sup>, possuindo uma fé inabalável, mesmo quando as contrariedades “eram grandes e o êxito difícil”; era, pois, um “entusiasta defensor da indústria do cimento e dos progressos desta Companhia” (Oliveira, 1995: 152), um trabalhador incansável, amigo de seus empregados. Tal descrição assemelha-se à que François Dalle

---

<sup>84</sup> Nota referente à fábrica Lafarge (tradução livre).

<sup>85</sup> «A nossa homenagem a António Teófilo de Araújo e Rato», *Vida Ribatejana*, 14-03-1943.

(L'Oréal) fizera de antigos artesãos ou donos de pequenos e médios negócios: “Eles praticamente dão as suas vidas: eles trabalham, a diminuição dos rendimentos da empresa, as preocupações, os fracassos... Tudo isto tem um profundo efeito neles. E no passado não muito distante, os homens que chefiassem empresas de tamanho médio, gostavam tanto delas que eles investiam a sua saúde pessoal, que eles hipotecavam as suas casas.”<sup>86</sup>

Com o estabelecimento da fábrica em Alhandra, presume-se que também a paisagem se tenha alterado, tal como os hábitos das pessoas e seus trabalhos, tal como nos descreve Soeiro Pereira Gomes, no seu romance *Engrenagem* aquando do crescimento da firma retratada: “Da velha aldeia, nada restava intacto. A ruela primitiva, de casas irmanadas pela vida dos moradores, ramificava-se, e novas casas surgiam acima dos telhados. [...]. Na várzea, postes de eletricidade com isoladores brancos, em cacho, substituíam árvores, a cuja sombra algumas gerações tinham dormido sesta.” (Gomes, 1979: 214). A maioria dos camponeses que vivia no local ou arredores onde foi erguida a fábrica, acabaria vendendo as suas terras, porém, não sendo estas de grandes dimensões e nem muito férteis, receberam uma pequena quantia por elas. A fábrica vai ocupar cada vez mais terreno, onde outrora existiram pequenas terras agrícolas: “Chico Moleiro vendeu logo tudo, até o Moinho. A seguir, foi Manuel Chibarro, a quem dias antes nascera mais um borrego. [...]. A aldeia transviara-se.” (*idem*: 177). É muito provável que, tal como descrito na *Engrenagem*, algum Manuel Chibarra, algum Chico Moleiro tenha vendido as suas terras para a construção da fábrica.

Durante os primeiros anos de exploração da Companhia Cimento Tejo, eclode a I Guerra Mundial, acontecimento que terá grande influência no funcionamento da empresa, por um lado, devido ao retraimento generalizado do mercado; por outro, como deixara de haver importação de cimento, esgotar-se-ia por completo a produção do Cimento Tejo.

Apesar das incertezas relativamente ao futuro, a empresa consegue em 1914 e em 1916/17 colocar em funcionamento novos fornos, modelos mais avançados, que permitiriam duplicar a produção, bem como adaptar alguns dos antigos equipamentos: “A deflagração do conflito europeu de 1914-18 extinguiu a importação do cimento, eliminando essa fonte de concorrência. [...] a procura interna do cimento passou a

---

<sup>86</sup> *La Voix de son maitre, Gérard Mordillat, Nicolas Philibert* (realizadores), INA - Laura Production – SERDDAV, França, 1978. Tradução livre

esgotar a produção nacional [...] tornando positivas as contas de exploração e consolida[ndo] a situação financeira da Companhia.” E esta situação manter-se-á estável até à década de 1920 (Oliveira, 1995).

A grave crise económica de 1920-21, contudo, provocaria uma acentuada desvalorização da moeda nacional, o que acarretou o aumento do preço dos produtos importados, atenuando a entrada dos mesmos. Assim, a produção do cimento Tejo acabou por ser absorvida pelo mercado interno (neste primeiro momento foi algo positivo), não obstante o encarecimento da matéria-prima. Em 1922, morre António Theophilo de Araújo e Rato. Em 1923 vai ocorrer uma greve que paralisa a fábrica durante todo o mês de junho, afetando a exploração desse mês e dos seguintes. Nesse mesmo ano, houve um aumento dos encargos fiscais e aparece um novo concorrente, com o arranque da fábrica Maceira-Liz, tecnologicamente muito avançada, o mercado do Cimento Tejo foi seriamente afetado. Já em 1924, o escudo volta a valorizar, o que permite ao mercado português comprar cimento e outros produtos importados a baixo preço. Como a matéria-prima, tinha sido adquirida pela companhia a preços elevados (entre 1920 e 1924), a Cimento Tejo não conseguia baixar mais os preços do seu produto final e por isso não conseguiu vender os seus cimentos, o que leva à paralisação dos fornos nos meses de novembro e dezembro desse ano (Oliveira, 1995).

A partir de 1926 até 1934, a administração da Cimentos Tejo, sente a necessidade de aumentar a sua capacidade de produção melhorando também as infraestruturas da empresa. Em 1929 adquiriram um forno rotativo e novas máquinas, asseguradas apenas com técnicos e operários da fábrica, para tal aumentaram os hangares dos fornos e o hangar geral, construíram um novo laboratório, acabou por ser uma “transformação radical da fábrica” (Oliveira, 1995: 159). Em 1934, adquiriram um novo forno, estes dois fornos aumentaram a produção em cerca de 50%: “o cimento nela produzido, em [...] dois modernos fornos rotativos, com pedra de Alhandra e Vila Franca, é conhecido em toda a Europa [...] pela sua magnífica qualidade.”<sup>87</sup>

Em 1935, começa uma nova fase da Companhia Cimentos Tejo, que passa a funcionar com nova administração, designada pela empresa de cimentos de Leiria - Maceira-Liz. Henrique Araújo de Sommer alienou capital acionista da Companhia Cimento Tejo, aumentando com “investimento reduzido” a influência que já tinha no setor cimenteiro. A administração passa a ser constituída pelo engenheiro Theóphilo

---

<sup>87</sup> *Vida Ribatejana*, número especial, Dez de 1942, ano 26, II Vol, p. 35.

Leal de Faria (director-delegado), pelo engenheiro Luiz Ferreira Pinto Basto e Luiz Affonso Villar (Oliveira, 1995).

O patrão, agora mais protegido, se tivermos “em conta o período que coincidiu com o Estado Novo, a toda a ideologia defendida vai contribuir para que a indústria e o industrial actuem com um sentimento paternalista de protecção de apoio ao bem mais precioso – o trabalhador”. Estes trabalhadores foram apanhados numa “teia de interdependências difíceis de quebrar” (Vaz, 1996: 118).

Henrique Araújo de Sommer viu no engenheiro Theophilo Leal de Faria (1888-1952) a pessoa indicada para reproduzir na fábrica de Alhandra uma obra social nos mesmos moldes do que já se tinha feito na fábrica Maceira-Liz, que desde muito cedo (entre 1925-35) dispôs de um conjunto muito completo de regalias sociais que eram considerados exemplares (Oliveira, 1995). Assim, não admira que em 1936 tenham sido inauguradas as primeiras 12 casas para operários e famílias, e no seguinte mais 23 casas seriam entregues. Simultaneamente, é inaugurada uma Casa de Recreio para o Pessoal. No dia da inauguração, realizaram uma festa com muitos convidados, entre os quais algumas entidades do Estado. Era a primeira vez que tal acontecia (Vaz, 1996).

No discurso do eng.º Leal de Faria, diretor da fábrica, este primeiramente fala da necessidade dos trabalhadores possuírem uma habitação, “que embora pequena, tenha um certo conforto, luz e ar [...] e que seja limpa”. Acrescenta ainda que a intervenção dos patrões na construção de habitação operária foi necessária devido aos baixos ordenados dos seus empregados, em parte devido à conjuntura: “porque as condições de vida do país, que é pobre [...] não são de molde a permitir-lhes o aluguer de casas em condições convenientes” e porque “aqui em Alhandra [...] não seria possível que os operários habitassem casas razoáveis, pela simples razão de que não as há [...]. Para que o nosso pessoal operário vivesse em boas condições higiénicas e tivesse casas [...] tínhamos nós de mandá-las construí-las” (Vaz, 1996: 120).

Já no discurso do eng.º Teixeira Lopes (outro dos diretores da fábrica), declara que: “a obra social é já bastante vasta e feita com critério e inteligência, [que] muito tem contribuído para o bom ambiente em que se vive nesta fábrica”. Segundo Pedro M. Vaz (1996: 120), citando Teixeira Lopes, haveria um conjunto de regalias que não eram muito comuns para a época, nomeadamente na assistência médica: “a Companhia presta gratuitamente a todo o seu pessoal operário, assistência médica e farmacêutica [...]. [Concedeu ainda] um subsídio em todos os casos de doença grave ou prolongada.” O

mesmo autor continua a referir mais alguns dos benefícios sociais criados na altura, tais como: assistência às suas operárias grávidas, ou a criação do Clube Desportivo da Fábrica Cimento Tejo.<sup>88</sup> Este clube era um polo de divulgação “desportiva, cultural e recreativa” entre os sócios, promovia concursos de fotografia, sessões de teatro e de música e ainda cursos noturnos de instrução primária (Oliveira, 1995). Possuía biblioteca e sala de leitura, uma outra sala destinada à direção e um pequeno bufete. Algumas das salas tanto podiam servir de ginásio, como sala para conferências, projeções de cinema ou para a realização de festas (Vaz, 1996).

“A fábrica ficara pronta desde o dia em que muitos homens abalaram, despedidos, tão pobres como à chegada. Na véspera houvera lauto jantar no armazém grande [...]. O Dr. Moreira prometeu casas e salários elevados, no futuro, e o pessoal deu vivas ao patrão e bebeu vinho sem conta.” (Gomes, 1979: 234). Apesar de ficcionado este relato mostra-nos que muitas vezes, quando, por diferentes razões, a situação social piorava, as medidas sociais eram melhoradas, completadas e sistematizadas. Relativamente às políticas sociais, as empresas começaram a investir na criação de habitação para os seus trabalhadores ou a adotarem medidas de benfeitoria, que visavam uma ordem moral e social perfeitas e resultando, por conseguinte, em comportamentos excessivos da adulação da grande maioria da população ou a manifestações sociais, inesperadas, e por vezes organizadas, conforme se sentissem beneficiados ou que essa benefício era insuficiente (Moine, 1990)<sup>89</sup>.

Por um lado, temos os operários a aplaudirem estas novas medidas sociais dos patrões; por outro, temos, como já referido no jornal *Avante*, de julho de 1937 (4.<sup>a</sup> semana), notícias em que um dos empreiteiros e outros encarregados ameaçam despedir os trabalhadores por estes fazerem reclamações: insultam-nos; obrigam jovens com 12 a 16 anos a fazerem trabalho de adultos, mas por valores ainda mais baixos, ou homens a trabalharem em dobro. No ano de 1943, em pleno conflito mundial, temos noutra notícia do jornal *Avante*<sup>90</sup>, que o Governo reprimira brutalmente as greves de Lisboa, tendo publicado “uma chuva de contratos colectivos e portarias-burla, que não resolveram a situação da classe operária”. Pensaria o executivo chefiado por Oliveira Salazar que, com tal medida, iria conter o operariado; porém, de acordo com a mesma

---

<sup>88</sup> “Uma grandiosa obra social – A inauguração da Casa de Recreio do Pessoal da Fábrica Cimento Tejo foi um notável acontecimento”, *Vida Ribatejana* – Edição Especial, dezembro de 1937, pp. 1-5.

<sup>89</sup> Tradução livre da autora.

<sup>90</sup> Jornal *Avante*, 2.<sup>a</sup> quinzena de junho de 1943, sexta série, n.º 34, AVT6034, p. 2

fonte, tal não acontecera, já que nas “fábricas e empresas os trabalhadores lançam-se na luta”. Pode ainda ler-se que uma comissão de trabalhadores da Covina pedira um aumento, e que um grupo de funcionários da Companhia Cimento Tejo havia ficado sem resposta às suas reivindicações, tendo por esse motivo resolvido aguardar pela chegada do patrão, a fim de lhe apresentar as devidas reclamações. Perante a atitude unânime dos operários, o patrão teria consentido chamar a comissão ao escritório, para responder aos trabalhadores.

Continua o jogo entre o Estado, os patrões e os operários. Na obra *Engrenagem* pode ler-se que “o fabrico do ferro dera-lhe [ao diretor] fama e bons proveitos, mas ambicionava [...] libertar-se dos banqueiros, para quem a indústria era apenas bom emprego de capital e juros altos [...]. Depois então realizaria na fábrica a obra modelo que sonhava, pela organização científica do trabalho segundo a qual eliminaria movimentos e palavras inúteis [...]. Pelo acréscimo de rendimento individual, aqueles [os operários] teriam maior bem-estar e dignidade. E ele [...] abriria ao País, preso à Lavoura, rotineiro, o caminho da grande indústria e do progresso.” (Gomes, 1979: 276).

Todavia, com as dificuldades criadas pela II Guerra Mundial (1939-1945), a situação no país complicar-se-ia mais, sobretudo para o operariado, principalmente quando o governo acaba por declarar o racionamento do pão, os trabalhadores lançar-se-iam numa das mais destemidas greves contra a fome e pelo pão. Milhares de operários e camponeses da região de Lisboa e do Baixo Ribatejo responderam ao apelo do Partido Comunista Português para realizarem dois dias de greve “pelo pão e pelos géneros”. Há muito tempo que o descontentamento era grande, e aos salários de miséria tinha-se juntado o açambarcamento de géneros<sup>91</sup>. Em *Engrenagem*, corroborando esta ideia, o autor descreveu algumas destas dificuldades: após alguns meses de espera por matérias-primas para que a fábrica voltasse a funcionar, e com o encerramento da única mercearia nas imediações, os preços a aumentarem e os alimentos a faltarem, a vida em Alhandra (e na vida real em Alhandra e um pouco por todo o país) tornou-se muito mais complexa. “Certa manhã, o Borges trancou a loja esvaziada de géneros e pão, «Que fossem comprar à vila, se quisessem.» Era o fim de calotes e fiados. O mulhério pejou as ruas com vãos protestos e lamentos. [...]. Não há pão nem dinheiro? Vamos assaltar a fábrica maldita. Estão lá milhares de contos à ferrugem. [...]. Por fim, o magote fez-se

---

<sup>91</sup> [https://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/2014\\_exposicao\\_greves\\_8\\_9\\_maio\\_1944.pdf](https://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/2014_exposicao_greves_8_9_maio_1944.pdf)

num mar de trapos e bramidos. E o mar rolou pela rua abaixo com fragor.” (Gomes, 1979: 301). E a história termina com a data de Setembro de 1944, ano em que o próprio Soeiro Pereira Gomes, após ter participado nas greves de Maio de 1944, passou à clandestinidade. “Soeiro Pereira Gomes, membro clandestino do Partido Comunista, desempenhou um papel importante na organização da greve de Alhandra, integrando o denominado Comité Regional da Greve do Baixo-Ribatejo e participando na organização de uma Marcha da Fome em Alhandra. Na tarde de 14 de Maio de 1944 passa à clandestinidade.”<sup>92</sup>

No período entre 1940 e 1945, com a instalação do terceiro forno, a fábrica de Alhandra começa a produzir clínquer e ferro, ficando compartimentada em duas. Justifica a implementação deste forno devido a dois fatores: por um lado, a instabilidade internacional que dificultava o abastecimento do nosso país em ferro; por outro, a capacidade de iniciativa do industrial Henrique Araújo de Sommer, que associa a produção de ferro à de cimento (Oliveira, 1995).

A fábrica do ferro tinha direção autónoma, responsabilidade direta da Sociéte de Metallurgie Basset, já que este processo de produção podia considerar-se em fase experimental, tendo vindo a perder o interesse depois da Segunda Grande Guerra (Oliveira, 1995). Numa entrevista ao jornal *O Mirante*, Jaime Roque Silva, reformado, trabalhou nas Pedreiras da Cimpor durante 30 anos, afirma que durante a guerra “o forno número três que servia para fazer cimento e ferro, [...] ia todo para os alemães. Foi deitado abaixo quando acabou a guerra.”<sup>93</sup>

Nos anos 40 e 50, a produção das três fábricas de cimentos em laboração, em Portugal, (Maceira-Liz, Secil e Cimentos Tejo), duplicou, em consequência de uma elevada procura daquele material, provocada por um “apreciável surto de obras públicas”, o que levou à ampliação destas fábricas. A partir de 1945 forma-se um grupo industrial, composto por três unidades: a Fábrica de Alhandra (Cimento Tejo), a fábrica de Matola e, à cabeça, a fábrica de Leiria (Maceira-Liz), já que esta dispunha de capital humano e *know-how*. Após a morte de Henrique Araújo de Sommer, António de Sommer Champalimaud toma conta do destino das empresas.

Deste período é ainda o projeto de um novo bairro que a empresa queria construir

---

<sup>92</sup> *A Greve de 1944 em Alhandra* in Vila Franca de Xira – Saber Mais Sobre... A História de Vila Franca de Xira, 2012, Vol. 9, Município de Vila Franca de Xira, p. 81.

<sup>93</sup> “Recordações de uma Alhandra de outros tempos”, in *O Mirante* 30-07-2009, disponível: <https://omirante.pt/semanario/2009-07-30/sociedade/2009-07-29-recordacoes-de-uma-alhandra-de-outro-tempos> (18-09-2018).

em Alhandra para o seu pessoal. Projeto do arquiteto Nuno Teotónio Pereira, mas que nunca chegou a ver a luz do dia.

Já nos anos 60, continuando o surto de obras públicas, uma das maiores intervenções do Estado Novo foi a preparação do Primeiro Plano de Fomento (1959-1964), “primeiro documento oficial do Estado Novo dotado de uma estratégia macroeconómica e de uma visão moderna do desenvolvimento” (Antunes, 1997: 127), com obras de vulto como a Siderurgia Nacional e indústrias adjacentes, o Estaleiro das Lisnave, o Metropolitano de Lisboa e a Ponte sobre o Tejo, *inter alia*.

António de Champalimaud promove uma estratégia com o objetivo de relançar o desenvolvimento não só da Metrópole, mas também de Angola e Moçambique. De forma a conseguir relançar o desenvolvimento industrial na primeira, amplia a fábrica de Alhandra com uma nova linha fabril que permitiria um aumento quantitativo da produção (Oliveira, 1995). Já em 1959, foi instalado o maior forno cimenteiro do mundo na fábrica de Alhandra, já sobre a alçada de António de Sommer Champalimaud (Antunes, 1997). Deste período datam ainda os processos de melhoramentos do edifício da Casa do Pessoal, ampliação das instalações sanitárias, zona de salão de festas e construção de uma garagem<sup>94</sup> e o processo de um edifício, destinado a oficina e refeitório.<sup>95</sup>

António Champalimaud atuaria sempre com alguma cautela, pois no seu percurso presentira algumas tentativas de influenciarem o chefe do Governo, Salazar, contra si. Só que o Estado não dava garantias de êxito a ninguém. À medida que Salazar abria a economia nacional à concorrência internacional (EFTA<sup>96</sup>) e os “estrangeiros tiveram um vazadouro para os seus excessos de produção, a preços baixos”, aumentava a incerteza da economia nacional e das suas empresas (Antunes, 1997: 138). Segundo José Freire Antunes, António Champalimaud não sendo uma voz contra o regime, tem perfeita consciência do intervencionismo económico do Estado. Considerava que Salazar estava mais preocupado com o desenvolvimento da agricultura do que com o da indústria, e por isso, tenta ser um impulsionador da indústria, principalmente cimenteira: “A solidez com que avança no mercado e faz mover a sua *mão invisível* é

---

<sup>94</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de Obras n.º 3009/60, projeto de alteração do edifício do pessoal da Cimento Tejo, memória descritiva e licenças e plantas, 1960.

<sup>95</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de Obras n.º 4004/63, projeto de alteração do edifício do pessoal da Cimento Tejo, memória descritiva e licenças e plantas, 1963.

<sup>96</sup> Organização europeia, fundada em 1960 pelo Reino Unido, Portugal, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça, países que não tinham aderido à Comunidade Económica Europeia (CEE). Estes estados decidiram juntar-se para defender os seus interesses económicos, através da criação de uma área de comércio livre.

comparável à do seu velho *Bentley*, um carro para toda a vida.” (Antunes, 1997: 344).

Ainda que Theóphilo de Araújo e Rato, o primeiro dono da empresa, se tenha preocupado com a situação financeira da empresa e com os operários, sendo eventualmente bastante próximo dos seus trabalhadores, é possível que a sua administração tenha correspondido ao período em que a fábrica manteve condições de trabalho mais duras, também porque passou por alguns momentos conturbados da história nacional e por isso é normal que durante todo o período da sua gerência tenha havido sempre tensão social.

Já os diretores Theóphilo Leal de Faria (diretor-delegado), o eng.º Luiz Ferreira Pinto Basto e Luiz Affonso Villar, que iniciaram a sua administração em 1935, sempre que existiam conflitos sociais, procuravam apoio por parte do Estado, a fim de gerir aqueles conflitos com o operariado, o qual, por sua vez, tinha cada vez uma maior consciência de grupo.

Por último, António Sommer de Champalimaud era o tipo de patrão que pensa no desenvolvimento da empresa e no que é necessário fazer para o conseguir, colocando as suas ideias em prática, sendo, talvez, um pouco menos dependente do Estado do que as chefias que o antecederam no período do Estado Novo.

Também aqui parece que se passou de um período mais artesanal e familiar a um paternalismo mais ativo dos destes últimos industriais, apesar das especificidades causadas por uma maior intervenção do Estado.

#### 4.2 – Alguns anos de trabalho da *Pentealã*

A Empresa Nacional de Penteação de Lãs, também denominada por Pentealã, primeiramente conhecida por Fábrica de Fiação de Tecidos de Lã<sup>97</sup>. Segundo Lino de Macedo (1992), em 1890 teve início a construção desta fábrica, chegando a funcionar com 150 pessoas. Esta infraestrutura fabril, desenvolve-se segundo o modelo Quinta Portuguesa: a entrada da fábrica fazia-se por um enorme portão em ferro, o qual dava para uma correnteza de árvores. No interior da fábrica existia uma série de espaços ajardinados, algumas árvores de fruta, hortas e piscina. No meio desta zona havia a chamada Casa Grande, habitação que pertenceria ao próprio dono ou estaria destinada à administração. As unidades onde a lã era tratada encontravam-se dissimuladas. (Fernandes *et al.*, 1996).

Desde muito cedo é visível uma preocupação com o bem-estar dos funcionários, com as suas condições de trabalho e de vida. Em primeiro lugar, podemos ver essa preocupação pela arquitetura de todo o espaço, com áreas no exterior ajardinadas, com árvores, não muito comum numa fábrica. Também a construção do primeiro bairro para operários, em 1920, reflete essa preocupação. Muito provavelmente esse bairro terá sido construído com dinheiro da empresa, prática comum nessa época; de qualquer forma, este também reflete uma certa preocupação estética perceptível nos nossos dias.

Em 1934 é criada a Empresa Nacional de Penteação de Lãs. Também aqui foi necessário formar pessoal especializado, quer para fazer a escolha das lãs, quer para trabalhar com as máquinas adquiridas, mão-de-obra que, segundo a própria empresa, “não existia, nem na região, nem porventura no país.”<sup>98</sup>

No início de laboração as suas principais preocupações foram, as de ganhar a confiança dos clientes e produzir a preços inferiores aos da concorrência, principalmente a estrangeira. Para tal, era não só necessário produzir a preços mais baixos, como ainda obter um produto de qualidade superior. Nesse sentido a aposta recairia em maquinaria que lhes permitisse produzir acima do necessário, a fim de colmatar as necessidades anuais da indústria desse período (800.000 quilos); a outra medida tomada foi a de fomentar o consumo das lãs nacionais, que praticamente não

---

<sup>97</sup> Página da União de Freguesias, de Alhandra, São João dos montes e Calhandriz disponível: <http://www.alhandra.pt/index.php/descobrir/alhandra/historial-alhandra>

<sup>98</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. “5 anos de Trabalho”, Empresa Nacional de Penteação de Lãs, 1941, Alhandra.

eram utilizadas. Em 1939, a empresa conseguiu atingir os seus objetivos, alcançando os 900.000 quilos de lã penteada (nacionais e estrangeiras).<sup>99</sup>

Em 1936, segundo o jornal *Vida Ribatejana*, trabalhavam já 400 pessoas na Pentealã, estando ainda a ser construídos novos edifícios, de forma a ampliar a fábrica.<sup>100</sup> Em 1939, com o início da II Guerra Mundial, tentou-se ao máximo evitar as grandes variações de preço, de forma a não se criar especulação nos mercados. Apesar da matéria-prima europeia ter sido requisitada para o exército, conseguiram durante esse ano não parar a produção.<sup>101</sup> No que concerne à ação social, entre 1935 e 1939 verificam-se salários superiores aos do Contrato Coletivo de Trabalho; assistência médica e farmacêutica (fornecimento de medicamento) aos seus operários e aos filhos destes.<sup>102</sup> A empresa decidiu ainda pagar 50% do salário aos operários doentes, serviços de uma assistente social, cuja missão era auxiliar, quer psicologicamente, quer materialmente (Vaz, 1996). Em 1941, “Além de outras regalias oferecidas ao pessoal, foi ultimamente instalada, nos terrenos da fábrica, uma creche para os filhos das operárias.”<sup>103</sup>

---

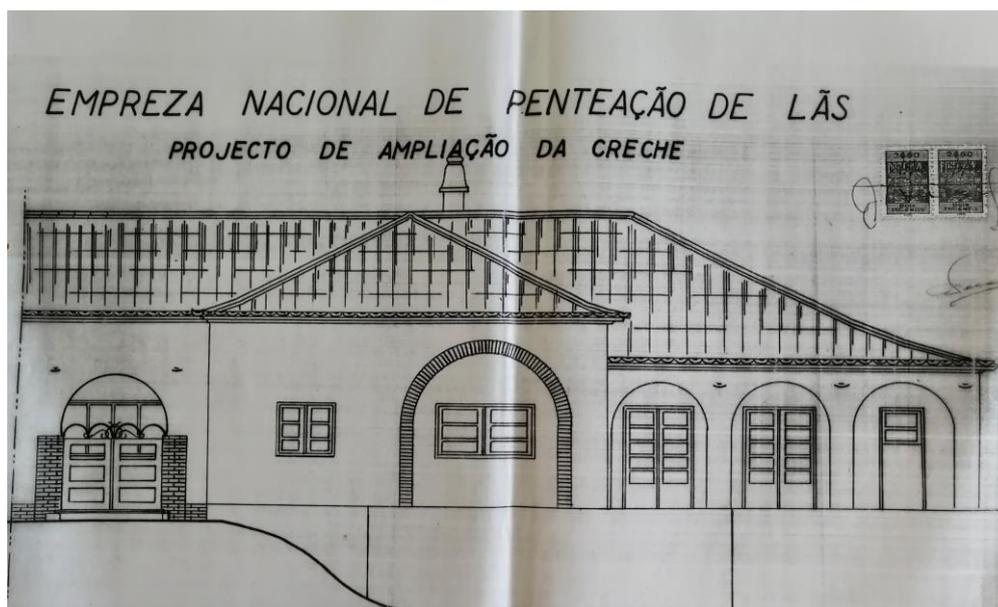
<sup>99</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. “5 anos de Trabalho”, Empresa Nacional de Penteação de Lãs, 1941, Alhandra.

<sup>100</sup> *Vida Ribatejana*, 23 de fevereiro de 1936.

<sup>101</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. “5 anos de Trabalho”, Empresa Nacional de Penteação de Lãs, 1941, Alhandra.

<sup>102</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. “5 anos de Trabalho”, Empresa Nacional de Penteação de Lãs, 1941, Alhandra.

<sup>103</sup> “Indústria do Concelho de Vila Franca de Xira”, *Vida Ribatejana* (número especial), 1942, ano 26.º II Vol. n.º 1065 a 1074, pp 35-36.



**Imagem 12 – Creche da Penteação de Lãs**  
**Fotografia: Vanessa Amaral**

Os filhos dos operários podiam igualmente usufruir de férias, na colónia balnear *O Século*. Concediam ainda serviço de médico dentista aos seus trabalhadores, uma inovação que ainda não existia na Caixa Sindical<sup>104</sup>. Em 1948, surge o subsídio de renda de casa aos operários. Em 1951, começa a ser atribuído o prémio de produção, extensível a todo o pessoal. “Ainda hoje os nossos salários são superiores aos mínimos estabelecidos ultimamente.” (Vaz, 1996: 127). Além disso, era pago o ordenado por completo, mesmo que, por motivos de força maior, tivessem de suspender a produção.<sup>105</sup>

Em 1955 começam a projetar o 2.º Bairro da Fábrica da Pentealã, conhecido por Bairro da Quinta da Figueira, inaugurado em fevereiro de 1960. Por ser uma construção do período do Estado Novo, não surpreende o facto de o bairro ter sido construído com capitais de diferentes origens, desde dinheiros do Sindicato, como da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Já o Fundo de Desemprego contribuiu para a pavimentação dos arruamentos do mesmo bairro.

---

<sup>104</sup> As Caixas Sindicais de Previdência, regulamentadas pelo Decreto nº25935 de 12 de outubro de 1935, tinham por fim conceder assistência na forma de subsídios aos beneficiários e respetivas famílias. Os benefícios estendiam-se à ação médica, medicamentosa, cobertura de saúde, reforma por invalidez e subsídio de morte. in <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/details?id=844509>

<sup>105</sup> “Indústria do Concelho de Vila Franca de Xira”, *Vida Ribatejana* (número especial), 1942, ano 26.º II Vol. n.º 1065 a 1074, pp 35-36.

Em 1955, a Empresa Nacional de Penteação de Lãs cedeu o terreno à Caixa Sindical dos Operários da Indústria de Lanifícios para a construção do bairro.<sup>106</sup> Ainda no mesmo ano a Câmara Municipal contribuiu com 797.500\$00 para a construção do bairro.<sup>107</sup> Já no ano de 1957, a Câmara Municipal voltou a participar com 50.000\$00, mas desta feita para a urbanização do bairro<sup>108</sup>. A Caixa Sindical de Providência do Pessoal da Indústria de Lanifícios, também fez chegar à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira 192.065\$30.<sup>109</sup>

Em 1958, por Portaria do dia 27 de maio, o Fundo de Desemprego informa o presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira que reforçou com mais 21.800\$00 a participação que já tinha feito de 50.000\$00 para a urbanização do Bairro da Quinta da Figueira em Alhandra.<sup>110</sup> Foram estas algumas das verbas recolhidas para a construção deste bairro.

No caso da Pentealã, apesar de não existirem muitas informações, principalmente dos primeiros tempos de funcionamento, podemos eventualmente distinguir dois tipos diferentes de paternalismo. Um primeiro, em que o proprietário da fábrica faz lembrar os patrões do início do século XX, que mandavam construir habitação para os seus operários, em que as construções tinham algum cuidado estético, como é o caso da Vila Berta ou a Vila Estrela de Ouro em Lisboa. Neste caso, a particularidade é que o cuidado estético recaiu sobretudo na fábrica, onde inclusive, o patrão construiu uma habitação, indicando que possivelmente teria muito gosto em dar boas condições de trabalho aos seus funcionários e em conviver com eles, uma característica deste tipo de chefes paternalistas, também o bairro construído em 1920, apesar de uma estrutura mais simples, não deixa de ter algum cuidado na sua construção. O segundo tipo de paternalismo, já no período do Estado Novo, é visível

---

<sup>106</sup> Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Urbanização do Bairro da Quinta da Figueira em Alhandra, Ofício 362, Direção de Urbanização do Distrito de Lisboa, de 11 de fevereiro de 1958. M/B 31.

<sup>107</sup> Capítulo XXII, Despesa extraordinária, despesas com o material, artigo 171, alínea 11) “Construção de um bairro de 20 moradias para o pessoal da indústria de lanifícios nos terrenos anexos à Quinta da Figueira na freguesia de Alverca do Ribatejo encargo assumido pela Câmara – 797.500\$00.” do Orçamento Ordinário da Receita e Despesa da Câmara Municipal do Concelho de Vila Franca de Xira para o ano económico de 1955. - PT/ACMF/SG/EMP/VFX/006 – Arquivo Contemporâneo Ministério das Finanças. Disponível: [http://purl.sgmf.pt/29607/1/29607\\_master/29607\\_PDF/29607\\_1.pdf](http://purl.sgmf.pt/29607/1/29607_master/29607_PDF/29607_1.pdf)

<sup>108</sup> , Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. “Urbanização do Bairro da Quinta da Figueira em Alhandra”, ofício 2900, Direção de Urbanização do Distrito de Lisboa, Oito de Novembro, de 1957, M/B 31.

<sup>109</sup> Certidão de 21 de setembro de 1957, Caixa Sindical de Providência do Pessoal da Indústria de Lanifícios.

<sup>110</sup> , Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. “Urbanização do Bairro da Quinta da Figueira”. Portaria do dia 27 de maio de 1958, Comissariado do Desemprego, Ministério das Obras Públicas.

através das benfeitorias que concediam aos seus trabalhadores, neste caso, segundo a própria empresa, salários acima dos mínimos acordados na altura para a função, creche para os filhos dos trabalhadores, uma espécie de baixa para os trabalhadores que ficassem doentes, e o bairro operário, entre outros benefícios sociais. Tirando as greves de 1944, não se encontraram, qualquer outra participação por parte dos operários em greves ou manifestações.

### **4.3 – Fiação Nacional de Lãs em marcha**

A Fábrica Nacional de Lãs (FNL) funcionou de 1896 a 1990<sup>111</sup>. Nos anos 40 do século XX, José Maria Ferreira Delgado comprou a Fábrica Nacional de Fiação de Lãs, em Vila Franca de Xira, na altura da II Grande Guerra, uma altura complexa, por esse motivo e segundo a filha do industrial, Maria Helena Rufino, os trabalhadores tinham que trabalhar mais para fazer face às dificuldades decorrentes da guerra. “Tiveram que pôr a fábrica a trabalhar dia e noite. Tinham as mulheres a trabalhar de dia e os homens a trabalhar de noite”. José Maria Delgado foi ainda um dos primeiros empresários a admitir mulheres, de forma a conseguir trabalhar ininterruptamente.<sup>112</sup>

Durante duas décadas foi um dos maiores empregadores da região. Só na fábrica de Vila Franca de Xira trabalhavam quase 400 operários. Tinha ainda uma fábrica de malhas em Lisboa e outra de tecelagem na Covilhã. No prédio (atual sede do partido comunista em Vila Franca de Xira), onde veio a morar mais tarde com a sua família, funcionou no rés-do-chão a Loja do Ribatejo que também lhe pertencia.

Este industrial criou um “infantário – um dos primeiros em Portugal – com a ajuda do padre Vasco Moniz”, o fundador da obra do Centro de Assistência Social e Infantil (Casi). Segundo a filha de José Maria Delgado, esta iniciativa trouxe-lhe algumas dificuldades de relacionamento com outros industriais porque “sentiram-se na obrigação de as criarem e perseguiram-no muito por isso”.

---

<sup>111</sup> *Fábricas do Concelho de Vila Franca de Xira*, in *O Homem, o Trabalho e a Fábrica - Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira - Museu Municipal, 1996, p.61

<sup>112</sup> “O industrial das lãs que construiu um infantário para os filhos das trabalhadoras”, in *O Mirante*, 19-08-2010, disponível: <https://omirante.pt/semanario/2010-08-19/entrevista/2010-08-18-o-industrial-das-las-que-construiu-um-infantario-para-os-filhos-das-trabalhadoras>, (última consulta a 24-09-2020).

Em 1945, forma-se o Grupo Desportivo e Recreativo da Fiação Nacional de Lãs, Limitada. Com sede provisória na rua do Curado, n. 13, ou seja, na própria fábrica da Fiação Nacional de Lãs. O objetivo principal do Grupo Desportivo e Recreativo é “arrancá-los [aos operários] à vida ociosa e à taberna nas horas livres [...] principalmente durante a noite.”<sup>113</sup> “Não chega só dar-lhe trabalho, é preciso também aloja-lo, cuidar-lhe da saúde física, ocupar-lhe o corpo e os pensamentos quando este está fora do recinto fabril.” Segundo Pedro M. Vaz, estas são algumas das preocupações, que o industrial do período do Estado Novo, tem para com os seus operários (Vaz, 1996: 118). De acordo com a primeira ata do Grupo Desportivo e Recreativo, o grupo tencionava proporcionar aos seus sócios “Ginástica, sports e jogos de distração educativa, e, possivelmente, instrução da técnica profissional que cada um desempenhe na Fiação Nacional de Lãs, Lda.”<sup>114</sup>.

Já Maria Helena Rufino, filha de José Maria Delgado, diz-nos que este construiu a sede para os seus operários confraternizarem nas horas vagas. Chamavam-lhe a sede da fiação. “O meu pai contactava muito com os operários. E muitas das vezes, à noite, ia para lá conversar e jogar com eles. Todos gostavam muitíssimo dele”<sup>115</sup>. A filha de José Maria Delgado lembra que inclusive, por esse motivo, os trabalhadores da fiação não participaram na greve, (presume-se que seja a 1944), porque José Maria Ferreira Delgado colocou-se à porta da fábrica para que ninguém passasse e “Os operários obedeceram-lhe. Os grevistas foram metidos na Praça de Toiros. Bateram-lhes. Fizeram barbaridades”<sup>116</sup>.

Também segundo o testemunho do sr. João Sequeira da Silva (anexo E), os operários respeitavam e acarinhavam muito o sr. José Maria Delgado, tanto que em 1951 compuseram-lhe uma marcha para o homenagear: “Na vida nasce o fadário / Para nos dar que ganhar / O nosso tão bom patrão.” Juntaram-se todos e fizeram-lhe esta surpresa. Em agradecimento, o Sr. Delgado junta todos na garagem da sua casa e oferece um lanche. (Anexo E)

---

<sup>113</sup> Ata n.º 1 do Grupo Desportivo e Recreativo da Fiação Nacional de Lãs Limitada, Livro de atas do Grupo Recreativo (S/B. 002), 1945, Fundo Fiação Nacional de Lãs.

<sup>114</sup> *Idem*.

<sup>115</sup> “O industrial das lãs que construiu um infantário para os filhos das trabalhadoras”, in O Mirante, 19-08-2010, disponível: <https://omirante.pt/semanario/2010-08-19/entrevista/2010-08-18-o-industrial-das-las-que-construiu-um-infantario-para-os-filhos-das-trabalhadoras> (última consulta a 24-09-2020).

<sup>116</sup> *Idem*.

No que diz respeito às medidas sociais, este industrial implementou na sua empresa, por exemplo, ordenados iguais para mulheres e para homens<sup>117</sup>, (porque queria que as mulheres fossem respeitadas) e o dia do descanso ao domingo<sup>118</sup>. Outra iniciativa de cariz social importante foi a construção do bairro da Fiação Nacional de Lãs, para os seus operários, na zona da Pedra Furada.

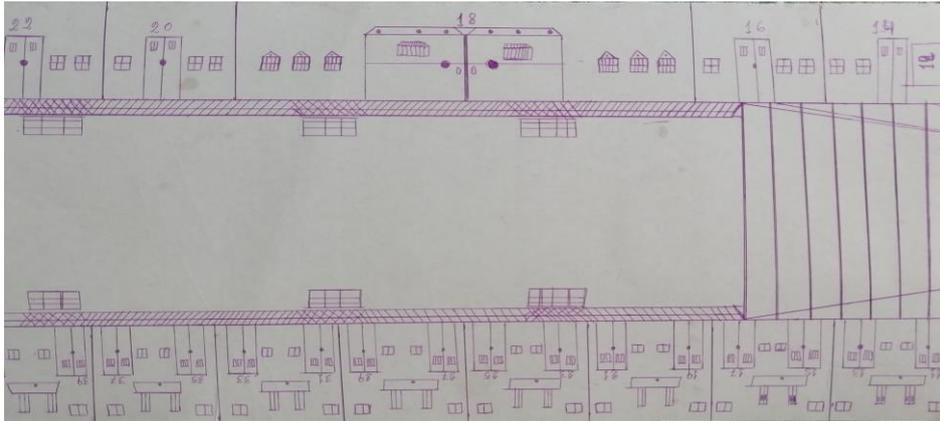
Em 1948, a Fiação Nacional de Lãs apresenta um projeto de construção de quatro prédios em substituição do projeto que já tinha sido aprovado pela Câmara, da construção de quatro moradias que provavelmente pertenciam ao projeto do Bairro da Fiação Nacional de Lãs.

No Bairro da Fiação Nacional de Lãs moraram alguns dos trabalhadores da Fiação Nacional de Lãs. Através da entrevista realizada ao Sr. João Sequeira da Silva, (Anexo E), podemos apurar mais algumas informações interessantes referentes ao bairro. O bairro da FNL inicialmente teria 16 habitações de um dos lados e seis do outro lado, a moradia, n.º 18 era uma casa mais ampla com um portão grande. Este edifício era para ser uma creche, mas acabou por ser cedida aos ingleses que vieram construir a ponte de Vila Franca de Xira, em 1949. Ulteriormente, esta moradia vai ser dividida em duas habitações, o n.º 18 e o n.º 18A.

---

<sup>117</sup> Quando as mulheres ganhavam o mesmo que os homens na fiação de lãs de Vila Franca de Xira, in O Mirante. 21-04-2011, disponível: <https://omirante.pt/semanario/2011-04-21/sociedade/2011-04-20-quando-as-mulheres-ganhavam-o-mesmo-que-os-homens-na-fiacao-de-las-de-vila-franca-de-xira>, (última consulta a 24-09-2020)

<sup>118</sup> “O industrial das lãs que construiu um infantário para os filhos das trabalhadoras”, in O Mirante, 19-08-2010, disponível: <https://omirante.pt/semanario/2010-08-19/entrevista/2010-08-18-o-industrial-das-las-que-construiu-um-infantario-para-os-filhos-das-trabalhadoras> (última consulta a 24-09-2020).



**Imagem 13 – Planta do bairro da Fiação Nacional de Lãs**  
**Planta desenhada e gentilmente cedida por José Sequeira da Silva**

Quando a fábrica foi vendida para a família Pereira Nina, o bairro também é vendido. Os Pereiras Ninas mantiveram-se à frente da empresa pelo menos até ao 25 de Abril, segundo João Sequeira da Silva, depois o bairro é vendido ao Sr. Antonino por 1500 contos e este último, por sua vez, vende as habitações por 350 contos a cada um dos moradores.

Algumas pessoas compraram as suas habitações, mas, em simultâneo, adquiriram a outra mesmo ao lado ou em cima, aumentando desta forma o tamanho da sua habitação. Outro exemplo ocorrido: dois familiares, um comprar uma habitação e o outro compra a outra do lado (mãe e filho por exemplo), indicando possivelmente que as habitações não deveriam ser muito grandes, pelo menos para os tempos atuais, porque a venda aos locatários é posterior ao 25 de Abril.

“Uma vez os “Pereiras Ninas” (da Covilhã), fizeram com que os empregados [FNL] fossem à Covilhã. [...] E der[am] um grande almoço aos funcionários, tanto aos da Covilhã como aos de Vila Franca. [...] Os Pereiras Ninas eram um bocadinho mais sacanas [...] mas também foram muito bons, foram muito bons.” João Sequeira da Silva (Anexo E).

Quando se deu o 25 de Abril e o *Pereira Nina velho* chegou à fábrica, disse para os trabalhadores: “enquanto os meus cofres, [...] tiverem dinheiro, vós são meus empregados, nunca sairão desta fábrica”, João Sequeira da Silva (Anexo E).

No Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira, no Fundo da Fiação Nacional de Lãs, existe alguma correspondência trocada entre a FNL e o Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios do Distrito de Lisboa.

Foi encontrada, por exemplo, a relação dos trabalhadores sindicalizados, onde podemos ler o nome e a função destes trabalhadores, a quota paga nos anos 1963 (fevereiro e setembro), 1964 (fevereiro, agosto, novembro), 1965 (maio e dezembro), e 1966 (junho). Nos 3 primeiros anos a quota era de 4\$ e no último de 5\$ e tinham perto de 90 trabalhadores sindicalizados.<sup>119</sup>

Outro tipo de correspondência trocada pelo sindicato e a FNL, é a comunicação de abertura da Colónia de Férias, mais especificamente a Colónia Balnear Infantil da Figueira da Foz aberta para crianças dos 5 aos 12 anos, “filhos de beneficiários da Caixa Sindical de Previdência”, no ano de 1963. Já no ano de 1967, existe apenas o ofício a comunicar a abertura da época balnear, mas não tem ofício de resposta. A FNL respondeu com os nomes das crianças. Das 9 crianças que se inscreveram em 1963, 5 moram no Bairro da Fiação e uma na Pedra Furada, que é nas imediações do bairro.<sup>120</sup>

Podemos ainda identificar correspondência onde o sindicato questiona porque foi despedido um dos seus sócios. A Fiação Nacional de Lãs alega que o operário em causa se ausentou durante 12 meses, quando não poderia ter faltado mais do que 270 dias, mesmo por motivo de doença como era o caso, já que tinha partido as duas pernas num acidente de viação. Que ainda assim, tentaram “experimentá-lo; infelizmente [constatarem que] o seu estado físico não lhe permite trabalhar, é ainda incapaz de trabalhar com as novas máquinas que possuímos”<sup>121</sup>. Não foi encontrada qualquer outra carta por parte do sindicato a tentar corrigir, ajudar no caso da situação deste trabalhador. Este operário pagou o sindicato nos três anos que temos registos. Um outro operário da FNL que também se queixou ao sindicato de ter sido despedido sem justa causa, mas não existe qualquer resposta por parte da FNL, não se consegue saber se deram resposta ou não e qual é que foi.

Outra tipologia de correspondência encontrada, em número considerável, foram os pedidos do sindicato de retificações das classificações de alguns dos empregados da

---

<sup>119</sup> Correspondência com o Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios do Distrito de Lisboa, de 1963 a 1969, C/A – 0003.

<sup>120</sup> *Idem*.

<sup>121</sup> Fundo FNL - C/B Pessoal 005- Livro de registos e ou processos individuais de cadastro pessoal caixa 1 de 8, Divisão do Arquivo Municipal.

FNL. Por um lado, enquanto não corrigissem a classificação, presumivelmente, pagariam menos ordenado, por outro, mesmo quando já pagavam o ordenado correto da função que os trabalhadores exerciam, continuavam com a categoria de estagiários, talvez por ser mais fácil de dispensar caso necessitassem.

Ainda um outro assunto que o sindicato expôs à FNL, no ano de 1967, teve a ver com o período das férias. Pelo que se percebe das várias correspondências trocadas, a Fiação Nacional de Lãs permutava faltas injustificadas dos seus trabalhadores por dias de férias. Neste sentido, o sindicato esclarece que “a entidade patronal tem direito a descontar da retribuição do trabalhador a importância correspondente aos dias em que faltou ao trabalho [...] se o trabalhador assim o preferir [essas faltas] podem ser [trocadas por dias de férias, mas] tal período não pode ser reduzido a menos de dois terços do seu período de duração”, o sindicato diz ainda que as faltas justificadas não “determinam diminuição do período de férias”. Várias foram os esclarecimentos do sindicato à FNL sobre este tema, que teimava em trocar dias de faltas injustificadas por dias de férias.

Ainda referente ao Fundo da Fiação Nacional de Lãs foi realizado um levantamento, de cerca de 10%<sup>122</sup>, dos processos individuais do pessoal da Fiação Nacional de Lãs.<sup>123</sup> Onde foram encontrados folhas de ordenado (com referências a subsídios de Natal, Férias, sub-férias e abono), folhas de assiduidade; descontos para a Caixa sindical, para o fundo de desemprego, para o sindicato; justificação de faltas, declarações médicas e baixas; contratos de trabalho, folhas de admissão ao serviço, declaração de saída da empresa por sua própria escolha e cartas de despedimentos.

De salientar-se que destes processos individuais, cinco são cartas assinadas por trabalhadores onde se refere que os mesmos pediram para sair da empresa, ou que saíram com mútuo acordo. Um processo individual onde se faz o resumo de horas de condução semanais de um dos motoristas da FNL, nos anos 1969 e 1970, refere em média 48 horas por semana.

Pelo menos 22 dos processos individuais possuem uma ou mais baixas ao longo dos anos. Destes 22, há três processos individuais com muitas baixas: num primeiro

---

<sup>122</sup> Foi analisada uma das oito pastas existentes, 57 processos individuais.

<sup>123</sup> Fundo FNL - C/B Pessoal 005- Livro de registos e ou processos individuais de cadastro pessoal caixa 1 de 8, Divisão do Arquivo Municipal.

temos 8 baixas; noutro processo 23 baixas (em ambos os processos diz que saíram por própria iniciativa); um terceiro processo onde o trabalhador é despedido, a empresa alega que a operária abandonou o local de trabalho sem prestar qualquer pré-aviso.

No ano de 1971, mais um trabalhador é despedido, após alguns anos de casa, já que consta nas folhas dos trabalhadores sindicalizados (trabalhou na empresa pelo menos de 1963 a 1971), com a categoria de mestre: “conforme nos foi dito que só trabalharia com o aumento de 50% que recebia quando trabalhava no 3.º turno. [...] visto que comprámos máquinas novas, por tal motivo não podemos pagar mais do que manda a lei. [...] não precisamos de vigilantes para o pessoal [...] era a missão que pretendia. Posto isto e como temos testemunhas dos factos, resta-nos uma resposta escrita para podermos dar andamento ao assunto.”<sup>124</sup>

E ainda existem nove casos em que a Fiação Nacional de Lãs fez contratos de 6 meses onde se refere que terminando o contrato, o trabalhador pode ser dispensado sem qualquer indemnização, ou o contrato pode ser renovado automaticamente pelo mesmo período até ao período máximo de 3 anos, alguns destes ainda referem que terminando os três anos não tem direito a indemnização, mas estes processos são já para um período que foge da baliza temporal traçada desta tese, porque são dos anos 80.

José Maria Delgado, apesar de ter comprado a Fiação Nacional de Lãs nos anos 40 do século XX, por um lado é um patrão que interage com os trabalhadores. Este industrial apesar de já não pertencer ao período artesanal, convive com os seus trabalhadores, na fábrica, na sede e inclusive no bairro. A mulher e a filha trabalham na creche, também elas convivem com os operários.<sup>125</sup> Por outro lado, já faz parte do período em que os patrões praticam um paternalismo mais ativo (não esquecendo que em Portugal este paternalismo é concretizado em parceria com o Estado). Mesmo nos maus períodos, como foi o caso da II Guerra Mundial, José Maria Delgado não deixa de pagar ordenados, coloca as mulheres a trabalhar, cria a creche, mesmo contra a opinião de outros industriais. Existe um respeito e uma admiração tal por ele que leva a que os seus operários não tenham participado na greve de 1944. Podemos referir que nem

---

<sup>124</sup> Fundo FNL - C/B Pessoal 005- Livro de registos e ou processos individuais de cadastro pessoal caixa 1 de 8, Divisão do Arquivo Municipal.

<sup>125</sup> “O industrial das lãs que construiu um infantário para os filhos das trabalhadoras”, *O Mirante*, 19-08-2010, disponível: <https://omirante.pt/semanario/2010-08-19/entrevista/2010-08-18-o-industrial-das-las-que-construiu-um-infantario-para-os-filhos-das-trabalhadoras>, (última consulta a 24-09-2020).

todos os patrões tinham essa admiração e respeito. Por exemplo, o patrão da Solvay não conseguiu conter os seus operários, que acabaram por lhe bater e sair para se juntarem aos manifestantes.<sup>126</sup>

Já os Pereiras Ninas correspondem ao típico patrão do paternalismo ativo, dentro do contexto do nosso país, *id est*, sempre num jogo entre o Estado a empresa e o operariado. Como podemos perceber, pela entrevista dada pelo Sr. João Sequeira da Silva, estes também eram tidos como uns bons patrões, chegaram a levar os operários à Covilhã em passeio, a sua secretária chegou a viver no bairro da FNL. Deverão ter mantido e continuado as benesses que já vinham do tempo do sr. Delgado, como a sede e a creche, mas por outro lado, foram encontradas uma série de situações referentes à Fiação Nacional de Lãs em que o sindicato chama a atenção à empresa. Ainda que neste período os sindicatos sejam nacionais e não possam recorrer à greve, ainda assim chamaram a atenção para algumas situações. No entanto, essas situações, como é o caso dos despedimentos, era quase sempre o trabalhador que comunicava ao sindicato que tinha sido despedido. Não querendo tomar o todo pela parte, caso não tenha havido mais respostas do que as encontradas, o sindicato parece fazer pouco para ajudar os trabalhadores (pagadores das quotas) que tinham sido despedidos ou aos quais descontaram dias de férias por faltas injustificadas ou em que não atualizaram a função do trabalhador e ordenado correspondente, entre outras situações.

Resulta daqui que o operário da Fiação Nacional de Lãs tinha toda a sua vida controlada por estes patrões. Trabalhavam na empresa, nas horas livres iam para a sede, as mulheres colocavam os filhos na creche, os filhos mais velhos podiam ir para a colónia de férias, (curioso neste caso os filhos que foram de férias serem maioritariamente provenientes do bairro da FNL) e viviam no bairro da empresa. A proximidade do bairro à fábrica também devia dar alguma responsabilidade extra a quem morava tão perto, como não terem uma desculpa para se atrasar, ou por exemplo, ter de ser algum deles a ir resolver algum problema extra durante o tempo em que a fábrica não estivesse em funcionamento.

---

<sup>126</sup> *As greves de 1944 em Alhandra*, in Saber mais sobre...História de Vila Franca de Xira, 2012, Vol. 9, Município de Vila Franca de Xira, pp. 80-81.



## 7 – Conclusão

Chegamos ao fim deste trabalho e observando o concelho facilmente se percebe da riqueza quanto à diversidade dos edifícios industriais e também a grande diversidade de um conjunto de estruturas secundárias tais como creches e bairros operários, clubes desportivos, entre outros que continuam a existir.

A industrialização foi uma etapa que acarretou muitas alterações a variados níveis, desde alterações a nível tecnológico, económico, demográfico e social. O uso da máquina e a crescente mecanização, conduziu à concentração técnica das atividades industriais num mesmo espaço – a fábrica – o que vai permitir também um aumento da produtividade. A substituição da roda hidráulica pela máquina a vapor, a introdução de novas tecnologias, a importação ou adaptação de maquinismos já existentes e a instalação de novas indústrias são algumas inovações deste período.

Em 1856, com a chegada do comboio começa um novo período de desenvolvimento do concelho de Vila Franca de Xira. Nos finais do século XIX, início do século XX, a industrialização irá estabelecer-se precisamente nesta faixa verdejantes do caminho-de-ferro. Resultando assim que algumas freguesias do concelho de Vila Franca de Xira – principalmente as mais perto da linha do comboio e as mais próximas de Lisboa, tais como Alhandra, Alverca, Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira concentrem quase a totalidade da indústria, principalmente na margem direita do rio Tejo, enquanto outras freguesias se mantiveram muito mais rurais. Este efeito da implantação da industrialização no concelho de Vila Franca de Xira teve gradual e progressivo reflexo demográfico. Nos primeiros vinte anos do século XX a população aumentou 35%, de 1960 a 1991 a população do concelho aumentou mais de 60%. Populações que vinham de diferentes pontos do país à procura de melhores condições de vida e de trabalho. Inicialmente, as famílias operárias vão espalhar-se pelo concelho, alojadas em condições precárias. Instalam-se em espaços desocupados, abandonados, velhos pardieiros arruinados, palheiros e telheiros, sem condições.

Para a realização do capítulo sobre os Pátios, Vilas e Bairros Operários do concelho de Vila Franca de Xira foram utilizadas, por analogia, algumas das tipologias empregues pelo Arquiteto Nuno Teotónio Pereira no seu artigo “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário” (Pereira, 1994). Tentou ainda seguir-se a sua linha de pensamento sobre o aparecimento das mesmas habitações, dentro do

possível, passando dos pátios, para pequenas vilas, e destas para vilas mais complexas e depois para os bairros operários. Seguiu-se essa linha de pensamento, porque no concelho de Vila Franca Xira também existem diferentes tipologias de habitação de carácter fabril: pátio atrás de prédio, em banda, vila ou bairro mais complexos, com outras infraestruturas como posto médico, etc. Foram ainda construídas casas de habitação popular para famílias carenciadas ou vítimas de algum infortúnio eram muitas vezes construídas pelos mesmos princípios da habitação económica.

Com o adensar da investigação constatou-se que estas tipologias não são estanques, não se conseguem definir linearmente, e muitas vezes adquiriam características próprias consoante a zona, o espaço existente para a sua construção, ou até mesmo o gosto dos construtores, dos proprietários das empresas ou mesmo da época. Talvez, não seja a tipologia o mais importante, mas as características que as tornam únicas e que induzem para a sua preservação.

As Vilas e Bairros construídos pelos industriais, no Concelho de Vila Franca de Xira, foram construídos numa linha cronológica que decorreu entre 1920-1970, os primeiros bairros foram construídos no início do século XX, outros a meio da nossa cronologia 1948, 1950 e uns poucos já nos anos 60, até 1969. As primeiras vilas operárias do concelho de Vila Franca de Xira são sistemas mais simples, construídas com dinheiro das empresas. Já as vilas e bairros construídos a partir dos anos 30 são, sobretudo, estruturas mais complexas, de maiores dimensões, encontram-se muitas vezes dotadas de mais infraestruturas conexas. Eram construídas maioritariamente com fundos públicos, de várias proveniências: Caixas de previdência, apoios camarários, etc. Neste período as entidades patronais erigiram habitação também para os quadros técnicos, quase todos os bairros, construídos neste período, possuíam residências para os seus quadros técnicos, porque também estes eram muitas vezes deslocados. Ligeiramente afastadas dos bairros dos operários, por norma com condições muito superiores às habitações dos trabalhadores fabris, divisões maiores, e com um maior número de compartimentos do que as casas dos operários.

Nesta tentativa de resolução do problema de habitação desta população fabril e com o aparecimento de novos materiais como o ferro e o vidro, a habitação é repensada e entre outras alterações passa a incluir sanitários, a ter divisões específicas para cada

atividade, assiste-se a uma preocupação de ter casas arejadas, divisões um pouco maiores e espaços diferenciados para cada função realizada no seu interior.

O principal objetivo das políticas de habitação operária, de cunho paternalista, era primeiramente a integração da mão-de-obra operária no sistema social das respetivas empresas e ulteriormente o reforço da dependência do operário, ou seja, a fidelização dos operários que as empresas pretendiam manter junto de si, por norma os mais qualificados e competentes, numa relação de vizinhança com o seu local de trabalho, mas também pretendia fixar as suas famílias. Abarcando assim, a memória de um desenvolvimento industrial próprio, de uma rede de relações humanas que tinham a máquina de permeio, construindo igualmente novos grupos de população residente. Por fim, aproveitavam para ainda conseguirem algum lucro com o arrendamento das habitações construídas.

Em Alhandra, além de o Bairro da Cimpor fazer parte integrante da estrutura da fábrica, as habitações dos seus quadros técnicos construídas fora do bairro mas nas imediações, também o primeiro bairro da Penteação de Lãs fica na mesma estrada a poucos metros de distância, a fábrica da Pentealã, segundo documentação reunida, ficava nas proximidades do bairro e o segundo bairro da Penteação de Lãs, fica umas ruas mais acima deste conjunto. Ali existiu uma taberna (que foi identificada na pesquisa no terreno) e o Novo Retiro Operário (segundo Soeiro Pereira Gomes, com mercearia e café), que era presumivelmente frequentado por todos. O que acabava por formar um grupo muito homogéneo de população residente naquele quarteirão. Talvez por isso, tenham sido destas duas fábricas, os primeiros operários do concelho a aderirem às greves de maio 1944.

A origem do associativismo no concelho de Vila Franca de Xira, à semelhança do que aconteceu um pouco por todo o país, remonta também à constituição das sociedades filarmónicas. E muitas são as que vão aparecer aqui no concelho. Além destas irão aparecer outras associações desde recreativas, desportivas e também sociais, de apoio ao operário, simultaneamente surge um forte movimento cultural que se desenrola no concelho na segunda metade do século XIX.

Este novo formato de organização da produção industrial *fabricou* um novo panorama de trabalho em que os patrões fornecem os meios de produção e os capitais e os operários vendiam a sua força de trabalho, em troca de um salário.

Os operários estavam sujeitos a condições de trabalho bastante difíceis, definidas por longas jornadas, onde tinham de prestar continuada atenção à máquina, em que não podiam parar nunca. Surge uma consciência do coletivo entre os operários: que trabalhavam demasiadas horas, com salários muito baixos. Passam então a organizar-se em associações para sua própria defesa, aparecem as associações de socorros mútuos e as cooperativas e os sindicatos um pouco mais tarde. Por exemplo, a Companhia de Cimentos Tejo, apesar das benesses, da construção do bairro, da casa de pessoal onde funcionaria o clube da Cimento Tejo, sempre que o diálogo entre os patrões e os operários se tornava impraticável, sempre que as condições de trabalho pioravam, as lutas operárias endureciam, recorrendo muitas vezes à greve ou pelo menos à paralisação do trabalho e por isso estes eram dos operários, segundo a documentação analisada, que mais participaram em greves, mas o mesmo aconteceu com muitas das empresas em Vila Franca Xira.

A partir de 1933 o Estado irá procurar intervir no seio das coletividades, consciente da influência que as mesmas exerciam nas comunidades. Este controlo por parte do Estado irá contribuir para se verifique um recuo do movimento associativo.

A eficiência de uma pessoa, um patrão por exemplo, não depende apenas da sua formação, da idade, das suas aptidões ou experiência profissional, depende principalmente da natureza das suas relações entre os indivíduos no seio da firma à qual pertence. Isso varia muito em função dos sistemas de organização de empresa elaborados através de uma experiência coletiva. Deste ponto de vista a experiência de cada firma é característica e própria apenas dela mesma. Enquanto os operários da Fiação Nacional de Lãs não foram para a greve porque José Maria Delgado proprietário da fábrica se impôs e não o permitiu, já o patrão da Solvay não conseguiu deter os seus operários, que saíram e foram participar na greve de 1944.

Pondo em prática um paternalismo ativo, os patrões das empresas e o Estado de uma forma mais indireta, acabaram por gerir talvez demasiadamente todos os domínios dos trabalhadores que contratavam. Por exemplo, os trabalhadores da Fiação Nacional de Lãs, trabalhavam, pelo menos 8 horas por dia na fábrica, tinham os filhos no infantário da Fiação Nacional de Lãs, e nos tempos livres iam para o grupo desportivo e recreativo da fábrica onde inclusive o próprio patrão também costumava ir. O Bairro

ficava nas proximidades da fábrica. Tudo isto nos indica que este patrão detinha muito poder sobre os seus trabalhadores.

No entanto, esta atenção sobre a mão-de-obra permitiu aumentar a produção evitando conflitos sociais cujos custos seriam mais controlados, do que por exemplo o aumento dos salários.

Gostaria aqui, não apenas de enunciar algumas das conclusões a que se chegou com esta investigação, mas referir ainda pequenos apontamentos que não foram desenvolvidos no trabalho. É o caso das festas de Natal, manifestação da autoridade patronal, onde distribuía brinquedos e agasalhos, por vezes com lanche para as crianças, e onde distribuía prémio de gratificação pelos operários. Muitas vezes as contribuições das empresas eram distribuídas também pela comunidade, fundos que doavam às juntas ou até mesmo à Câmara Municipal, de forma a colaborarem no auxílio a pessoas necessitadas, nas obras públicas ou em melhoramentos dentro do concelho. Auxiliavam ainda o corpo de Salvação Pública ou o Socorro Social do Ministério da Saúde e Assistência entre outras entidades. Outro caso é o referido no jornal a *Vida Ribatejana*, número especial de Dezembro de 1943: não se podia realizar a Festa do Senhor da Ajuda, em Alhandra, enquanto as empresas não tivessem as suas contas soldadas e que, até então, tal nunca tinha acontecido, porque se acontecesse iria trazer a insolvência dessa indústria. Pena não se ter conseguido explorar um pouco mais esta informação, não foi encontrada mais nenhuma referência.

Igualmente interessante teria sido explorar a vida e obra de Vasco Moniz, oriundo de Goa, e que foi pároco de Vila Franca de Xira durante 33 anos (1913-1936). O Padre Vasco Moniz foi uma pessoa que sempre lutou contra as injustiças sociais, contra a fome e a pobreza, e que se fazia ouvir contra essas injustiças, fossem elas preconizadas por quem fossem. Criou o Centro de Assistência Social Infantil (C.A.S.I.), instituição que ajudou muitas famílias, e onde ajudou também na procura de um novo rumo de vida, para quem tinha mais dificuldades, dando-lhes essa oportunidade.

Também a toponímia tem aqui algum interesse. Os topónimos podem estar associados a aspetos físicos/materiais (geologia, orografia, vegetação, construções, etc.) que existem ou existiram em certos locais, contudo também podem relacionar-se com elementos imateriais ou com determinados acontecimentos ocorridos no passado. A toponímia revela ainda uma íntima ligação aos valores culturais e sociais das

populações, mas também simbólicos, perpetuando a importância histórica de lugares, factos, pessoas e costumes, que ficaram registados na memória coletiva. Como é o caso dos topónimos ligados à indústria. Merecia um capítulo mais extensivo, mas de momento fica só uma listagem dos nomes de ruas que, de alguma forma, estiveram relacionadas com a indústria. Propositadamente, deixamos de fora os topónimos dos bairros, já inúmeras vezes referidos. Assim, existem 6 freguesias (referência às freguesias anterior a 2013) com alguma toponímia ligada à indústria<sup>127</sup>. Na freguesia de Vila Franca de Xira: Largo Mário Magalhães Infante; Rua José Ferreira Delgado, industrial da Fiação Nacional de Lãs; Rua Joaquim Pedro Monteiro, todas estas ruas no centro de Vila Franca de Xira; Travessa da Indústria; Rua Real Fábrica de Atanados estas últimas em Povos. Na freguesia da Póvoa de Santa Iria: Avenida Ernesto Solvay; Rua Alcino D' Oliveira e Silva; Rua do Telhal; Rua Engenheiro Afonso Morgensten; Rua Engenheiro Clément Dumoulin; Rua João Lopes Raimundo; Avenida Eduardo Veiga Araújo; Rua Eduardo Veiga de Araújo Júnior; Rua Ester de Bettencourt Duarte. Já na freguesia de Alhandra: Bairro da Hortinha; Avenida Major José Joaquim de Paiva (anterior Rua das Fábricas); Travessa da Fábrica de Cimento. Na freguesia de São João dos Montes: Rua e Travessa das Indústrias. Na freguesia de Alverca do Ribatejo: Rua da Indústria; Avenida da Mague. Na freguesia do Sobralinho: Estrada da Macol; Bairro Manuel dos Reis. Nas freguesias mais rurais, é normal que não haja topónimos ligados à mesma.

Na opinião de George Steiner, a Europa é para ser percorrida a pé (Steiner, 2005). Na Europa tudo tem significado, não só as ruas como as praças com nomes de alguns estadistas, cientistas, artistas e escritores do passado e porque não nome de ilustres industriais, ou nomes de fábricas que foram muito importantes no desenvolvimento industrial do concelho de Vila Franca de Xira e de Portugal (*ibidem*). Por esta razão é importante muitas vezes preservar também os nomes de ruas, que tanta informação nos dão, quem sabe poderíamos colocar as placas com os nomes de rua, com antigos nomes e os nomes atuais, até porque muitas vezes mudam-se os governos e mudam-se também os nomes das ruas.

A partir dos anos 1980, há uma desindustrialização em Portugal e também em Vila Franca de Xira, com a deslocalização das indústrias para os países onde a mão-de-

---

<sup>127</sup> Informação gentilmente cedida pelo gabinete de toponímia de Vila Franca de Xira

obra é mais barata. Esta desindustrialização provoca um encerramento massivo de fábricas. Entretanto, a fábrica, ou os bairros operários continuam lá, evidenciando o interesse que tiveram noutros tempos. Nalguns casos, a produção há muito que cessou, as fábricas foram desativadas, também alguns bairros ou estão abandonados, ou já não existe a referência de que eram bairros fabris. Alguns edifícios foram demolidos, restando deles apenas as recolhas efetuadas. Por vezes, essas recolhas nem sequer foram feitas e assim se perdeu a sua história. No caso da Fiação Nacional de Lãs, por exemplo, a recolha foi efetuada após a demolição da fábrica. No lugar desta fábrica construíram um pingo doce, desprovido de qualidade arquitetónica, o mesmo tem acontecido a outras fábricas (a Pentealã, por exemplo), que são substituídas por edifícios, muitas vezes sem qualquer qualidade arquitetónica e que acabam por criar grande dissonância com o previamente existente.

Seria espectável um planeamento coeso com contrapartidas culturais, já que a ausência de medidas cautelares em relação a todo o património industrial envolve, para além da negação da componente paisagística, a ocultação de valores arquitetónicos e técnicos, que esse mesmo património pressupõe e transmite. Portugal é um dos países onde os imóveis industriais tem menos medidas cautelares de proteção, talvez devido ao alheamento público face ao património industrial. Não admira, portanto, que uma grande parte do património industrial, tenha sido votado, ao abandono, acabando por ficar degradado, desintegrado ou desaparecer por completo.

O processo de desindustrialização devia ter sido acompanhado por medidas de conservação e salvaguarda dos edifícios e do seu espólio, recuperando ou até mesmo reconvertendo o edificado industrial, evitando assim o desaparecimento da sua imagem industrial, procurando manter-se vivas as memórias do passado. As potencialidades destes espaços para reutilização são variadas, sobretudo pelas grandes áreas que ocupam. A sua arquitetura, bem como os materiais utilizados, viriam a caracterizar grandemente a arquitetura do século xx. A musealização de alguns destes espaços acompanhada da preservação do património in situ seria uma boa resposta para a salvaguarda deste mesmo património, como é o caso do Museu da Eletricidade. Não sendo possível a musealização, pode-se sempre usar as estruturas para fins culturais como em Lisboa e criar uma *LXFactory* ou uma *Fábrica de Braço de Prata*, podia também haver um centro interpretativo ou mesmo uma rota.

Já no *Boletim* mensal dos lanifícios de 1954<sup>128</sup>, fala-se de circuitos turísticos como os do Aço e da Lã. Nele é referido que em França muitos estrangeiros, turistas procuram a cidade para se divertirem, conhecerem o património mais emblemático, tais como catedrais, castelos, jardins e paisagens no geral. Outros, segundo o mesmo Boletim, procuram França para conhecer a comunidade que trabalha, que produz. E que assim sendo criou o Comissariado para o Turismo Económico. Criaram posteriormente o que denominaram de “Circuitos Económicos” quer para o Aço, quer para a Lã, concluindo que esse novo turismo trouxe mais visitantes ao país.

De forma a dignificar este património, nem sempre acarinhado, fica uma ideia final de uma rota com visitas ao património industrial de Vila Franca de Xira. Onde se incluiria visitas guiadas aos principais polos. Nos locais onde a fábricas foram destruídas, colocar placares com fotografias expositivas. Nas fábricas que mantêm a sua presença física mas já não laboram, criar um museu, ou centro interpretativo, fazendo a transmissão do conhecimento de como as coisas eram feitas, auxiliados com a presença de algumas máquinas, fotografias, recriando a atmosfera. Visitas também a um ou vários dos bairros operários, que também podiam ter placares explicativos nas suas imediações. Nas fábricas que ainda funcionam, visitas guiadas para ver como todo o processo decorre, como se faz por exemplo na Central de Cervejas em Vialonga. Uma rota, ou várias mais pequenas, porque o concelho é vasto, mas muito rico em História e Património.

---

<sup>128</sup> *Circuito Turístico do Aço, Circuito Turístico da Lã*, in Boletim mensal dos Lanifícios, ano V, n.º 53 e 54 Maio a Junho de 1954, Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes

#### Arquivo

Arquivo Contemporâneo Ministério das Finanças. Capítulo VI, artigo 35A, alínea 2) “Comparticipação da Empresa Nacional de Penteação de Lãs para a obra de construção de um bairro de 20 moradias para os operários da indústria de Lanifícios de Alhandra. No valor de 100.000\$00” da Cópia da Conta de Responsabilidade do Tesoureiro da CM Vila Franca de Xira no ano de 1954, – PT/ACMF/SG/EMP/VFX/006 –

Arquivo Contemporâneo Ministério das Finanças. Capítulo XXII, Despesa extraordinária, despesas com o material, artigo 171, alínea 11) “Construção de um bairro de 20 moradias para o pessoal da indústria de lanifícios nos terrenos anexos à Quinta da Figueira na freguesia de Alverca do Ribatejo encargo assumido pela Câmara – 797.500\$00.” do Orçamento Ordinário da Receita e Despesa da Câmara Municipal do Concelho de Vila Franca de Xira para o ano económico de 1955. - PT/ACMF/SG/EMP/VFX/006. Disponível em: [http://purl.sgmf.pt/29607/1/29607\\_master/29607\\_PDF/29607\\_1.pdf](http://purl.sgmf.pt/29607/1/29607_master/29607_PDF/29607_1.pdf)

Arquivo da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus de Vila Franca de Xira, Inventário das Fontes do Concelho de Vila Franca de Xira, por Vanessa Amaral e Maria João Martinho, 2004.

Arquivo da Divisão de Cultura, Museus e Património Histórico / Setor de Património Histórico da CMVFX. Parecer de 17-06-2003, Sector do Património da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Arquivo da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus de Vila Franca de Xira. Relatório n.º 2, Empatia, Inventário do Património Urbano e Arquitetónico do Concelho de Vila Franca de Xira, 2007, pp. 27.

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Pedido de deferimento, à C. M. V. F. Xira para execução de obras no celeiro do Telhal por parte da Companhia de Lezírias do Tejo e Sado, memória descritiva anexada, 1938.

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de Obras n.º 630/50, anteprojecto do bairro a construir em Alhandra para o pessoal da Companhia Cimento Tejo, memória e plantas: geral e tipologia, 1950.

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de Obras n.º 1059/53, construção de um bloco de casas de renda limitada, requerimento à Câmara Municipal Vila Franca Xira de aprovação de projecto, memória descritiva e justificativa, 1953.

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de Obras n.º 3009/60, projecto de alteração do edifício do pessoal da Cimento Tejo, memória descritiva e licenças e plantas, 1960.

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de Obras n.º 4620/66, Possibilidade de construção de um bairro para os seus operários na Vala do Carregado – Castanheira do Ribatejo, Grupo Farmacêutico Antral-Cipan, 1966.

Arquivo Municipal Vila Franca de Xira. Atas de Câmara, Câmara Municipal de Vila Franca Xira, 1919-20,

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira Evolução Industrial, Documentos de Apoio das Firmas, Anúncios – 1933-1993, Série Património Arqueológico Industrial de Vila Franca de Xira, ao abrigo da associação portuguesa de arqueologia industrial, caixa 18.

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de Obras n.º 4019/63, Pormenores – Conjunto habitacional Soda Póvoa, habitações económicas, com memória descritiva.

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de Obras n.º 4002/63, Requerimento para construção de um edifício destinado a habitação do Diretor das suas Fábricas, com memória descritiva e justificativa e planta dos alçados.

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. Processo de obras n.º 4038/63, Requerimento para a construção de uma moradia geminada, destinada a habitação de dois membros do seu pessoal superior, com estudo parcial de urbanização do bairro do Pessoal superior da Soda Póvoa.

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. *Relatório de Gerência da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, 1948, Caixa 1.

Arquivo Municipal de Vila Franca Xira. “Urbanização do Bairro da Quinta da Figueira”. Portaria do dia 27 de Maio de 1958, Comissariado do Desemprego, Ministério das Obras Públicas.

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. “Urbanização do Bairro da Quinta da Figueira em Alhandra”, Ofício 362, Direção de Urbanização do Distrito de Lisboa, de 11 de Fevereiro de 1958. M/B 31.

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira. “Urbanização do Bairro da Quinta da Figueira em Alhandra”, ofício 2900, Direção de Urbanização do Distrito de Lisboa, Oito de Novembro, de 1957, M/B 31.

1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira – Análise e Diagnóstico – História e Património, Plural, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Consultável em:

[https://www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/414/Caderno\\_IV\\_\\_\\_Hist\\_ria\\_e\\_Patrim\\_nio.pdf](https://www.cm-vfxira.pt/uploads/document/file/414/Caderno_IV___Hist_ria_e_Patrim_nio.pdf), p. 42, (data da consulta: 14-03-2020).

Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira, Certidão de 21 de Setembro de 1957, Caixa Sindical de Providência do Pessoal da Indústria de Lanifícios.

## Outras Fontes

«Adoro a política e encaro-a com espírito de missão», *O Mirante*, 28-01-2010, <https://omirante.pt/entrevista/2010-02-04-adoro-a-politica-e-encaro-a-com-espírito-de-missao>. (visto em 29-04-2020).

«A nossa homenagem a António Teófilo de Araújo e Rato», *Vida Ribatejana*, 14-03-1943.

«A Póvoa de Santa Iria, Breves apontamentos da sua importância Industrial», *Vida Ribatejana*, Edição Especial, março / abril, 1952, Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira.

Bairro de habitação económica, Companhia Cimento Tejo. Disponível: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27924](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27924).

«Bairro Novo da Figueira e Soda Póvoa nas mãos dos moradores», *O Mirante*, 18-01-2010. Consultável em: <https://omirante.pt/sociedade/2010-01-18-bairro-novo-da-figueira-e-soda-povoa-nas-maos-dos-moradores> (data da consulta 29-04-2020).

«Casas económicas Pentealã, (1960)», *Diário de Lisboa*, nº 13349, Ano 39, 7 de Fevereiro de 1960, *CasaComum.org*, Disponível: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_16720](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_16720) (29-06-2019).

Censo Vila Franca de Xira 1864-2011, <https://populacaodistritodelisboa.jimdofree.com/vila-franca-de-xira/> (2018-5-31).

*Diário Popular*, de 20-01-1960.

GABRIEL, Adriano, «Fracasso ou fraqueza da democracia», *Vida Ribatejana*, 22 de Janeiro de 2003, p. 6.

GOMES, Soeiro Pereira (1979), *Engrenagem - Obras Completas de Soeiro Pereira Gomes*, Edições Avante, Lisboa.

Imóvel de Interesse Público, <http://patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71917>, (03-05-2020).

«Indústria do Concelho de Vila Franca de Xira», *Vida Ribatejana* – Número especial, 1942, ano 26.º II Vol. n.º 1065 a 1074, pp. 35-36.

*Inquérito Industrial de 1881, Inquérito directo segunda parte, Visita às fábricas*, Livro primeiro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

LIMA, Magalhães & BASTOS, Teixeira (1898), *O ideal Moderno, Habitações Operárias*. Lisboa, Companhia Nacional Editora. Consultável em <http://www.gutenberg.org/files/24853/24853-h/24853-h.htm>

MENDES, M., «O que foi a vida industrial e comercial de Alhandra nos fins do século passado», *Jornal Vida Ribatejana*, Número Especial, 1132, Dezembro 1943, ano 27.º III Vol. pp. 63-64.

*Ordenamento do Território do Concelho de Vila Franca de Xira, tomo 2, Hidrotécnica Portuguesa*, 1975.

«O progresso da Indústria em Portugal apreciado numa publicação Suíça», *Diário Popular*, de 20-01-1960, 1960, p.16.

«O que foi a vida industrial e comercial de Alhandra nos fins do século passado», *Vida Ribatejana*, 1943, ano 27.º, III Vol. n.º 1132, pp 63-64.

Real Fábrica de Atanados da Vila de Povos, Imóvel de Interesse Público, <http://patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71917>.

“Recordações de uma Alhandra de outros tempos”, *O Mirante*, 30-07-2009, <https://omirante.pt/semanario/2009-07-30/sociedade/2009-07-29-recordacoes-de-uma-alhandra-de-outro-tempos>.

*Vida Ribatejana*, número especial, Dezembro de 1942, ano 26, II Vol.

Vila Franca de Xira – Saber Mais Sobre... A História de Vila Franca de Xira, 2012, Vol. 9, Município de Vila Franca de Xira. <https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/document/file/773/9.pdf>

## **Bibliografia**

AERTS, Erik, BEAD, Claude, STENGERS Jean (1990), “Tenth international economic history congress: liberalism and paternalism in the 19th century”, Leuven University Press.

AGUIAR, João Valente (2013), «A política de classe na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária Sociologia», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXV, 2013, pp. 119-140

ALCÂNTARA, Ana (2020), «A habitação das “classes laboriosas”. Espaços de residência operária na Lisboa do final do século XIX», *Cadernos do arquivo municipal*, 2.ª série, n.º 13 de Janeiro – Junho.

ALMEIDA, Vanessa de (2009), *Um Discurso Escondido – Alfredo da Silva e as greves na CUF durante a Primeira República*. Lisboa, Bizâncio.

ANTUNES, José Freire (1997), *Champolimaud*, Lisboa, Círculo de Leitores.

BEAUD, Claude, *Les Schneider au Creusot: un modèle paternaliste en réponse aux impératifs du libéralisme et à la montée du mouvement socialiste* in AERTS, et al., (1990), “Tenth international economic history congress: liberalism and paternalism in the 19th century”, Leuven University Press.

BRÁS, Rui Manuel (2020), «Igualdade, Justiça e Fraternidade. A identidade dos operários tabaqueiros de Lisboa (1860-1936)», *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.<sup>a</sup> SÉRIE N.º 13, janeiro – junho 2020, disponível:<http://www.scielo.mec.pt/pdf/cam/vser2n13/vser2n13a05.pdf>

CAMACHO, Clara Fayão (1992), *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

CAMACHO, Clara (1994), «A decadência do Porto de Povos», in *Histórias do Tejo, Celeiro da Patriarcal*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Grupo n.º 1 de Escolas da Armada.

CAMACHO, Clara Frayão e RAMALHO, João Alves (1998), *Vila Franca de Xira Olhares da Memória*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Ed. Inapa.

CORDEIRO, José M. Lopes (1993), “Uma iniciação filantrópica no início do século XX: os bairros da classe trabalhadora do jornal "O Comércio do Porto”, in Colóquio Internacional, *Vilas Operárias utopia ou realidade?* 16 e 17 Outubro de 1993.

*Dicionário*, consultável em <https://dicionario.priberam.org/regenera%C3%A7%C3%A3o> em

COSTA, Fernando Marques (1990), “A sociedade: regeneração na continuidade”, in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 2, Lisboa, Alfa.

COSTA, Fernando Dores (2010), «A invasão de Masséna em 1810 e as linhas de Torres Vedras: uma paradoxal confluência de objectivos», *Ler História*, n.º 58, pp. 115-135. Consultável em <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1195>.

COSTA, José (2001) *Vila Franca de Xira, Cronologia do Século XX (1900/2000)*, Coleção Património Local / Edições do Museu Municipal de Vila Franca de Xira – n.º 7, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Pelouro da Cultura, Museu Municipal, V.F.X.

COSTA, João Paulo Oliveira e (2005), *D. Manuel I*, Coleção Reis de Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores.

«Fábricas do Concelho de Vila Franca de Xira» (1996), in *O Homem, o Trabalho e a Fábrica - Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira - Museu Municipal.

FERNANDES, Manuel Jacinto; CARMO, Maria de Aires, VAZ, Pedro Manuel, e TEMPERO Sofia, (1996), «Inventário do património industrial do Concelho de Vila Franca de Xira», in *O homem, o Trabalho e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila*

*Franca de Xira*, Celeiro da Patriarcal, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Museu Municipal.

FERNANDES, Manuel Jacinto (1996), *Alguns Aspectos da Arquitectura Industrial*, in *O homem, o Trabalho e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira*, Celeiro da Patriarcal, 28 de Junho a 21 de Julho de 1996, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Museu Municipal.

GARRIDO, Alvaro (2018), «A institucionalização do “social” no Estado Novo português: previdência corporativa e seguros sociais voluntários», *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 31, n.º 64, p. 197-218.

HENRIQUES, Guilherme J. C. (1997), *Subsídios Lpara a história do Concelho de Vila Franca de Xira*, Colecção Património Local, Ed. do Museu Municipal Vila Franca de Xira.

ILDEFONSO, S., Machete, R., Falcão, A. P., & Heitor, T. (2019). “A proto-habitação social na cidade de Lisboa: uma leitura integrada da vila operária no contexto urbano atual. Urbe”, *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11.

JEQUIER, François, *Fondements éthiques et réalisations pratiques de patrons paternalites en Suisse romande (XIX e-XXe siècles)* in AERTS, et al., (1990), “Tenth international economic history congress: liberalism and paternalism in the 19th century”, Leuven University Press.

LÁZARO, João (2013), *O despertar do movimento operário português na esfera pública*, Lisboa, Chiado Editora.

LOURENÇO, António Dias (1995), *Vila Franca de Xira um Concelho no País – Contribuição para a história do desenvolvimento sócio-económico e o movimento político-cultural*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

LOUSADA, Maria Alexandre (2004), “Associações profissionais: tradição e renovação”, in João Freire (coord.), *As associações profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta, pp. 21-55.

LUCAS, Maria Miguel (2003), *Vila Franca de Xira, História Urbanismo e Identidade in Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

MACEDO, Lino de, (1992), *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

MANIQUE, António Pedro (1986), «As eleições administrativas de 1919 no Concelho de Vila Franca de Xira», *Boletim Cultural*, n.º 2, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

MARTINS, Conceição Andrade (1997), “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, *Análise Social*, n.º 142, pp. 483-535.

MARTINS, Alexandre (s.d.), *Paternalismo, habitação, fidelização operária. O caso do bairro da Sta. Bárbara no Barreiro*, Actas dos ateliers do V.º Congresso Português de Sociologia.

MENDES, J. Amado (1993), “As camadas Populares urbanas e a emergência do proletariado industrial”, in *História de Portugal*, MATTOSO, José, dir. vol. IV, *O Antigo Regime*, Lisboa, Círculo de Leitores.

MIRANDA, et al. (2001), *Cooperativa de Crédito e Consumo do Pessoal da Fábrica da Pólvora de Barcarena: Apontamentos para a sua História 1895-1986*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.

MOINE, Jean Marie (1990), *Aux Souries du paternalisme dans la siderurgie Lorraine avant 1914. Esquisse d'un Bilan Provisoire. De la problematique du sacrifice a celle du controle total*, in AERTS, et al., “Tenth international economic history congresso: liberalism and paternalism in the 19th century”, Leuven University Press.

NUNES Graça Soares (2015), «Etapas, setores e empresários do desenvolvimento industrial no estuário do Tejo (1850-1890)», *Cira, Boletim Cultural*, n.º 12.

OLIVEIRA, César de (1973), “Os limites da ambiguidade: o movimento operário português perante a guerra de 1914-1918”. *Análise Social*, 40, pp. 679-702.

OLIVEIRA, Gil Braz de (1995), *A Indústria Portuguesa do Cimento, Um Século de História*, Lisboa, Cimpor, Cimentos de Portugal, S.A.

PATRIARCA Fátima, “A institucionalização corporativa — das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)”, *Análise Social*, vol. xxvi (110), 1991 (1.º) pp. 23-58.

PEREIRA, Teotónio Nuno (1994), “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, *Análise Social*, vol. XXIX (127), (3.º).

RAMOS, Fernando Manuel Amaro Barata (2010), *O bairro operário de Portimão, História e Património*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta.

REIS, Jaime (1987), “A Industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913”, *Análise Social*, Vol. XXII I (6), -2º.

REIS, Jaime, coord., (2012), *Grupos Empresariais em Portugal durante o Estado Novo*, disponível, <https://www.ics.ulisboa.pt/projeto/grupos-empresariais-em-portugal-durante-o-estado-novo>.

RIBEIRO, Luísa Sousa (2017), *Os bairros do paternalismo industrial. O caso do Vale do Ave (1900-1974)*, Mestrado Integrado Arquitetura, Faculdade de Arquitetura Universidade do Porto.

RODRIGUES, Teresa Ferreira (1995), *Nascer e morrer na Lisboa Oitocentista, migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Lisboa, Ed. Cosmos.

ROSAS, Fernando (1994 a), “Portugal, um mundo de coisas pequenas: A sociedade e a economia dos anos 30”. In: *O Estado Novo (1926-1974)*, VII Volume da *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Lisboa, Estampa.

ROSAS, Fernando (1994b), “A organização corporativa”, in *O Estado Novo (1926/74)*, vol. VII, *História Portugal*, dir. J. Mattoso, Lisboa, Estampa.

SCHULZ, Günther, *Industrial patriarchalism in Germany*, in AERTS, et al., “Tenth international economic history congresso: liberalism and paternalism in the 19th century”, Leuven University Press.

SILVA, Paulo (2013), “A abertura do primeiro troço ferroviário entre Lisboa e Vala do Carregado (1856) Antecedentes e inauguração”, *Cira Boletim Cultural* n.º 11, Do Património à História.

SILVA Paulo (2013), “Sociedade, comércio, fiscalidade, administração da justiça e organização militar”, in *800 ano do Foral 1212-2012*, Museu Municipal/ Câmara Municipal Vila Franca de Xira.

SOARES, Vânia Simone da Silva (2014), *Habitação Mínima*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

STEINER, George (2005), *A ideia de Europa*, Lisboa, Gradiva.

TEIXEIRA, Manuel C. (1992), “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, *Análise Social*, vol. XXVII (115), (1.º).

TEIXEIRA, Manuel C. (1993), “A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes”, *Análise Social*, vol. xxviii (121), (2.º).

TIAGO, Maria Conceição Caetano (1997), *O bairro social da Ajuda/ Boa-Hora – um projecto da República Nova e uma realização do Estado Novo (1918-1935)*. Tese de Mestrado em História Social Contemporânea no ISCTE, Lisboa, (Policopiado).

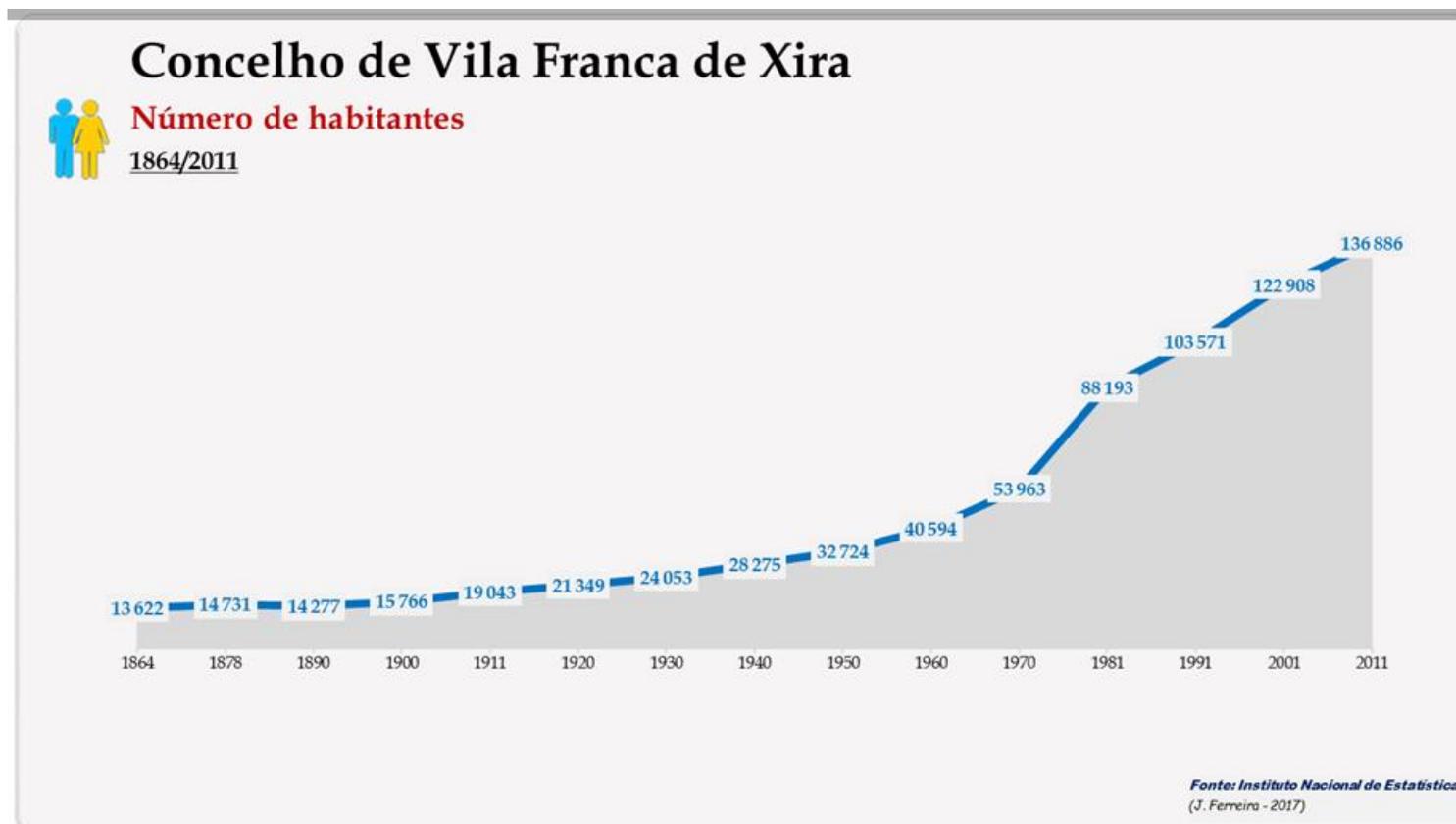
TOMÁS, Ana Leonor (2012), *1.ª Conferência, Filantropia e Arquitetura*, Universidade Lusíada de Lisboa – CITAD.

VAZ, Pedro, M. (1996), “Operários e Patrões no Estado Novo”, in *O Homem o Trabalho e a Fábrica – Indústria no Concelho de Vila Franca de Xira, Celeiro da Patriarcal, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 40 anos de trabalho*, 1987, Antral-Cipan.

## **ANEXOS**

---

## Anexo A



**Anexo B**

<b>CONCELHOS/ ANOS</b>	<b>1920</b>	<b>1930</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1981</b>	<b>NOTAS</b>
Alenquer	27 168	30 015	32 597	34 477	34 998	32 586	34 575	
Amadora	-	-	-	-	-	-	163 878	O município da Amadora viria a ser criado em 11 de setembro de 1979
Arruda dos Vinhos	7 160	7 670	8 271	8 155	8 021	8 292	8 875	
Azambuja	11 037	14 035	15 776	18 160	18 218	17 585	19 768	
Cadaval	12 584	14 728	15 737	17 012	17 287	14 058	14 474	
Cascais	15 251	22 932	29 641	42 177	59 617	92 907	141 498	
Lisboa	484 664	591 939	694 389	783 226	802 230	769 044	807 937	
Loures	25 831	29 101	35 060	50 440	102 124	166 167	276 467	

Lourinhã	15 177	17 049	20 040	21 820	22 927	19 659	21 245	
Mafra	27 108	29 750	32 341	36 485	35 739	34 112	43 899	
Odivelas	-	-	-	-	-	-	-	Concelho criado em 1998
Oeiras	18 557	29 440	37 811	53 248	94 255	180 194	149 328	Em 11 de Setembro de 1979 foi criado o concelho da Amadora, com lugares desanexados do concelho de Oeiras
Sintra	29 762	37 982	45 171	60 423	79 964	124 893	226 428	
Sobral de Monte Agraço	6 058	6 845	7 220	7 425	7 744	7 116	7 863	
Torres Vedras	41 790	47 917	52 143	56 514	58 837	56 814	65 039	
<b>Vila Franca de Xira</b>	<b>21 349</b>	<b>24 053</b>	<b>28 275</b>	<b>32 724</b>	<b>40 594</b>	<b>53 963</b>	<b>88 193</b>	

Quadro realizado com base nos dados recolhidos do site do INE, num mapa sobre a população do distrito de Lisboa.<https://populacaodistritodelisboa.jimdo.com> vista no dia 01-07-2018



# Anexo D1

Raminhos de feitor Boelguenses

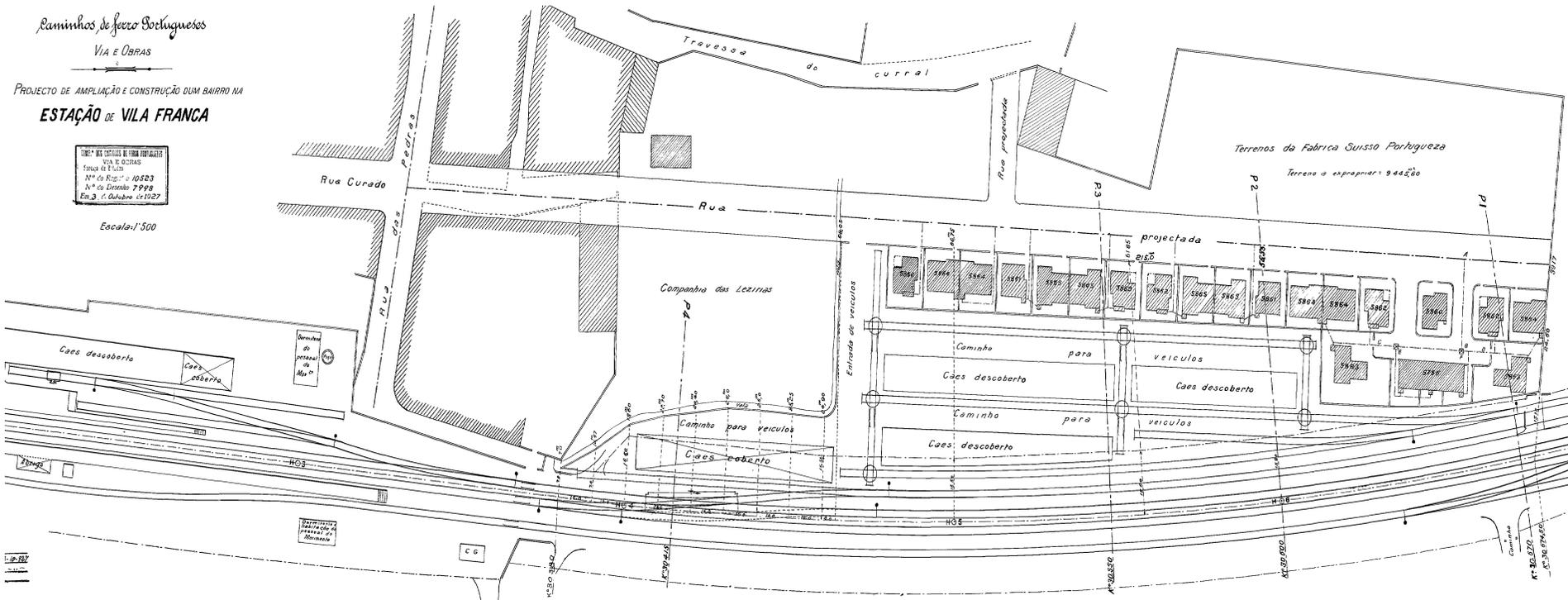
VIA E OBRAS

PROJECTO DE AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DUM BAIRRO NA

**ESTAÇÃO DE VILA FRANCA**

COMP. DE VILAS DE FEITOR BOELGUESES  
 VIA E OBRAS  
 SEÇÃO DE PLANO  
 Nº do Reg.º = 10283  
 Nº do Desenho = 7998  
 Em 3.º de Outubro de 1927

Escala: 1/500



# Anexo D2

*Caminhos de Ferro Portugueses*

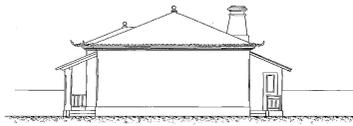
*Via e Obras*

*CASA DO BAIRRO OPERARIO NA*  
**PEDRA FURADA**

*Classe 1 Tipo 4*

PROJETO DE ARCHITECTURA  
DE PEDRA FURADA  
N.º 5864  
DE 9 de Junho de 1919

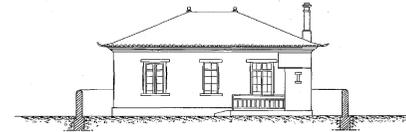
Escala 1:100



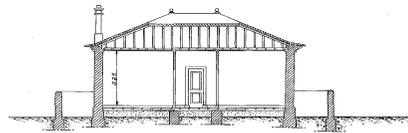
ALÇADO LATERAL



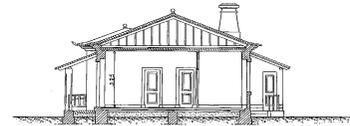
ALÇADO FRENTE



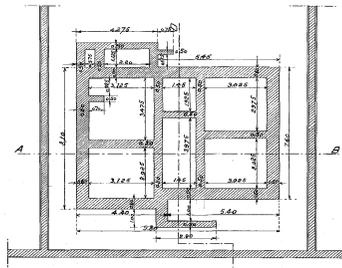
ALÇADO POSTERIOR



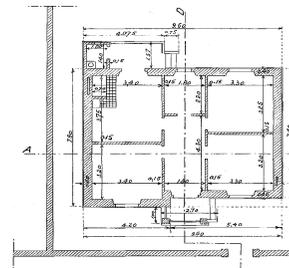
CORTE POR AB



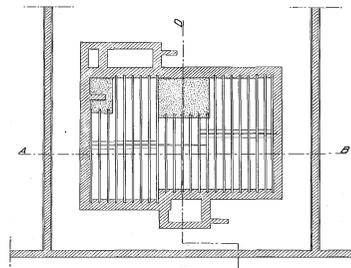
CORTE POR CD



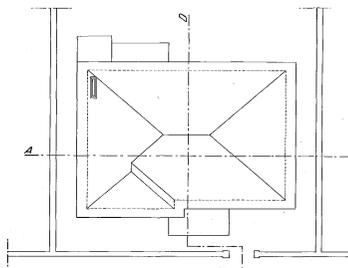
PLANTA DA FUNDAÇÃO



PLANTA DO REZ DO CHÃO



PLANTA DO VIGAMENTO



PLANTA DO TELHADO

Proj. Arch. A. B. C. - 1919  
Desenhado por A. B. C.  
Execução de A. B. C.  
L. M. N. O. P. Q. R. S. T. U. V. W. X. Y. Z.

Arch. A. B. C.  
*A. B. C.*

## Anexo E

Entrevista ao Sr. João José Sequeira da Silva, dia 21 de Setembro 2020, morador do Bairro Fiação Nacional de Lãs durante mais de 60 anos.

“Este é o bairro antigo. O bairro antigo não tem nada a ver com o novo, como agora está.

Na planta do bairro antigo, a casa n.º 18 era uma casa mais ampla com um portão grande. [...]

Sr. João começa a descrever as pessoas que moravam no bairro antigo.

Na casa n.º 11 morava a Mariana Lucas e o Manuel Lucas mais os filhos; na casa n.º 13, a outra a seguir, o Sr. Nunes e a irmã; no 15, Mariana Carlos e Domingos; No 17, era a minha avó, Leopoldina Roque e António Roque; 19, agora o 19, eu conheço essa gente toda. No 19, Madalena e Marido e tia Alice e filho; no 21, Aníbal e Lurdes, mulher e marido, e filhas mas essas foram embora muito cedo; no 23, o Sr. João da dobrada, tinha um talho onde vendia dobrada, a filha a belinha e a mãe a Deonisia. [...] No 25, o "Dá-me uma"[...] a gente chamava-lhe o "Dá-me uma" e Alice e Noca que era o filho; agora no 27, Joaquina Pratas e José Saldanha; no 29, José Machado e Felismina Machado; No 31, já não mora lá ninguém destes, (31 e 33 é do meu filho). Irmundo e Mariana. O Irmundo e a Mariana tinham muitos filhos também [...] Agora o 33, portanto o 33, Aníbal e Evangelina, também com uma série de filhos.

- E agora disse-me que está lá a viver o seu filho, não é?

- Sim, sim.

Juntaram os dois números e agora está lá a viver Carlos Silva e Vera Neves Silva. [...]

Sr. António, no 35 e Aurora e sobrinhos, esses não tinham filhos, mas criaram os sobrinhos todos; Agora o 37, Dielfina (sogra), e Aida (nora) e Francisco (filho); Agora o 39, Conceição e Emanuel que era o *chofer* do Sr. Delgado, o dono do bairro; Agora no 41, que é o último, José Trompete e Cremilda mais os filhos.

Já está o 41? Não está?!

- Sim.

- Agora vamos começar do bairro de lá para cá, portanto. O 22, Saraiva velho, a sra. e a empregada Gina; o 20, Reinaldo, que é o filho do sr. Saraiva, que a gente chamava Saraiva novo e a sua sra. e salvo erra duas meninas, filhas; no número 18, que essa toda, é essa casa toda [mostrando no mapa da vila], em primeiro lugar foi alugada aos ingleses para fazer a ponte de Vila Franca de Xira, em 1949. [Numa nota escrita pelo Sr. João pode ler-se que esta habitação era para ser uma creche, mas que depois acabou por ser dispensada aos ingleses.] e depois foram foram-se embora e veio o lavrador Tomás da Costa; no 16, D. Miquelina e o seu marido que era da força aérea mais dois filhos; agora o 14, D. Mariana Roque, não tem nada a ver com a minha avó, marido Eduardo Roque, a Milo e o João o filho. Este é o quê? N.º 14. [...]

No 12 [viveu] quem construiu o bairro, António Esparteiros, mas quem pagou o Bairro foi o Sr. Delgado, O bairro era do Sr. António Maria Delgado. [...] vivia mais a D. Felismina sua mulher, tinham 4 filhas: que eram a Luísa, a Lurdes, a Quindinha e era a Graça.

Agora vamos ver o atual: no 11 Mora o Luís Filipe Barata, no 13, mora a Fátima Barata que é a mãe; no 15 moram os filhos do Lídio (que trabalhou na fábrica, os filhos do Lídio e da Mariana, mas já faleceram os dois; no 17 também pertence a eles; no 19, mora a Maria do Pardal, [...] agora vive sozinha, a Maria; no 21 vive a Ermelinda mais o João e o neto, no 23 foi alugado agora, não conheço quem é que lá está; o 25, é o da uma filha do Minhoca, Beta, Beta mais o marido e as filhas. [...] toda o gente conhece em Vila Franca; no 27, é a irmã da Marcolina, aí como é que se chama?... Isabel, Isabel! [Vive] Só, porque já morreu o marido, o filho já não vive lá; 29, é de um sr. José, [...] anda de cadeiras de rodas [...] mas está alugada a um casal; 31 e 33, cá está! Carlos Silva e Vera Silva; 35 e 37, este sr. não sei o nome dele, é da força aérea, é dono do 35 e do 37, vive com a sua sra. e com duas filhas. [...] Elisa, lembrei-me. É dona do 39 e do 41.

- Está a falar do Quebra-Costas? Perguntou-lhe uma conhecida, que se encontrava na mesa ao lado.

- Sim, onde eu morei 60 anos.

O 22, é lá no fundo, com os quais me dou me dou muito bem, mas agora não me lembro do nome deles, moram um casal e duas meninas.

No 20, Aqui morou a Marita Faria, e 3 filhos; No 18 A, a nora do Horácio e o filho. Horácio é quem toma conta de toda a limpeza de Vila Franca de Xira. E está é a nora que é advogada e o filho que é o dono deste escritório. Ai como é que se chama este?

[...] Sim a minha avó foi lá empregada e o meu avô Roque que era muito conhecido, que era empregado na emissora nacional, dava-se muito bem com o Sr. Delgado.

Bem, eu vou-lhe cantar uma marcha para você também por, vai ficar muito bonito.

Em 1951, todos, (isto agora vai-me comover um bocado), [...] Os empregados todos da fábrica de FNL, sendo o irmão da D. Micolina uma pessoa que sabia muito bem arranjar marchas e dizer versos, organizou uma marcha para todos irem agradecer ao Sr. Delgado. Que na altura morava no que é hoje a sede do partido comunista. A sua empregada, D. Maria, soube disso e como era uma surpresa para o Sr, Delgado, fez um grande lanche. Este lanche foi à noite. Isto já foi a minha avó e a minha mãe a contar-me, Maria Leopoldina que é a minha mãe e Leopoldina que é a minha avó.

**Marcha:**

Trabalhamos com os operários,

É nossa intuição.

Trabalhamos sem cessário

Ai, ai, ai.

É nossa intuição.

Na vida nasce o fadário.

Ai, ai, ai.

Para nos dar que ganhar

Na vida nasce o fadário.

O nosso tão bom patrão.

Para nos dar que ganhar

O nosso tão bom patrão.

Somos operários na fábrica da Fiação

Trabalhamos honestamente

Para ganhar o nosso pão.

Queremos Deus, diz o tema popular

Deus lhes dê muita saúde para nos dar  
que ganhar.

Trabalhamos com os operários,

Trabalhamos sem cessário

O Sr. Delgado, um bom homem, mandou entrar aquela gente toda para a garagem e deu um lanche que tinha sido preparado pela sua empregada. [...]

Uma vez os “Pereiras Ninas” (da Covilhã), fizeram com que os empregados [FNL] fossem à Covilhã. Na altura eu também trabalhava lá. E deu um grande almoço aos funcionários, tanto aos da Covilhã como aos de Vila Franca. Passando a fábrica do Dr. Delgado para os “Pereiras Ninas” da Covilhã. Também são muito conhecidos na Covilhã e aqui também foram. Pagaram as camionetes, salvo erro três camionetes e levou os trabalhadores todos à Covilhã.

- Mas o Sr. Delgado era mais do coração? Ou tanto gostaram de uns como de outros?

- Estes eram um bocadinho mais sacanas (isto é falar em Português), mas também foram muito bons, os “Pereiras Ninas” também foram muito bons.

Deu-se o 25 de Abril e o “Pereira” velho chegou à fábrica aqui a Vila Franca e disse: enquanto os meus cofres, (há coisas que me comove muito) tiverem dinheiro, vós são meus empregados, nunca sairão desta fábrica. Mas depois já se sabe, acabou o homem até por se aborrecer, porque havia pessoas que já queriam a fábrica e a lã e trabalhar não queriam como aconteceu com a Reforma Agrária, como aconteceu a várias coisas. [...]

Neste bairro ainda lá morou muita gente, por exemplo, morou a Sarita que era a secretária dos Pereiras Ninas mais a irmã e a mãe. Estávamos o resto do dia a escrever e isto não acabava.

- Diga-me só o seu nome completo – Pedi.

- João José Sequeira da Silva. Sou conhecido pelo Sr. das Feijoadas em Vila Franca, eu ofereci uma feijoada no Sr. da Boa Morte. A Maria de Lurdes Rosinha conhece-me bem, várias pessoas, muitas, olhe toda a gente em Vila Franca.”

Deu assim por terminada a entrevista, despediu-se e foi embora, porque tinha a casa em obras.

Passado pouco tempo telefonou porque se esquecera de me dizer uma coisa. Os *Pereiras Ninas* venderam o bairro ao Sr. Antonino por 1500 contos e este por sua vez vendeu aos locatários que quiseram, por 350 contos cada.

Ainda disse que algumas das pessoas que viveram no bairro: “trabalharam 30 anos na fábrica. A Aurora, a Mariana, Irmundo, Anibal, a minha avó, a Evagelina, a Cremilde, O Saraiva velho e o novo também. O Roque no escritório. O Domingos também, a Mariana do Carrasco, o Lídio e a mulher, que moram agora no 15, também lá trabalharam.”